**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MESTRADO**
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ricardo Tatsch

# O PROCESSO DE GESTÃO RURAL NO VALE DO RIO PARDO – RS: UM OLHAR A PARTIR DA ORIZICULTURA

Santa Cruz do Sul
2019

Ricardo Tatsch

# O PROCESSO DE GESTÃO RURAL NO VALE DO RIO PARDO – RS: UM OLHAR A PARTIR DA ORIZICULTURA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profª. Dra Cidonea Machado Deponti.

Santa Cruz do Sul

2019

Ricardo Tatsch

# O PROCESSO DE GESTÃO RURAL NO VALE DO RIO PARDO – RS: UM OLHAR A PARTIR DA ORIZICULTURA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

_____

*Dra. Cidonea Machado Deponti*

Professora Orientadora – Unisc

_____

*Dr. Silvio Cezar Arend*

Professor examinador – Unisc

_____

*Dr. Daniel Claudy da Silveira*

Professor examinador – Unijuí

Santa Cruz do Sul

2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC, por ter acreditado no meu potencial e ter me selecionado para o mestrado frente à inúmeros canditados.

À Cidonea Machado Deponti, por ter me acolhido como orientadora, pelos conhecimentos transmitidos, pelo incentivo e grande compreensão. Você foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Aos professores do PPGDR, por todo o aprendizado proporcionado. E às secretárias, Carol, Grazi e Marleti, pela força, apoio e pela disponibilidade de sempre.

Aos colegas do mestrado e doutorado do PPGDR, que viraram verdadeiros amigos. Foi muito bom caminhar ao lado de vocês, sempre com muita colaboração e apoio nas horas difíceis. Companheiros das aulas, jantas e festas, vocês tornaram esses dois anos muito mais prazerosos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por viabilizar minha pós-graduação strictu sensu junto à UNISC.

Aos produtores de arroz dos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo, pelas portas abertas, tempo dispendido e por tantas informações repassadas, fundamentais para a consolidação desta pesquisa.

Por fim, à minha família: meus pais, Nelson e Norma, meus maiores mestres, a quem devo a vida e os ensinamentos mais valorosos; meu irmão, Felipe, que sempre foi um grande amigo; e minha companheira, Roberta, pelo apoio e compreensão pela minha ausência durante este período como mestrando.

Sou grato!

## RESUMO

Para compreender a visão que os orizicultores possuem sobre a forma como se dá a gestão de suas propriedades, essa dissertação busca trazer, além da introdução, o contexto da região – Vale do Rio Pardo – e das cidades investigadas – Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo, além de informações sobre o cultivo arroz pelo levantamento da literatura e de dados secundários. O segundo capítulo traz a proposta metodológica de uso da Perspectiva Orientada ao Ator (POA), a literatura referente a essa e o conceito de agência e de gestão rural para compreender essa realidade. Essa perspectiva busca trazer o olhar dos atores que vivem esse cotidiano e ali desenvolvem estratégias que permitem a sua sobrevivência no meio rural. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada na coleta e na análise dos dados. A seguir, apresenta um cruzamento de dados quantitativos obtidos através das entrevistas estruturadas, buscando traçar o perfil geral dos produtores e de suas propriedades. A seguir, são analisadas as respostas às entrevistas a partir de quatro categorias – agência; heterogeneidade; autonomia e empoderamento; e conhecimentos. Com essas foi possível elucidar a forma como eles desenvolvem seus saberes, lutam por autonomia, diferenciam-se uns dos outros e agem para transformar a realidade em que vivem. A partir delas foi possível perceber que os orizicultores possuem um amplo conhecimento empírico sobre a gestão de suas propriedades, mas falta-lhes o conhecimento técnico, que pode ser um forte aliado em sua manutenção no meio rural. As considerações finais fecham o trabalho com o autor trazendo suas percepções e algumas conclusões obtidas no decorrer da pesquisa.



**Palavras-chave:** Orizicultura; Gestão Rural; Perspectiva Orientada ao Ator.

## ABSTRACT

In order to understand the view that the rice producers have about the management of their properties, this dissertation seeks to bring, besides the introduction, the context of the region - Rio Pardo´s Valley - and the cities investigated - Candelária, Pantano Grande and Rio Pardo, in addition to information on rice cultivation based on the literature and secondary data. The second chapter presents the methodological proposal of the Actor Oriented Perspective (AOP), the literature related to it and the concept of agency and rural management to understand this reality. This perspective seeks to bring the eyes of the actors about their daily lives and about how they develop strategies that allow their survival in the rural environment. The third chapter presents the methodology used in data collection and analysis. Therefore, it presents a cross-reference of quantitative data obtained through the structured interviews, seeking to outline the general profile of the producers and their properties. Next, the responses to interviews are analyzed based four categories – agency; heterogeneity; autonomy and empowerment; and knowledge. With these, it was possible to elucidate how they develop their knowledge, fight for autonomy, differentiate themselves from each other and act to transform the reality around them. From this information, it was possible to perceive that the rice farmers have a broad empirical knowledge about the management of their properties, but lack the technical knowledge, which can be a strong ally in their maintenance in the rural environment. The final considerations close the work with the author bringing his perceptions and some conclusions obtained in the course of the research.



**Keywords:** rice production; rural management; Actor Oriented Pespective.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Produção total e área de arroz cultivada sob o sistema sequeiro e irrigado 20

Gráfico 02 – Indicadores de rendimento em condições predominantemente irrigadas e não irrigadas de arroz, feijão e trigo 21

Gráfico 03 – Evolução da produtividade de arroz no Rio Grande do Sul 22

Figura 01 – Mapa da produção de arroz na Região do Vale do Rio Pardo 29

Figura 02 – Modelo de estratificação do agente 45

Quadro 01 – A dualidade da estrutura 49

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Rentabilidade da lavoura orizícola gaúcha 14

Tabela 02 – Produção de Arroz no Município de Cachoeira do Sul em áreas com levante mecânico – Safras 1906/1907 a 1915/1916 26

Tabela 03 – Área total cultivada, área arrendada, e área cultivada com rotação de culturas (soja, milho e/ou pastagens) dos Municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo na Safra 2014/2015 30

Tabela 04 – Número de produtores e percentual da área cultivada, estratificados pelos tamanhos das lavouras 31

Tabela 05 – Número de produtores e percentual da área cultivada por faixa de produtividade média 32

Tabela 06 – Saúde financeira e grau de satisfação com a vida no meio rural 71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ANA | Agência Nacional das Águas |
| BACEN | Banco Central do Brasil |
| CONAB | Companhia Nacional de Abastecimento |
| E01 | Entrevistado 01 |
| FEE | Fundação de Economia e Estatística |
| Ha | HECTARE |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IRGA | Instituto Rio Grandense do Arroz |
| Kg | Quilograma |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| POA | Perspectiva Orientada ao Ator |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SFP | Saúde financeira da propriedade |
| SMR | Satisfação no meio rural |
| Sc | Saca |
| SOSBAI | Sociedade Sul Brasileira de Arroz Irrigado |
| T | Tonelada |
| TICs | Tecnologias da Informação e da Comunicação |
| USDA | Departamento de Agricultura dos Estados Unidos |
| VAB | Valor Agregado Bruto |
| VRP | Vale do Rio Pardo |

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ..... 10

2 A PRODUÇÃO DE ARROZ E O VALE DO RIO PARDO ..... 17

2.1 A orizicultura no Brasil ..... 18

2.2 A orizicultura no Rio Grande do Sul ..... 24

2.3 O Vale do Rio Pardo e o arroz ..... 28

3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E A GESTÃO RURAL ..... 33

3.1 A Perspectiva Orientada ao Ator ..... 35

3.2 Sobre o conceito de agência ..... 44

3.3 Processos de gestão rural e a agência a partir da POA ..... 53

4 BUSCANDO O OLHAR DO PRODUTOR ..... 63

4.1 Metodologia ..... 63

4.2 Perfil dos orizicultores e das propriedades ..... 67

4.3 Análise das categorias segundo a POA ..... 73

4.3.1 Agência ..... 73

4.3.2 Heterogeneidade ..... 79

4.3.3 Autonomia e empoderamento ..... 84

4.3.4 Conhecimentos ..... 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 99

REFERÊNCIAS ..... 111

ANEXOS ..... 119

ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO AOS ORIZICULTORES DO VALE DO RIO PARDO ..... 119

# 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação objetiva compreender a percepção dos orizicultores sobre a importância da gestão rural[1] nos seus cotidianos. Para isso foi necessário, primeiramente, definir sob que perspectiva teórica esse conhecimento seria observado, além de definidos os atores que estariam envolvidos nessa ação. O objetivo principal da pesquisa consistiu em responder à pergunta-problema que motivou esse pesquisador a fazer esse estudo, qual seja: Qual a percepção dos produtores no que se refere ao processo de gestão das propriedades rurais orizícolas da Região do Vale do Rio Pardo[2] – RS?

Outros objetivos foram traçados, buscando responder a diversos outros questionamentos que foram surgindo no decorrer do aprofundamento teórico inicial. O primeiro objetivo foi verificar o perfil dos orizicultores da região escolhida, considerou-se necessário fazer um levantamento socioeconômico dos mesmos, posto que suas percepções são consideradas dentro do contexto no qual se inserem.

Para compreender como a gestão rural aparece ou não no cotidiano desses trabalhadores, foi necessário investigar como essa pode existir em consonância com os conhecimentos tradicionais, desenvolvidos, reproduzidos e transformados por esses atores. Assim, as técnicas de administração e de contabilidade não são apresentadas como formas superiores de exercer o ofício de orizicultor, mas como possibilidades de combinação com os seus saberes e fazeres já existentes.

Por fim, buscou-se analisar como a gestão das propriedades rurais está associada a outros fatores, sejam eles os conhecimentos tradicionais ou as questões socioeconômicas do seu contexto. Assim, considerou-se possível traçar um perfil desses produtores rurais em um processo que visa a sustentabilidade econômica dessa forma de produção no território estudado.

Esta pesquisa justifica-se uma vez que a alta tecnologia envolvida no processo produtivo faz com que haja um crescimento no custo dessa produção. Isso faz com

---

[1] A gestão rural é compreendida como a utilização de técnicas e conhecimentos que permitam ao produtor rural gerir da melhor maneira possível os seus recursos, ampliando a rentabilidade e sustentabilidade de sua propriedade (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

[2] O Vale do Rio Pardo é constituído pelos municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

que seja necessário um maior controle dos gastos para que seja possível dar continuidade e sustentabilidade à atividade. Entretanto, a adoção dessas técnicas deve andar em consonância com as formas de fazer tradicionais do território, podendo, inclusive, ser o seu diferencial (BOUCHER, 2011). Assim, é possível integrar o rural a um amplo processo de desenvolvimento (FAVARETO, 2006).

Ademais, a experiência do autor desse estudo junto ao Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), iniciada no ano de 2011, permite não só uma observação inicial sobre os processos que envolvem a gestão das propriedades, mas também um acompanhamento dos impactos que esses podem gerar. Essa aproximação permite ainda que seja percebida a importância de valorizar os conhecimentos dos orizicultores, construídos informalmente, combinados com outros, adquiridos seja através da extensão rural, da educação formal ou da busca autônoma como, por exemplo, pelo acesso à informação através dos meios de comunicação.

Dada a importância do setor orizícola para o Vale do Rio Pardo – seja pela geração de empregos diretos e indiretos, giro de recursos financeiros na economia local, bem como a utilização do comércio e a prestação de serviço – cabe conhecer e caracterizar esse ramo produtivo, principalmente no que se refere às dificuldades encontradas pelos produtores de arroz em manter suas atividades. Essa pesquisa pretende colaborar para o desenvolvimento regional, considerando aspectos econômicos do território, assim como sociais, culturais e ambientais.

A dinâmica da globalização e a incorporação de novas tecnologias no meio rural obrigaram os produtores a se adequarem a novas exigências, entre elas a inclusão de práticas contábeis e gerenciais, fundamentais para se conseguir eficiência nas propriedades rurais. Porém, o que se percebe é uma grande dificuldade desses produtores em se atualizarem e aderirem a novas técnicas de gestão. Não que essa seja uma premissa para a sua sustentabilidade e o desenvolvimento do meio rural, mas ela poderá possibilitar a qualificação da visão dos agricultores, para um olhar mais abrangente das atividades agrícolas e para o desenvolvimento de suas unidades produtivas. Vale destacar que o termo sustentabilidade aqui utilizado possui um conceito amplo, conforme já destacou Dal Soglio e Kubo (2009), compreendendo componentes sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Crepaldi (2006) conceitua gestão rural como um conjunto de atividades que auxiliam os agricultores em sua tomada de decisão a fim de melhorarem a rentabilidade de seu negócio, mantendo-os na atividade. Afirma que a contabilidade

rural é um dos principais sistemas de controle e de informação para os agricultores. Ela pode orientar as operações agrícolas, medir o desempenho econômico-financeiro das atividades, controlar as transações financeiras, apoiar a tomada de decisão no planejamento da produção, vendas e investimentos. Além disso, contribui ao auxiliar nas projeções de fluxos de caixa, comparar o desempenho ao longo do tempo, orientar as despesas pessoais e gerar informações para a declaração do Imposto de Renda.

Apesar disso, trata-se de uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores brasileiros, por ser vista como uma técnica complexa em sua execução e de baixo retorno na prática, servindo apenas para fins fiscais. A pouca utilização justifica-se devido ao desconhecimento por parte dos agricultores da importância que as informações obtidas trazem para a tomada de decisões. Crepaldi (2006; 2009) salienta ainda que há uma mentalidade conservadora por grande parte dos produtores, que continuam utilizando controles baseados em sua experiência adquirida com o passar dos anos.

Na mesma linha, Callado (2009) destaca a importância da gestão rural para uma tomada de decisão eficiente e coloca a contabilidade como prestadora de serviços aos agricultores nos aspectos que se referem à formulação, reformulação ou avaliação dos processos administrativos e produtivos, utilizada para atingir os fins produtivos e sociais da empresa. Atribui ao administrador rural atividades relacionadas ao planejamento, controle, decisão e avaliação dos resultados, tendo sempre em vista, além da maximização dos resultados, o bem estar dos empregados.

Já em outra perspectiva, Pelegrini e Gazolla (2008, p. 155) conceituam a gestão rural como um:

> [...] processo em que o agricultor administra da melhor forma possível o seu empreendimento, combinando, para isso, os recursos disponíveis como a força de trabalho familiar, os recursos econômicos, os conhecimentos técnico-produtivos, o capital social, os seus recursos naturais, etc. para obter os melhores resultados e desenvolver de forma sustentável a sua unidade de produção e de processamento de alimentos.

Considerando o exposto sobre gestão, vale ressaltar que a gestão rural compreende um processo complexo de interação entre controles e decisões tomadas pelo agricultor dentro da propriedade, em todas as dimensões, num conjunto de relações familiares. E não somente um processo baseado em controles financeiros ou então à utilização de técnicas contábeis. Não será possível, neste trabalho, analisar todas as dimensões da gestão. Porém, aqui, vale destacar que esta tomada de

decisão por parte dos agricultores não é unidirecional, e buscar-se-á compreender a percepção dos produtores de como essa multidimensionalidade interfere em sua tomada de decisão.

A Região do Vale do Rio Pardo, objeto do estudo, está localizada na encosta do planalto meridional rio-grandense, formada por 23 municípios, compreendendo uma área de 13.172 km² com uma população de 434 mil habitantes, composta de descendentes de origem alemã ao norte e açoriana ao sul. Apresenta grande importância em nível estadual principalmente nas exportações, em 2010, a região foi responsável por 11,4% das exportações totais do Rio Grande do Sul, e responsável por 3,98% do Valor Agregado Bruto (VAB) do Estado (FEE, 2015).

A produção de arroz ocorre em 11 dos seus 23 municípios, abrangendo uma área de 32.709 hectares nesta última safra (2017/ 2018), 5,4% inferior ao registrado 10 anos atrás, quando somava 34.574 hectares. Os municípios de Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande são os que detêm as maiores áreas com, respectivamente, 8.700, 8.500 e 4.600 hectares, representando 67% do total da área regional. Com uma produtividade média de 7.642 quilogramas por hectare, representando um acréscimo de 18,5 % em 10 anos, a região produziu 250 mil toneladas do cereal na safra 2017/ 2018 (IRGA, 2018).

Assim, apesar da importância da produção agrícola para a região, verifica-se uma lacuna no que se refere à rentabilidade e consequente manutenção destes produtores de arroz em sua atividade. Através de um simples cruzamento de informações realizado pelo autor e demonstrado na Tabela 01, utilizando os dados de produtividade média dos orizicultores do Rio Grande do Sul, do custo de produção médio anual calculado pelo IRGA e de valores pagos aos produtores pela saca de arroz nas últimas dez safras – 2008/2009 até 2017/2018 –, chega-se ao resultado que os orizicultores obtiveram renda em apenas quatro destas últimas dez safras agrícolas. Nas demais seis safras a sua produção não foi suficiente para cobrir os custos fixos e/ou, nem os variáveis, ficando com resultado negativo, causando endividamento, sucateamento do maquinário, redução na qualidade de vida e êxodo rural.

**Tabela 01 – Rentabilidade da lavoura orizícola gaúcha**

| SAFRA | Custo | | Preço Médio Anual Saca 50 kg (R$) | Produtividade Média no RS (sc/ha) | Rentabilidade (R$/ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| | R$/ Hectare | R$/ Saca | | | |
| 2008/2009 | 4.549,16 | 31,16 | 28,07 | **146,0** | **- 450,94** |
| 2009/2010 | 3.917,56 | 30,37 | 27,47 | **129,0** | **- 373,93** |
| 2010/2011 | 4.057,60 | 26,52 | 22,35 | **153,0** | **- 638,05** |
| 2011/2012 | 4.149,09 | 27,85 | 31,44 | **149,0** | **535,47** |
| 2012/2013 | 4.699,73 | 31,33 | 33,88 | **150,0** | **382,27** |
| 2013/2014 | 4.890,74 | 33,73 | 36,26 | **145,0** | **366,96** |
| 2014/2015 | 5.722,19 | 36,68 | 37,02 | **156,0** | **52,93** |
| 2015/2016 | 6.715,33 | 48,31 | 45,89 | **139,0** | **- 336,62** |
| 2016/2017 | 7.097,59 | 44,92 | 40,55 | **158,0** | **- 690,69** |
| 2017/2018 | 6.816,69 | 42,87 | 39,53 | **159,0** | **- 531,42** |

Fonte: Organizado pelo autor com base em dados do Irga, 2018.

A utilização de técnicas de gestão, conforme trazido anteriormente, seria capaz de minimizar algumas das problemáticas que perpassam o desenvolvimento rural, proporcionando um melhor controle, redução dos custos de produção, maior competitividade e, consequentemente, a manutenção destes produtores e sua família na atividade. A bibliografia indica que é mínima a utilização de técnicas de gestão pelos produtores rurais (CREPALDI, 2006; BATALHA; SCARPELLI, 2002; DEPONTI, 2014). Resultados semelhantes se apresentam entre os orizicultores da Região do Vale do Rio Pardo, conforme levantamento preliminar (TATSCH; DEPONTI, 2017).

Apesar de pouco utilizarem-se de “técnicas contábeis” na gestão de suas propriedades estes produtores de arroz vêm, de uma forma ou outra, gerindo sua unidade produtiva e mantêm-se ativos no meio rural. Sendo assim, é importante compreender como se dá a dinâmica de processos de interação entre controles e tomada de decisões nas propriedades rurais, a partir da percepção dos orizicultores.

Trabalhos existentes até o momento sobre gestão rural encontrados na literatura trazem em sua problemática questões como a falta de adesão às técnicas de gestão pelos produtores rurais, demonstrativos de resultados, controles econômico-financeiros, etc. Não foram identificados, entretanto, estudos que tragam essas problemáticas sob o olhar do agricultor, considerando sua história, o seu saber-

fazer e a sua percepção sobre a utilização de técnicas de gestão. Esse é um potencial diferencial desta pesquisa.

Para realizá-la foi necessário um aprofundamento teórico sobre a Perspectiva Orientada para o Ator (POA), uma vez que é a forma como os produtores veem esses processos que se destaca nessa pesquisa. Essa foi desenvolvida especialmente por Long (2001) e Ploeg et al. (2000). Assim, pôde-se fugir das perspectivas intervencionistas e deterministas sobre a compreensão do espaço rural. Como agentes ativos, são esses atores que podem contribuir diretamente para a gestão de suas propriedades e para a ampliação do conhecimento sobre a forma de pensar essa gestão.

Enfim, cabe compreender a importância da gestão de propriedades rurais, como é apresentada na literatura recente sobre a questão. Assim, é possível verificar que a adoção de algumas técnicas pode contribuir para o desenvolvimento rural, não deixando de considerar que essas técnicas serão adaptadas, transformadas e – quiçá – aprimoradas pelo conhecimento prático dos atores que influenciam em sua adoção (BATALHA; SCARPELLI, 2002; BORILLI et al., 2005; DEPONTI, 2014).

Esses conhecimentos teóricos foram divididos em capítulos para facilitar a leitura e a compreensão do contexto e das perspectivas desses atores sobre a gestão das propriedades rurais. No primeiro, intitulado “A produção de arroz e o Vale do Rio Pardo” é trazido o contexto que envolve a região e os municípios a serem estudados. Através de uma revisão bibliográfica (BESKOW, 1984; FRAQUELLI, 1979; LOBO, 1978; MANDELL, 1972; OLIVEIRA, 1986; PEREIRA, 2002) e da análise de dados secundários (CONAB, 2018; FEE, 2015; IBGE, 2017; IRGA, 2018; USDA/FAZ, 2018), foi possível trazer um amplo espectro dos fatores históricos que influenciam na delimitação de um território de produção orizícola, com suas características geográficas e sociais. Esse contexto também auxilia na compreensão da percepção dos produtores que participam cotidianamente desse espaço construído.

O segundo capítulo dessa dissertação, intitulado “A Perspectiva Orientada para o Ator e a Gestão Rural” busca dar as bases teóricas para essa compreensão.Trazendo a perspectiva adotada na análise da percepção dos atores sobre os seus conhecimentos e a sua realidade, dando especial ênfase à sua visão sobre a necessidade de gerir os diversos momentos que envolvem sua produção.

Já terceira seção desse estudo, intitulada “Análise dos dados” apresenta esses atores e traz os resultados que se pode observar, tendo em vista o referencial teórico e os dados levantados nas sessões precedentes.

As considerações finais trazem uma breve retomada das principais questões levantas no decorrer desse estudo, juntamente com os resultados encontrados. Também são tecidas algumas conclusões – ainda que incompletas ou temporárias – sobre o problema levantado. Dessa forma, buscou-se explicar a importância de valorizar os conhecimentos dos atores, suas práticas cotidianas e suas vivências reais na forma de pensar a gestão e o desenvolvimento de territórios rurais.

## 2 A PRODUÇÃO DE ARROZ E O VALE DO RIO PARDO

O arroz é cultivado em 162,62 milhões de hectares do planeta, com uma produção de 747,5 milhões de toneladas na safra 2017/2018 – 495,1 milhões de toneladas base beneficiado[3] – (USDA/FAS, 2018), ficando atrás somente do milho e do trigo. No Brasil, maior produtor fora da Ásia, é produzido em vários estados, com uma grande concentração no Rio Grande do Sul, responsável por 70% da produção nacional, 8,47 milhões das 12,07 milhões de toneladas produzidas na safra 2017/2018 no país, em uma área de pouco mais de um milhão de hectares, correspondentes a 54% da área de cultivo nacional, predominando o sistema irrigado (CONAB, 2018).

Já o consumo deste cereal é, em média, 54 quilogramas por pessoa ao ano, sendo os países asiáticos os maiores consumidores, com uma média anual de 78 quilogramas por pessoa. Na América do Sul, com um consumo médio de 29 quilogramas, o Brasil se destaca como maior consumidor, com média de 32 quilogramas por pessoa ao ano. O arroz branco polido ocupa 70% da preferência nacional, outros 25% do arroz consumido é parboilizado e de 03 a 04% é consumido na forma integral (BARATA, 2005; SOSBAI, 2018).

No Vale do Rio Pardo, território abrangido por este estudo, o arroz ocupa 32,7 mil hectares, ficando atrás de culturas como a do tabaco e da soja. Porém, com uma produção de 250 mil toneladas (base casca[4]) na safra 17/18, é responsável por 12% do Valor Agregado Bruto Agropecuário da Região, sendo de fundamental importância para o sustento de mais de mil famílias. Além disso, é uma importante ferramenta no que se refere a diversificação das propriedades, tendo como maiores produtores os municípios de Rio Pardo, Pantano Grande e Candelária, que detêm quase 67% do total da área cultivada.

Assim, a primeira parte desse trabalho visa introduzir algumas questões essenciais sobre a cultura do arroz no Brasil e as formas particulares com que ela se deu no universo de pesquisa estudado: o Vale do Rio Pardo. Para isso, são trazidas informações sobre a história e as formas de cultivo que prevaleceram no decorrer dessa trajetória, visando contextualizar a forma como os atores vivem e interpretam

---

[3] Base beneficiado é o arroz que foi submetido ao processo de beneficiamento e acha-se desprovido de sua casca. Pode ser classificado como integral, parboilizado, parboilizado integral e polido (MAPA, 2009).

[4] Base casca, ou arroz em casca, refere-se ao arroz que não passou por nenhum processo industrial de beneficiamento (MAPA, 2009).

suas realidades. Será aqui necessário também trazer a questão do município de Cachoeira do Sul, por toda sua tradição e importância no cultivo do arroz e sua relação existente até hoje com os municípios do Vale do Rio Pardo no que se refere a cadeia produtiva desse grão.

## 2.1 A orizicultura no Brasil

Introduzido no Brasil por Pedro Álvares Cabral, tendo o relato de seu cultivo a partir de 1530 na capitania de São Vicente, o arroz se espalhou por regiões do litoral, sempre em pequenas lavouras de subsistência. Em 1904 surgiu a primeira lavoura empresarial, no município de Pelotas-RS; logo depois chegou à Cachoeira do Sul, intitulada como a capital nacional do arroz irrigado. Ganhou impulso com a vinda dos locomóveis que tocavam as bombas de irrigação, facilitando a inundação das lavouras (PEREIRA, 2002).

Apesar de ser cultivado até mesmo antes da chegada dos portugueses, a lavoura de arroz no território nacional só foi ter grande impulso a partir das políticas tarifárias sobre as importações de arroz adotadas a partir de 1896, dando condições de lucratividade à formação de uma produção orizícola. Também foi impulsionada pelo aumento da demanda por alimentos nos grandes centros urbanos, principalmente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Somente no período de 1871 a 1920 ingressaram no país cerca de 3.390.000 imigrantes estrangeiros. Essa imigração foi a maior responsável pelo aumento populacional dos maiores centros urbanos destes dois estados (LOBO, 1978).

> O crescimento da população a uma taxa muito mais elevada em virtude da migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e ao saneamento do Rio de Janeiro (controle da cólera-morbo e da febre amarela), favorecia a expansão industrial aumentando a oferta de mão-de-obra e o mercado consumidor. (LOBO, 1978, p. 469).

Além do aumento populacional e consequente crescimento na demanda por alimentos, o arroz se fez valer de algumas peculiaridades que o fizeram sobressair e ganhar preferência de consumo ante outros alimentos. Conforme Mandell (1972, p. 176-177)

> [...] os processos de beneficiamento mais simples em relação ao milho e à mandioca também ajudaram no desenvolvimento de um sistema eficiente de comercialização menos complexo para o arroz do que outros gêneros alimentícios. Os consumidores preferiam-no por levar menos tempo a ser preparado do que outros pratos feitos de mandioca e milho, e por ser de mais fácil armazenagem doméstica. O seu consumo também adquiriu "status" social entre os consumidores urbanos.

Sobre as políticas tarifárias, o Sindicato dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (1935) traz informações de que em 1896 a tarifa de importação do arroz subiu de 30 para 60 réis por quilo; para 120 réis em 1903; em 1906 elevou-se para 160 réis. Acrescida de uma sobretaxa em ouro, chegou a 215 réis, totalizando mais de 50% do valor do quilo de arroz comercializado no Brasil, que era em torno de 400 réis. Teve mais um aumento em 1909, chegando a 287 réis por quilo de arroz. O efeito dessas tarifas sobre o volume de importações de arroz foi rápido. O volume importado, que era de 89.375 toneladas no ano de 1901, caiu para 10.802 toneladas em 1909 (MANDELL, 1972).

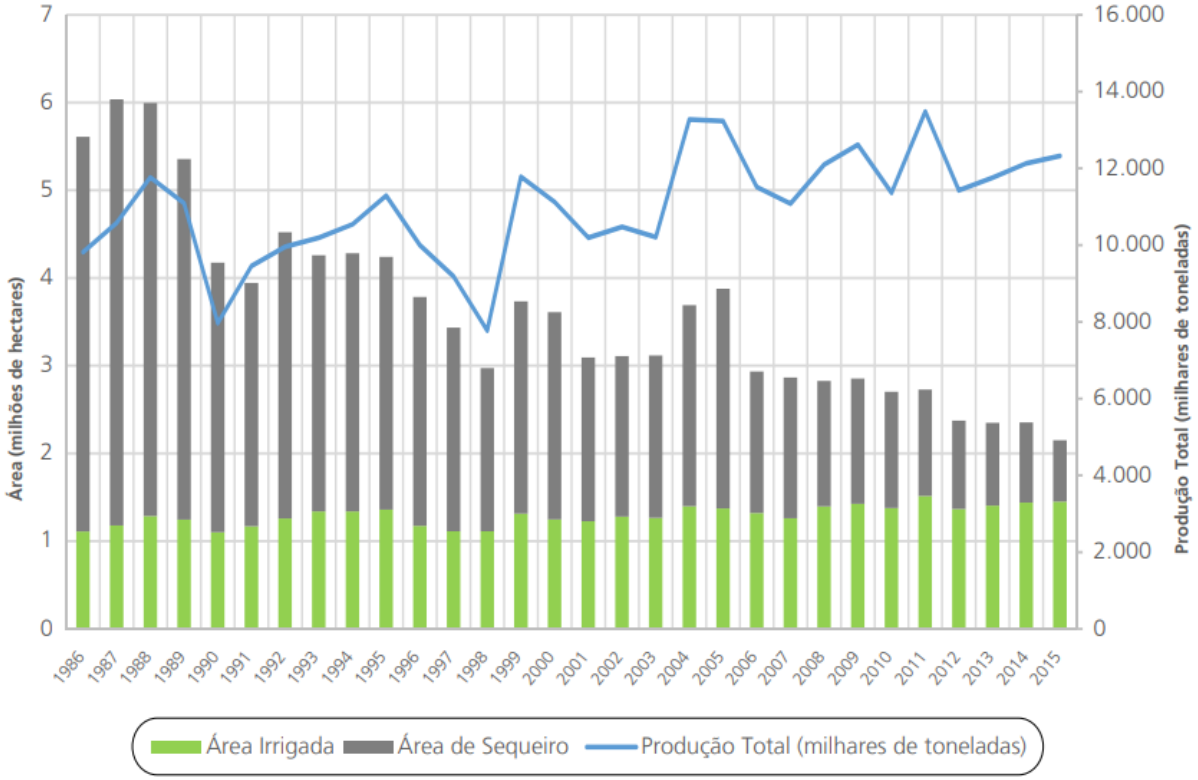
> A existência de fatores internos – capital, força de trabalho, meios de transporte e recursos naturais no volume necessário em algumas regiões do Rio Grande do Sul no início do século – possibilitou a formação de uma produção agrícola capitalista especializada nas produções de arroz irrigado e mecanizado, respondendo à alta lucratividade proporcionada pelos preços de mercado e por uma certa reserva de mercado, resultantes da política tarifária de importações sobre o arroz estrangeiro, em geral proveniente dos países asiáticos, de reduzido custo de produção que chegava a um baixo preço no Brasil (SOUZA, 1948, p. 3).

Portanto, mais que o processo de imigração e a história colonial, a orizicultura no Brasil e no Rio Grande do Sul se desenvolveu apoiada basicamente em um sistema de proteção tarifária, estimulando investidores e proporcionando rentabilidade em seu cultivo.

O arroz é uma gramínea anual hidrófila, adaptada ao ambiente aquático devido a presença de aerênquimas em seu colmo e raízes, que possibilita a passagem do ar para a rizosfera. Pode ser cultivado em áreas de várzeas, sendo irrigado por inundação controlada ou no sistema de sequeiro em terras altas. Com exceção do sul do Brasil, onde sempre predominou o cultivo de arroz irrigado em áreas de várzea, nas demais regiões do país esse é, até hoje, predominantemente sob o sistema de sequeiro (SOSBAI, 2018).

Na década de 1980, conforme o Gráfico 01, o sistema de cultivo de sequeiro ocupava 80% das áreas orizícolas e era responsável por mais da metade da produção de arroz. Ao longo de 29 anos (1986-2015), o arroz de terras altas teve sua área reduzida para apenas 30% do total, devido à baixa produtividade em comparação com o sistema irrigado, sendo substituído por culturas mais rentáveis como a soja, o milho, o algodão e a cana de açúcar.

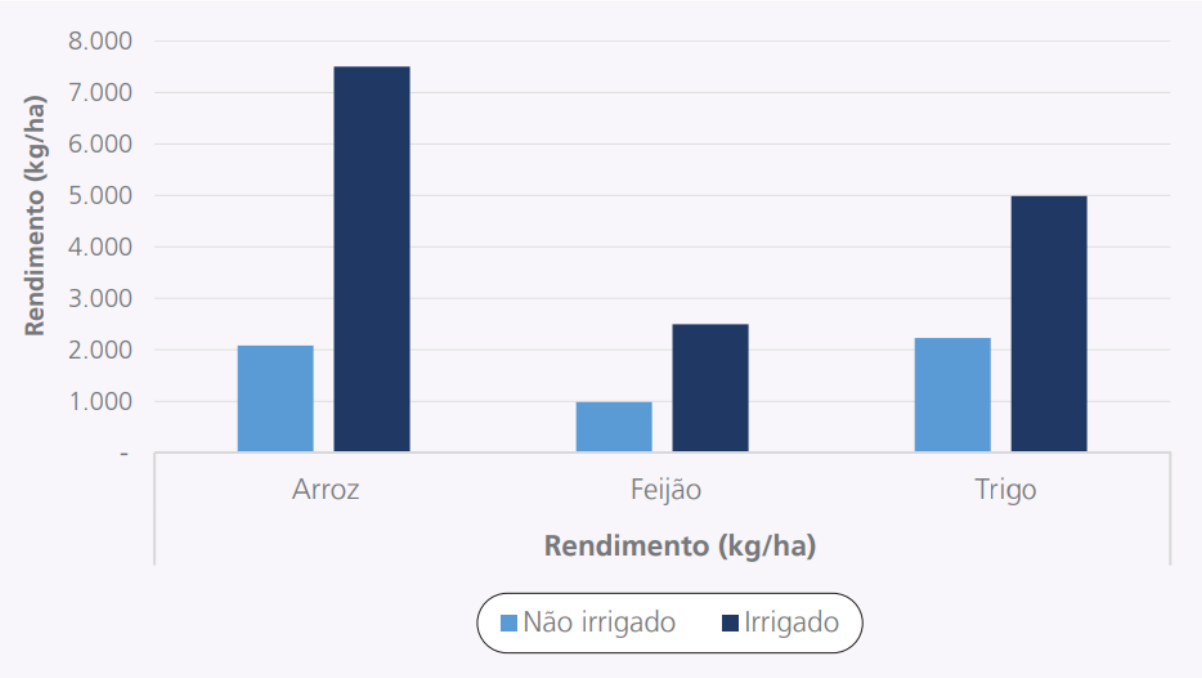
**Gráfico 01 – Produção total e área de arroz cultivada sob o sistema sequeiro e irrigado**




Fonte: Ana (2017).

Além da redução significativa da área de cultivo de arroz no período de 1986 a 2015 – que já chegou a ocupar 6 milhões de hectares do país e hoje soma pouco mais de 2 milhões de hectares – pode-se observar no Gráfico 01 um aumento na produção total desse cereal. Esse aumento se deve a melhoria na tecnologia, promovendo um aumento na produtividade (GRÁFICO 03), e à redução das áreas de cultivo sequeiro, menos produtivas. De acordo com a Agência Nacional das Águas – Ana, o arroz é uma das culturas que mais responde em produtividade com o advento da irrigação. Em levantamento realizado em 2015 (GRÁFICO 02), o arroz predominantemente irrigado produziu 3,6 vezes mais do que o não irrigado, seguido pelo feijão e pelo trigo, com rendimentos 2,5 e 2,2 vezes superiores à produção de sequeiro (ANA, 2017).

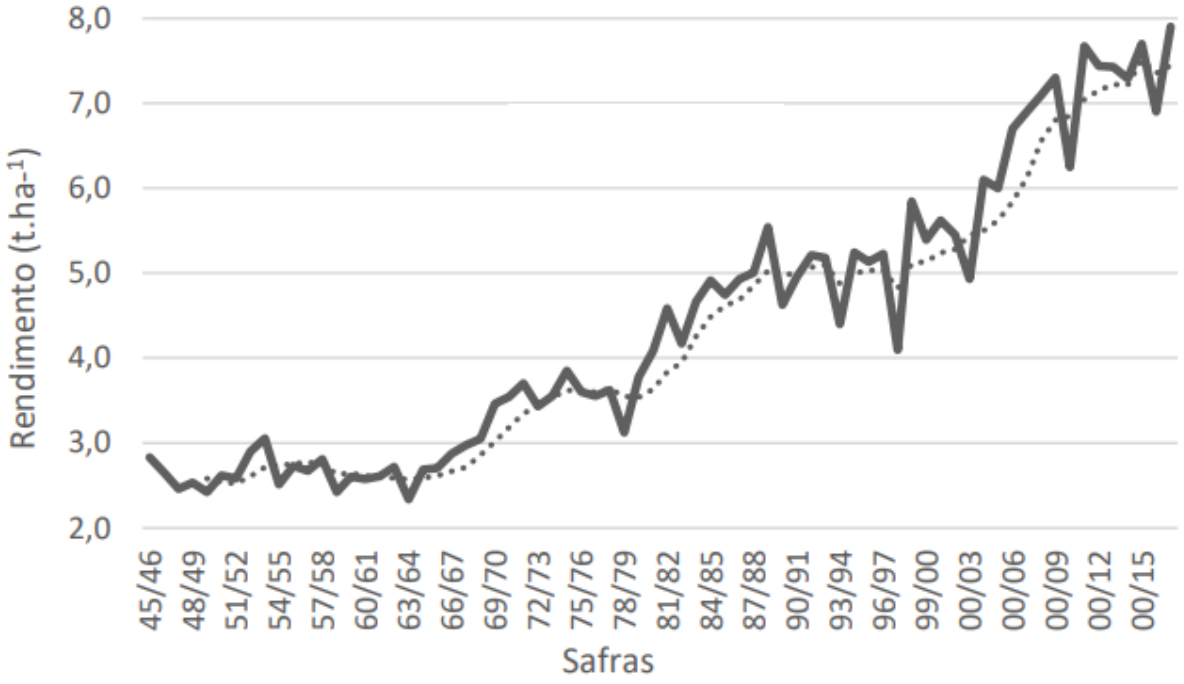
**Gráfico 02 – Indicadores de rendimento em condições predominantemente irrigadas e não irrigadas de arroz, feijão e trigo (2015)**




Fonte: Ana (2017).

O avanço da tecnologia não só contribuiu para o aumento da produtividade (GRÁFICO 03), mas também para o aumento da eficiência no uso de água para irrigação. Na década de 1970 eram necessários 15 mil metros cúbicos de água para produzir 3,5 toneladas por hectare – 4,3 metros cúbicos de água para cada quilograma de arroz produzido. Ao final da década de 1990 a produtividade no Rio Grande do Sul chegou a 5 toneladas por hectare, com a utilização de 12 mil metros cúbicos – 2,4 metros cúbicos de água por quilograma de arroz. Hoje o estado produz 8 toneladas de arroz por hectare com 8 mil metros cúbicos de água – 1 metro cúbico por kg de arroz produzido, com potencial de redução desse volume no futuro. Do volume de água utilizado, 30 a 50% é proveniente da água da chuva (precipitação pluvial) e o restante de irrigação.

**Gráfico 03 – Evolução da produtividade de arroz no Rio Grande do Sul**




Fonte: Irga (2017).

A otimização do uso da água é uma busca constante da lavoura arrozeira – que vem vivenciando conflitos quanto ao seu uso, demandando, portanto práticas de manejo técnicas, econômicas e ambientalmente sustentáveis que racionalizem o processo, já que um suprimento ideal de água é de fundamental importância para o manejo de plantas daninhas e para a obtenção de altas produtividades (ANA, 2009).

> [...] comparando-se com outras culturas anuais, o arroz irrigado utiliza maior volume de água por permanecer a maior parte de seu ciclo com lâmina de água livre na superfície do solo. No entanto, se for considerada a relação entre a produção por área e o volume de água utilizado, esta é similar a de cultivos não irrigados. (ANA, 2009).

As lavouras de arroz são comumente cultivadas próximas aos mananciais hídricos, o que pode gerar riscos de contaminação destes recursos naturais por resíduos de agrotóxicos e por nutrientes presentes nos fertilizantes (MACEDO; MENEZES, 2004). Conforme a Agência Nacional das Águas, o Instituto Rio Grandense do Arroz, dentre suas diversas linhas de pesquisa e extensão, tem várias ações para que a produção de arroz seja economicamente viável e preserve o meio ambiente. Lavouras mal planejadas e conduzidas podem causar impactos ambientais negativos, dentre eles a redução da quantidade e qualidade da água de recursos hídricos.

Em contraposição, também já foram verificadas várias situações em que a lavoura de arroz acaba sendo uma depuradora de águas com alta carga orgânica, contribuindo para a conservação e preservação do meio ambiente. Como exemplos pode-se citar na cidade de Kumamoto, no Japão, onde o arroz é produzido com a água advinda de estações de tratamento de esgoto municipal tratado e Camaçari, na Bahia, onde o arroz é empregado em uma estação ecológica de tratamento de esgoto utilizando a tecnologia *wetlands* (terras úmidas) que purifica a água (ANA, 2009).

No Rio Grande do Sul não é diferente, em monitoramento realizado por três anos-safras (2006/07, 2007/08 e 2008/09), avaliando a qualidade da água fornecida (entrada) para a irrigação do campo de arroz e a água devolvida (saída) em duas regiões do sul do Brasil, foi constatada uma redução da concentração de nutrientes e microrganismos. A qualidade biológica da água drenada de volta para a fonte após a passagem pelo cultivo foi classificada como Classe 1 (RECHE et al., 2016). Essa redução é explicável por fatores como a filtragem pelas plantas, a fixação no subsolo ou nas plantas, predadores, antibiose e/ou maior exposição à radiação ultravioleta (SOUZA; TUNDISI, 2003).

Outra questão que deve ser destacada é de que a lavoura orizícola é a única cultura de grãos do Rio Grande do Sul que possui licenciamento ambiental, sendo constantemente fiscalizada e lhe sendo exigida uma série de medidas preventivas para evitar a contaminação do ambiente. Entre essas medidas de adequação ambiental estão a construção de pista impermeabilizada para lavagem de equipamentos, rampa impermeabilizada para abastecimento de combustível e defensivos, depósito de defensivos, depósito de embalagens de defensivos, depósito de óleos e lubrificantes, tanque de combustível com bacia de contenção, placas de identificação e sinalização, extintores de incêndio, entre outros, tudo construído conforme legislação vigente (IRGA, 2011). Essas práticas, apesar de representarem um alto custo para o produtor, são de grande importância para a preservação do meio ambiente.

Posto isso, percebemos que o cultivo de arroz – apesar de ser possível nas mais diversas regiões do Brasil de forma irrigada ou de sequeiro – adaptou-se excepcionalmente às várzeas do sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Nesse estado seu cultivo tomou maiores proporções, tornando-se responsável por 70% da produção nacional desse alimento.

## 2.2 A orizicultura no Rio Grande do Sul

Em toda sua história, o Rio Grande do Sul se inseriu no mercado nacional como uma região produtora – seja de meios de transporte, matérias-primas ou alimentos – para outras regiões cujo produto principal se destinava a exportação (açúcar, algodão, cacau, minérios, café, borracha), sendo essencial para a ampliação dos capitais aplicados em suas atividades exportadoras. O surgimento da lavoura arrozeira em grande escala também está associado a essa relação econômica do Rio Grande do Sul com os demais estados brasileiros (BESKOW, 1984).

Todavia, antes da constituição da lavoura arrozeira em grande escala devido à política tarifária e à expansão do mercado consumidor interno, já se desenvolvia no território gaúcho uma produção de arroz para comercialização no mercado regional. De acordo com Beskow (1984) o arroz – juntamente com o milho, a batata, a mandioca, as frutas e os legumes – era um produto de subsistência para os colonizadores açorianos do Rio Grande do Sul, sendo produtos comerciais a carne, o linho e o trigo. Também se tratava de um produto de subsistência para os colonizadores alemães em suas pequenas propriedades, tornando-se uma cultura comercial somente a partir de 1853, quando a produção excedente ao consumo familiar passou a ser destinado ao mercado de consumo de Porto Alegre. Essas lavouras de arroz das regiões coloniais localizavam-se em áreas úmidas nos vales dos rios Santa Maria, Jacuí, Pardo e Pardinho.

Já a lavoura capitalista de arroz no Rio Grande do Sul concentrou-se basicamente nos municípios de Cachoeira do Sul e Guaíba, na região central, e em Pelotas, São João Batista e Camaquã, na região da Planície Costeira Externa à Lagoa dos Patos (FRAQUELLI, 1979). O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul (1935) traz uma sequência histórica da lavoura capitalista de arroz citando Pelotas, em 1903, como a primeira lavoura de arroz em maior escala irrigada através da mecanização de levante de água. Em 1904, uma lavoura de tamanho razoável com irrigação natural por gravidade surgiu em Cachoeira do Sul. Em 1906 neste mesmo município surge a primeira lavoura irrigada com levante mecânico, com a utilização de locomóvel a vapor e bombas centrífugas para bombear água do rio Jacuí, com uma produção de 5.000 sacas de 50 quilogramas de arroz.

Portanto, a lavoura de Cachoeira do Sul, juntamente com outras de Pelotas, são o marco da agricultura capitalista desse grão no Rio Grande do Sul. Essa

produção é baseada no arrendamento capitalista com a formação de três classes sociais fundamentais: o proprietário fundiário arrendador, o capitalista agrícola arrendatário e os assalariados rurais. Essas características de divisão das classes sociais – associadas à formação de uma renda fundiária capitalista e à necessidade de equipamentos para a produção – colaboraram para a formação de um setor industrial produtor de meios de produção utilizados na lavoura – tratores, implementos agrícolas, bombas para irrigação, locomóveis, trilhadeiras – e também de beneficiamento e transporte do arroz, além de insumos e defensivos agrícolas. Segundo Oliveira (1986, p. 64 e 65),

> [...] a relação capitalista de produção é, na sua essência, uma relação onde o capital e o trabalho são contraditoriamente produtos dela mesma, ou seja, só é relação especificamente capitalista de produção a relação social de produção baseada no trabalho assalariado na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção do campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos, etc. é por isso que o capitalista contrata no mercado o trabalhador livre de todos os meios de produção, inclusive da terra, e em troca lhe paga um salário em dinheiro.

Os capitalistas agrícolas normalmente não eram proprietários das terras. Tratavam-se de investidores que viam no arroz a possibilidade de aumento de seu capital. Uma peculiaridade é que, por se tratarem de investimentos altos, a lavoura orizícola pendia para a propriedade fundiária, principalmente com o avanço da modernização da produção. Fraquelli (1979, p. 337) ressalta que

> [...] no caso do arroz, no Rio Grande do Sul, devido as exigências físicas – terras de várzea, água, facilidades de drenagem do solo – e a deficiência no sistema de exploração agrícola – monocultura, produção extensiva – verifica-se não só uma restrição quanto às áreas passíveis de utilização para o cultivo deste cereal, como também a necessidade do uso de terras “de muda”, o que é conseguido pela aquisição ou arrendamento. Embora os pioneiros da irrigação pareçam ser proprietários, aparecem também pequenos industriais e comerciantes associados a fazendeiros, sendo o arrendamento fator que individualiza a rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul nos seus primórdios.

Constitui-se, deste modo, as duas regiões mais importantes do início da lavoura capitalista do Rio Grande do Sul – Cachoeira do Sul, aproveitando-se de seus vales úmidos e cursos d’água da bacia do Rio Jacuí, e Pelotas, através da Lagoa dos Patos e do Rio Pelotas (BESKOW, 1984).

**Tabela 02 – Produção de Arroz no Município de Cachoeira do Sul em áreas com levante mecânico – Safras 1906/1907 a 1915/1916**

| Safra | Número de Lavouras | Produção (Sacas 50 kg) | Área total (Hectares) |
|---|---|---|---|
| 1906/07 | ... | 5000 | |
| 1907/08 | ... | 11000 | |
| 1908/09 | 11 | 51060 | 1216 |
| 1909/10 | 16 | 73505 | 1750 |
| 1910/11 | 18 | 112550 | 2680 |
| 1911/12 | 31 | 114750 | 2731 |
| 1912/13 | 80 | 287760 | 6848 |
| 1913/14 | 92 | 401205 | 9476 |
| 1914/15 | 104 | 382300 | 9100 |
| 1915/16 | 129 | 402500 | 9585 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul (1935).

A partir daí, conforme Tabela 02, Cachoeira do Sul teve um aumento exponencial no cultivo do cereal. Na safra 1908/1909 o arroz era cultivado em 11 lavouras com levante mecânico no município, totalizando 1.216 hectares que produziram 51.060 sacas de arroz. Passados sete anos, na safra 1915/1916, já eram 129 lavouras de arroz que produziram 402.500 sacas de 50 quilogramas de arroz em seus 9.585 hectares cultivados – um aumento de quase 800%.

Em 1920, com o Censo Agropecuário realizado pela Diretoria Geral de Estatística, Cachoeira do Sul confirmou seu posto de maior produtor de arroz do Rio Grande do Sul, com uma produção de 474.518 sacas de arroz uma área de 11.298 hectares, 20,7% dos 54.590 hectares que o estado semeou nesse ano. É seguida pelos municípios de Porto Alegre, com 6.945 hectares; Camaquã, com 4.131 hectares; Rio Pardo, com 3.377 hectares e Pelotas, com 2.866 hectares (BRASIL, 1927).

Esse crescimento da lavoura orizícola no município de Cachoeira do Sul é acompanhado pelo surgimento de grandes engenhos de arroz. Destacam-se o Moinho Cachoeirense (1919), o E. Stracke & Cia. (1920), o Engenho Brasil (Reinaldo Roesch, 1921), o Engenho Willy Tesch e Irmãos Trevisan (1924), o São João (1938), o Bacchin Lewis (1943) e o Alfredo Treichel (1963) (ROHDE, 1995).

Conforme Rohde (1995), o período de 1900 a 1920 foi considerado como experimental, fase em que eram desenvolvidos equipamentos e testados manejos. Após esse período, grandes cifras de capital foram investidas pelos agricultores, alavancando ainda mais a produção de arroz no município que, em 1938, atingiu uma produção recorde de 1.220.000 sacos. Nesse mesmo ano, uma crise comercial internacional agravada pela 2ª Guerra Mundial, movimentou os agricultores. Esses realizaram um Congresso Arrozeiro em 1940 para tratar dos problemas do arroz e da modificação do Instituto do Arroz, criando nesse mesmo ano o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) a fim de amenizar problemas da cadeia orizícola, principalmente através do desenvolvimento de pesquisa e da intervenção comercial.

Denominada Capital Nacional do Arroz, Cachoeira do Sul realizou sua primeira Festa do Arroz em 1941. Essa coincidiu com uma grande enchente que arrasou com as lavouras do município, fato que fez com que a segunda edição da festa fosse cancelada, sendo realizada somente 27 anos depois, em 1968.

Cachoeira do Sul seguiu entre os maiores produtores de arroz do estado, juntamente com Pelotas, Guaíba e Tapes, até a safra de 1951-1952, em que produziu 75.900 toneladas do cereal, aproximadamente 14% do total ali produzido. Depois desse ano o município sofre uma redução da produtividade e uma perda de áreas pelo desmembramento dos municípios de Faxinal do Soturno, Agudo, Restinga Seca (1959) e Paraíso do Sul (1988). A lavoura de arroz começa a ganhar espaço em outras regiões do estado, principalmente em municípios da Fronteira Oeste, com a implantação de lavouras em grande escala (ROHDE, 1995).

Atualmente o arroz é produzido em 129 municípios do Rio Grande do Sul, onde cerca de 232 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da exploração dessa cultura. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), 9.247 produtores cultivaram arroz no estado na safra 2016/2017. O setor agroindustrial do arroz também merece destaque, posto que quase 50% do arroz do país é beneficiado pelas 184 indústrias de beneficiamento do RS (SOSBAI, 2018).

O valor bruto de produção do arroz é estimado em R$ 7,4 bilhões, representando 3% do ICMS e 1,58% do PIB do Rio Grande do Sul. Na metade sul do estado, o arroz irrigado é a principal atividade econômica, representando mais de 50% do valor bruto de produção para diversos municípios. Uma particularidade dessa cultura é a possibilidade de ser cultivado tanto em pequenas como em médias e grandes áreas, permitindo que a agricultura familiar e a empresarial se desenvolvam

e utilizem o arroz como alternativa para geração de renda e empregos, colaborando para o desenvolvimento da região.

A partir do exposto percebe-se a importância histórica do arroz para as mais diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul, desde o seu início – principalmente em regiões coloniais, como no vale do Rio Pardo – até o advento de lavouras empresariais, lideradas pelo município de Cachoeira do Sul, denominada Capital Nacional do Arroz.

No próximo subtítulo são trazidas informações referentes à produção de arroz no Vale do Rio Pardo, região do presente estudo, não deixando de lado o município de Cachoeira do Sul. Essa cidade se destaca por toda a sua história no cultivo de arroz e sua ligação até hoje com a Região do Vale do Rio Pardo no comércio de máquinas agrícolas e peças de reposição, assistência técnica, beneficiamento de arroz e fornecimento de insumos.

## 2.3 O Vale do Rio Pardo e o arroz

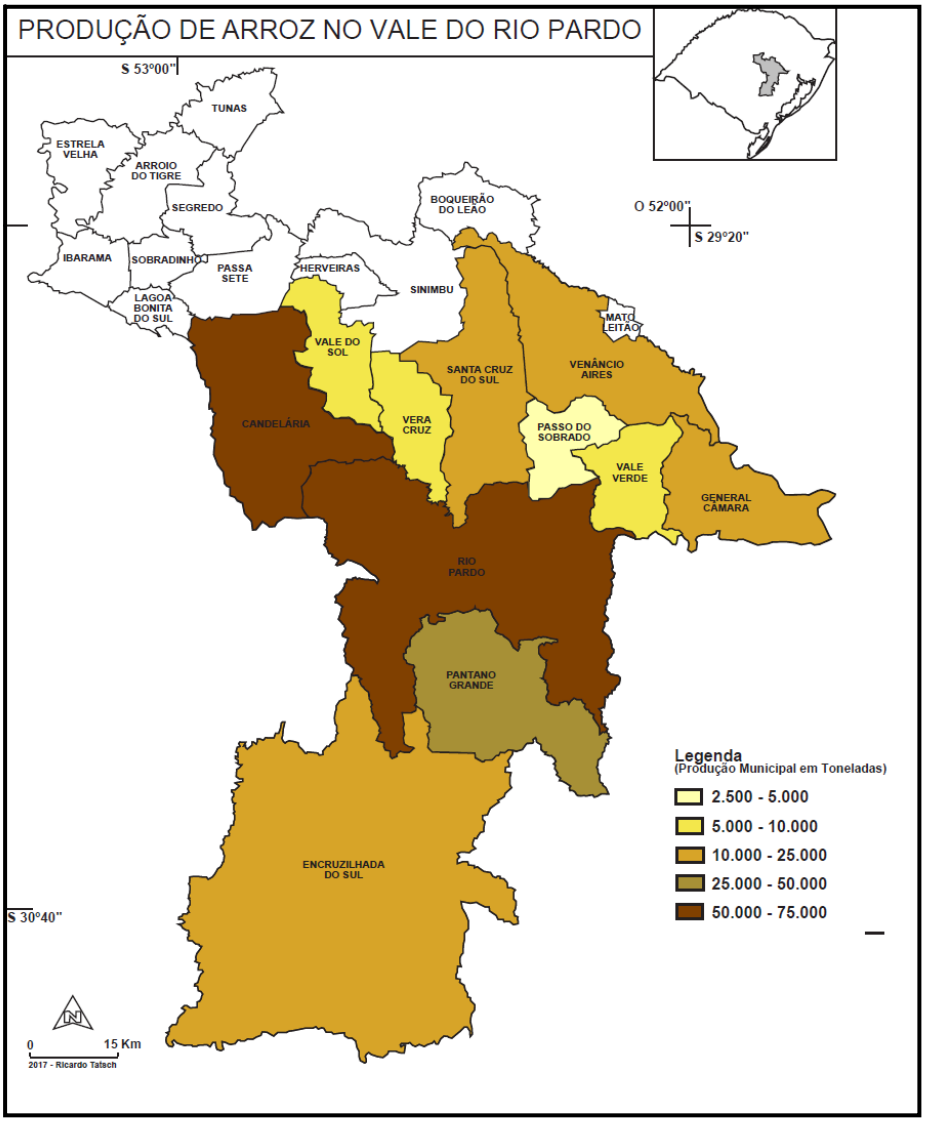
O Vale do Rio Pardo, localizado na encosta do planalto meridional rio-grandense, é formado por 23 municípios, compreendendo uma área de 13.172 km² com uma população de 435 mil habitantes. É composto especialmente por descendentes de origem alemã no centro, alemã e italiana no norte, e açoriana, no sul. Tem grande importância em nível estadual principalmente nas exportações. Em 2010 a região foi responsável por 11,4% das exportações totais do Rio Grande do Sul, e responsável por 3,98% do Valor Agregado Bruto (VAB) do estado (FEE, 2015).

Segundo a FEE (2015) o VAB da região do Vale do Rio Pardo é composto em 13% pela agropecuária, 29% da indústria e 57,4% de serviços, indicando uma maior participação da agropecuária e da indústria e menor dos serviços quando comparado à média estadual; é responsável por 5,9% do VAB da agropecuária do Estado. Desse, o cultivo de arroz e de trigo totalizam 12%.

A produção de arroz se dá, conforme Figura 01, em 11 dos seus 23 municípios, abrangendo uma área de 32.709 hectares nesta última safra (2017/ 2018), 5,4% inferior ao registrado 10 anos atrás, quando somava 34.574 hectares. Os municípios de Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande são os que detêm as maiores áreas com, respectivamente, 8.700, 8.500 e 4.600 hectares, representando 67% do total da área

regional. Com uma produtividade média de 7.642 quilogramas por hectare, representando um acréscimo de 18,5% em 10 anos, a região produziu 250 mil toneladas do cereal na safra 2017/ 2018 (IRGA, 2018).

**Figura 01 – Mapa da produção de arroz na Região do Vale do Rio Pardo**




Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2017).

Para uma maior aproximação com a realidade orizícola da Região do Vale do Rio Pardo e caracterização de seus produtores, serão aqui utilizados dados do Minicenso realizado pelo Instituto Rio Grandense do Arroz na safra 2014-2015, trazendo informações dos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo, que somavam naquela safra uma área de 22.536 hectares, 68% do total da Região.

Uma característica da lavoura arrozeira, que se perpetua ao longo da história, é o arrendamento de terras de grandes fazendas por produtores rurais, principalmente mais ao sul do VRP, onde prevalecem descendentes açorianos. Conforme a Tabela 03, Rio Pardo e Pantano Grande têm, respectivamente, 79% e 60% de seu cultivo em áreas arrendadas; já o município de Candelária, com predomínio de descendentes alemães, apresenta 45% das áreas arrendadas.

Outro ponto que podemos destacar nesta tabela é o percentual da área cultivada em rotação com culturas de soja, milho e pastagem, valor este que indica uma conscientização dos produtores sobre a necessidade de reconversão de áreas infestadas por arroz vermelho[5] para uma produção sustentável, além de ser uma diversificação na renda da propriedade. Vale ressaltar, porém, que nem todas as áreas podem ser utilizadas com outros cultivos. O município de Candelária, com 19% da área com rotação de culturas, é caracterizado por áreas menores, planas, baixas e de difícil drenagem, dificultando a expansão de outras culturas. Rio Pardo, com 26% da área em rotação, possui áreas intermediárias, possibilitando outros cultivos. Já em Pantano Grande, que possui 60% da lavoura cultivada em rotação com outras culturas, predominam grandes extensões de áreas, com relevo menos plano e com menor probabilidade de inundações, facilitando a inserção de outras culturas nessas áreas de várzea.

**Tabela 03 – Área total cultivada, área arrendada, e área cultivada com rotação de culturas (soja, milho e/ou pastagens) dos Municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo na Safra 2014/2015**

| | ***Área total (ha)*** | ***Arrendada (ha)*** | ***Arrendada (%)*** | ***Própria (ha)*** | ***Própria (%)*** | ***Rotação (ha)*** | ***Rotação (%)*** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***Candelária*** | 8950 | 4027 | 45% | 4923 | 55% | 1709 | 19% |
| ***Pantano Grande*** | 4337 | 2620 | 60% | 1717 | 40% | 2810 | 65% |
| ***Rio Pardo*** | 9249 | 7344 | 79% | 1905 | 21% | 2366 | 26% |
| *Total* | **22536** | **13991** | **62%** | **8545** | **38%** | **6885** | **31%** |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2015).

[5] O arroz-vermelho (*Oryza sativa L.*) é a principal planta daninha em lavouras de arroz. Possui características genéticas, morfológias e bioquímicas semelhantes ao arroz cultivado, sendo, assim, de difícil controle. E é responsável por significativas reduções de produtividade e qualidade de grãos de arroz (SOSBAI, 2018).

A Tabela 04 evidencia essas diferenças entre os municípios do VRP. No município de Candelária 75% dos produtores, 216 do total de 288, cultivam uma área menor que 50 hectares, representando 30% do total da área de arroz do município. Não existe ali nenhum produtor com área maior que 201 hectares. Para Rio Pardo, o número de produtores com área de até 50 hectares é de 47, quase 50%, porém já aparece um número maior de produtores com áreas superiores a 101 hectares. Já em Pantano Grande, essa realidade é bem diferente, 83 % dos produtores possuem área superior a 51 hectares, e 53% dos 4337 hectares de arroz do município são cultivados por apenas 9 produtores, que cultivam áreas superiores a 201 hectares.

**Tabela 04 – Número de produtores e percentual da área cultivada, estratificados pelos tamanhos das lavouras**

| Município | Número de produtores | Até 50 ha | | De 51 a 100 ha | | De 101 a 200 ha | | Acima de 201 ha | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | N.º Prod. | % | N.º Prod. | % | N.º Prod. | % | N.º Prod. | % |
| Candelária | 288 | 216 | 30,3 | 43 | 28,9 | 29 | 40,8 | 0 | 0 |
| Pantano Grande | 30 | 5 | 3,6 | 8 | 16,5 | 8 | 26,9 | 9 | 53 |
| Rio Pardo | 98 | 47 | 15,1 | 19 | 16,8 | 20 | 30,7 | 12 | 37,4 |
| **Total** | **416** | **268** | **18,9** | **70** | **21,5** | **57** | **34,0** | **21** | **25,5** |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2015).

Um fator de grande importância para a sustentabilidade dos produtores de arroz é a sua produtividade. Com a Tabela 05 podemos visualizar a distribuição dos produtores de acordo com sua produtividade. Não há uma relação direta entre o tamanho da área do produtor e sua produtividade; tem-se pequenos e grandes produtores de arroz com altas e baixas produtividades. Um dado a ressaltar é o percentual de orizicultores da região com produtividades inferiores à média do estado – de 7780 kg/ha na safra 2014/2015. Em Candelária e Rio Pardo, 68% e 59% dos produtores, respectivamente, colheram menos que 7.500 kg/ha; em Pantano Grande são 40% dos produtores nessa faixa de produtividade. Não cabe aqui entrar no mérito nem aprofundar sobre o motivo desses produtores terem essas baixas produtividades, porém, é um dado importante a ser considerado em estudos sobre o desenvolvimento e a subsistência da cadeira orizícola na Região.

**Tabela 05 – Número de produtores e percentual da área cultivada por faixa de produtividade média**

| Município | Até 6500 kg/ha | | De 6501 a 7500 kg/há | | De 7501 a 8500 kg/ha | | Acima de 8501 kg/ha | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **N.º Prod.** | **%** | **N.º Prod.** | **%** | **N.º Prod.** | **%** | **N.º Prod.** | **%** |
| Candelária | 9 | 2,34 | 187 | 60,24 | 83 | 35,02 | 9 | 2,4 |
| Pantano Grande | 4 | 9,8 | 8 | 29,5 | 8 | 19,6 | 10 | 41,1 |
| Rio Pardo | 22 | 27,9 | 36 | 32,4 | 26 | 27,8 | 14 | 11,9 |
| **Total** | 35 | 14,3 | 231 | 42,9 | 117 | 29,1 | 33 | 13,7 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Irga (2015).

Os dados até aqui levantados falam da importância histórica que o arroz tem para o Rio Grande do Sul e das características desse cultivo no Vale do Rio Pardo, com destaque para as três cidades investigadas nesse estudo – Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo. Esses dados são importantes porque ajudam a contextualizar o ambiente vivido pelos produtores rurais e influenciam na forma como esses percebem a realidade que os cerca. Para investigar essa realidade e buscar trazê-la para análise selecionou-se a Perspectiva Orientada do Ator. Essa será teoricamente investigada no próximo título.

# 3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E A GESTÃO RURAL

O desenvolvimento rural pode ser visto sob variadas perspectivas, dependendo tanto das concepções ideológicas e institucionais, quanto dos atores que são analisados no processo. Como já mencionou Schmitt (2011, p. 83), essa palavra “tem operado como uma ideia-força, capaz de articular distintas constelações de atores, significados e práticas”. Nesse capítulo, pretendeu-se acionar as contribuições da Perspectiva Orientada ao Ator (POA) como uma aproximação metodológica para compreender o desenvolvimento na produção orizícola, com especial ênfase para os processos de gestão rural.

A partir dessa proposta teórica, busca-se analisar as percepções dos atores – no caso, os orizicultores – sobre fatores que possam ter influência sobre a forma com que gerem as suas propriedades. Para isso, é importante ver esses como agentes, e não meros receptáculos de conhecimentos. Como foi destacado por Bulhões e Soglio (2009), mesmo com suas deficiências, essa forma de pesquisa “já é uma inovação em relação às pesquisas convencionais restritas aos campos experimentais e laboratórios” (BULHÕES; SOGLIO, 2009, p. 614).

Bessen (2016) enfatiza a importância dessa teoria porque ela permite analisar a implementação de políticas públicas tanto pela ótica dos seus implementadores quanto pelas dos beneficiários. Assim, permite que sejam observadas as formas sociais, suas transformações e retransformações no dia a dia das pessoas que as vivenciam (LONG, 2001). Assim, o “enfoque orientado ao ator encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas” (BESSEN, 2016, p. 27). A partir dele é possível fazer uma “ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura” (SCHMITT, 2011, p. 86). Assim, a POA:

> [...] salienta a importância de valorizar a forma como os próprios agricultores moldam os padrões de desenvolvimento agrários. Apesar de suas escolhas serem muitas vezes limitadas pela falta de recursos críticos, os agricultores não devem ser vistos como os receptores passivos ou vítimas de uma mudança planejada, nem como tão envolvidos na rotina que simplesmente seguem as regras ou convenções estabelecidas. Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas. Eles também tentam criar espaço para os seus próprios interesses de forma que possam se beneficiar de – ou, se necessário, neutralizar – intervenções por grupos externos ou agências. (LONG; PLOEG, 2011, p. 29).

Essa perspectiva propõe ainda que “é legítima a contraposição de um saber com o outro, buscando a valorização do conhecimento dos agricultores.” (BULHÕES; SOGLIO, 2009, p. 615). Ou seja, considera-se o conflito entre os diferentes desejos e saberes dos atores como uma legítima forma de gerar transformações efetivas no âmbito rural. Para isso, é importante compreender de que forma as transformações propostas são assimiladas ou não pelos produtores e de que maneira elas são transformadas por seus próprios conhecimentos.

Assim, o capítulo se divide em três partes: na primeira é apresentada a POA, tal como foi concebida por Long e Ploeg, juntamente com o saber teórico que levou a sua criação. Nesse momento, é importante compreender a necessidade de desconstruir os modelos estruturais de desenvolvimento (LONG; PLOEG, 2011), assim como a ideia de que a capacidade de desenvolver encontra-se apenas no ator, desconsiderando fatores externos. Portanto, a proposta teórico-metodológica está em uma nova forma de combinar as capacidades dos indivíduos e grupos de agirem mesmo quando suas opções são restritas por questões estruturais. Nesse subtítulo são apresentados alguns dos principais conceitos que perpassam a POA, como heterogeneidade, agência, ação social, cultura, significados, interface, arenas e domínios sociais.

Para ampliar essa compreensão, o segundo subtítulo traz o conceito de agência, a partir da teoria da estruturação, de Giddens (2003). Assim, acredita-se que é possível analisar a capacidade dos atores para além dos fatores macroeconômicos – ou apesar deles. Coloca-se, então como possibilidade a sua capacidade de, dentro de uma estrutura estabelecida, transformarem suas realidades. A combinação da Perspectiva Orientada ao Ator com a Teoria da Estruturação permite que o pesquisador direcione o olhar para os processos microssociais sem ignorar os macroprocessos, ou melhor, utilizando-se dos primeiros para compreender os segundos.

Pinch e Bijker (2008) atentam para a capacidade de os atores desenvolverem caminhos que levem a melhorias, apontando que, para tanto, é preciso que compartilhem percepções sobre a realidade e os problemas que os rodeiam. Tais melhorias são possíveis, segundo Long e Ploeg (1994), quando os grupos sociais mobilizam a sua capacidade de agência. Para Medeiros e Cazella (2016, p. 688), “a agência não se refere somente às intenções que as pessoas têm para realizar

determinadas coisas, mas, sobretudo, à sua capacidade de colocar essas coisas em prática". Ou seja, trata-se da habilidade de pensar e de agir de forma alternativa.

> A agência depende da habilidade do indivíduo de gerar mudanças em relação a um estado de coisas ou curso de eventos preexistentes, o que implica que todos os agentes, mesmo aqueles que se encontram em posições de subordinação, se apropriam de um determinado tipo de poder e podem exercer influências. (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 688).

Essa capacidade, como pretende-se mostrar no terceiro subtítulo, está relacionada também a forma como é pensada a gestão nas propriedades rurais. Isso porque a "percepção de que a articulação dos diversos grupos sociais relevantes, compostos por variados atores sociais, é um catalisador da definição e da operacionalização de seus objetivos e práticas de gerenciamento" (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 690). É através da sua capacidade de agência que a gestão é ou não realizada nas propriedades rurais.

Assim, a terceira parte desse estudo traz a possibilidade de utilizar a POA especificamente para compreender o processo de gestão a partir dos atores. Para isso, pensa-se a gestão como um potencial para desenvolver as propriedades orizícolas, através de um maior controle de custos. Entretanto, resta pensar como essa possibilidade é encarada pelos orizicultores, trazendo a sua percepção sobre a necessidade – ou não – de técnicas de gestão, relacionadas à possibilidade de agência dos atores para a sustentabilidade produtiva.

Mais do que isso, como afirma Deponti (2007), o desenvolvimento da agência é um processo em que os atores acionam habilidades, discursos, estratégias; é onde desenvolvem seu empoderamento e, através disso, buscam a construção de uma sociedade mais igualitária, tanto nas questões econômicas quanto sociais e políticas. Por isso, é importante também pensar o papel das instituições e outros atores que interagem com os orizicultores e, nessa interação, contribuem ou não para a participação e para o empoderamento dos produtores rurais.

## 3.1 A Perspectiva Orientada ao Ator

A Perspectiva Orientada ao Ator (POA) foi desenvolvida por Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg, na Holanda, através do Grupo de Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen, com influências da Antropologia. Essas pesquisas

contribuíram consideravelmente para pensar o desenvolvimento na América Latina. A teoria foi adotada especialmente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (GONZÁLEZ et al., 2014). As bases teóricas, segundo Long (2007), estão na epistemologia da prática. Além disso, a POA é influenciada pela Teoria da Estruturação, de Giddens (2003) e:

> [...] apresenta interface com outras teorias do pensamento social como o marxismo e weberiano. Em relação ao marxismo, esta perspectiva critica a ideia de que as estruturas são dadas aos indivíduos, pois se considera que estas não são fixas, elas são mutáveis e reconstruídas pela capacidade de agência dos atores. Sua relação com o pensamento weberiano está na a utilização dos conceitos-chave de agência e de poder (a partir da teoria de Giddens) que brindaria aos atores a capacidade de fazer a diferença. (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 106).

É identificada, portanto, com a microssociologia, pois busca no cotidiano, no fazer dos agricultores as respostas para compreender as macroestruturas. Como coloca Schmitt (2011, p. 89), encontra-se: “entre o esforço de reconhecimento da diversidade, multilinearidade e multidimensionalidade do desenvolvimento – acompanhada, frequentemente, de uma grande atenção para processos microssociais.” (SCHMITT, 2011, p. 89). Portanto,

> Este enfoque considera a necessidade de priorizar o entendimento de como os processos externos influenciam e interagem com os processos endógenos de desenvolvimento, analisando a partir dos atores, de como eles se colocam e reagem diante destes processos. É como entender o micro para poder pensar a influência do macro e não ao contrário, pois a perspectiva não ignora as estruturas, mas admite a agência e o poder de intervenção aos atores. (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 105).

Assim, faz uma crítica tanto à teoria da modernização quanto às marxistas ou neomarxistas. Para Long e Ploeg (2011), essas teorias pecam ao não considerar a capacidade de os atores agirem e reagirem mesmo quando submetidos a situações econômicas, políticas e sociais que os cercam. Segundo Long (2001), essas teorias não observam as práticas auto-organizantes dos indivíduos que habitam, experimentam e transformam o território.

A teoria da modernização consistiria na crença de que há um “movimento progressivo em direção a formas tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas” (LONG; PLOEG, 2011, p. 22). Assim, para alcançar o desenvolvimento, é necessário que haja uma transferência de tecnologias e conhecimentos especialmente para as áreas em que isso encontra-se mais escasso. Ou seja, quando

são consideradas as possibilidades de resistência dos atores, essas são vistas como obstáculos sociais e culturais que devem ser transpostos para que se possa modernizar a agricultura (PLOEG et al., 2000).

Esse paradigma, identificado como liberal, acredita, por fim, na ideia do *trickle-down effect* (LONG; PLOEG, 2011), ou seja, na possibilidade de que o desenvolvimento se alastra pela sociedade, eventualmente atingindo os produtores mais pobres, “menos desenvolvidos”. Com orientação ideológica oposta, o paradigma marxista ou neomarxista peca porque também não considera os atores como agentes ativos de seu próprio desenvolvimento.

Para os neomarxistas, esse processo de transferência de conhecimentos e tecnologias é parte inerente do sistema capitalista que, em última instância, visa não o desenvolvimento das classes trabalhadoras. Visa, isso sim, a continuidade da reprodução das desigualdades, a abertura de novos mercados, a acumulação progressiva de capital (LONG; PLOEG, 2011). Esse processo está ligado à globalização e à expansão desse sistema, mantendo países e regiões em situação de subordinação. Assim, a modernização da agricultura seria mais uma forma de manter os padrões do capitalismo mundial.

Como identificam Long e Ploeg (2011), esse paradigma tampouco explica os processos de desenvolvimento como eles se apresentam para os atores neles envolvidos. Longe de desconsiderar as influências desses paradigmas, o que os autores propõem é que eles sejam pensados a partir do cotidiano, da adesão ou resistência dos produtores, como agentes ativos nesses processos. Assim,

> Ambas as teorias acreditam nos processos de comercialização e mercantilização como os processos orientadores ao desenvolvimento agrário [...] estas teorias estruturais possuem limitações teóricas e metodológicas, pois se apoiam em determinismos, linearidade e hegemonia institucional. (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 104).

Para isso, é importante ainda não ver os atores como indivíduos isolados, em uma abordagem subjetiva, mas como sujeitos que criam redes e conhecimentos. Ressaltam ainda que esses não apenas reagem, mas ativamente agem para modificar suas realidades. Nesse sentido, é preciso pensar em uma nova forma de ver o desenvolvimento rural. Nenhum dos paradigmas precedentes, “ao que parece, dá atenção suficiente às maneiras pelas quais os grupos e processos locais podem contribuir, e na verdade modificar, os padrões de desenvolvimento regional e nacional” (LONG, 1994, p. 216).

Segundo Long (1982), a formulação de abordagens teóricas para o estudo do desenvolvimento rural visa atender tipos específicos de problemas. Esses variam desde questões mais gerais, como a transformação da sociedade rural, até investigações mais específicas, a exemplo a influência de um determinado fator na promoção da mudança socioeconômica. Diversos estudos brasileiros têm adotado a POA para a análise de temáticas como a introdução de tecnologias no campo (MEDEIROS; CAZELLA, 2016), a extensão rural (DEPONTI; ALMEIDA, 2012), agroecologia (BULHÕES; SOGLIO, 2009), a diversificação produtiva (LUDTKE, 2016; LUDTKE; RAMBO, 2014), entre outras.

Entre as questões Ploeg et al. (2000) citam: consequências dos processos de comercialização da agricultura, urbanização e a industrialização; identificação de instituições ou fatores que atuam como inibidores ou facilitadores do processo de desenvolvimento socioeconômico; variação nas reações às oportunidades econômicas dentro de um grupo ou entre grupos, levando a estudos sobre o espírito empresarial e sobre a adoção e difusão de inovações; influência de políticas de desenvolvimento em áreas rurais, examinando os resultados destes programas específicos de desenvolvimento rural; análise da articulação dos sistemas local e nacional, dos mecanismos pelos quais determinadas zonas rurais ligam-se a economia nacional e internacional, o papel e as características dos intermediários de vários tipos, relações entre diferentes modos de produção.

Assim, a teoria pode contribuir para pensar o desenvolvimento rural sob outra perspectiva, trazendo para a discussão os atores e as estratégias por esses acionadas. Para além da visão do paradigma da modernização, que cuja ênfase está na transferência de tecnologias e conhecimentos, a POA possibilita pensar o desenvolvimento como um processo multi-nível, multi-ator e multifacetado, cujas bases se encontram em sua tradição histórica (BESSEN, 2016). Assim,

> Os projetos dos atores não são simplesmente atados a cenários estruturais determinados pelo circuito de mercadorias ou por programas de desenvolvimento organizado pelo estado. Mais do que isso, é através das formas pelas quais tais projetos se articulam que particulares “estruturas” são criadas, reproduzidas e transformadas. Somente assim, pode-se chegar a uma completa apreciação teórica e empírica da diferenciada natureza e das transformações da vida agrária (LONG, 2001, p. 231).

Para tanto, como colocam González et al. (2014), é necessário que haja uma sensibilidade do pesquisador, uma capacidade de compreender o ponto de vista dos atores, vistos como agentes de seu próprio desenvolvimento. Schmitt (2011), por sua

vez, afirma que essa teoria vem preencher um vazio deixado pelos paradigmas precedentes que criaram uma dissociação entre o saber acadêmico e o mundo real. Para a autora, esses não explicavam mais a forma como o neoliberalismo alterou as relações de poder que se colocaram no processo de desenvolvimento rural. Logo,

> Long e Ploeg (2011) estabelecem uma conexão da Perspectiva Orientada ao Ator ao paradigma do desenvolvimento rural ao enfatizar que este se externaliza em processos multi-nível, multi-ator e multifacetado, ao estabelecer relações micro e macro, vincular diversos atores (agricultores, agentes de desenvolvimento, empresários, organismos estatais) pela competência dos recursos e ao confrontar diversas questões associadas no meio rural como são: paisagem, conservação dos recursos naturais, agro turismo, produção orgânica, produção de alta qualidade e produtores regionais, o que implica também a reconfiguração do uso dos recursos rurais. Por tanto a heterogeneidade é uma característica estrutural deste processo [...] (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 113).

Ploeg et al. (2000) afirmam que o desenvolvimento rural pode ser caracterizado, portanto, como “multinível”; “multiator” e “multifacetado”. Para a primeira característica, haveriam cinco níveis de análise: 1) As inter-relações globais entre a agricultura e a sociedade: as áreas rurais não oferecem somente alimentos e matérias-primas, mas devem ser reorganizados para encontrar novas necessidades e expectativas; 2) A necessidade de considerar um novo modelo para o setor agrícola a fim de aumentar a diversificação nas propriedades, capaz de aumentar as sinergias entre ecossistemas locais e regionais; 3) Os indivíduos, suas famílias e suas identidades, com destaque para a coordenação e alocação do trabalho dentro da família e o foco em atividades múltiplas. 4) A redefinição da comunidade rural e seus participantes, não mais somente agricultores, mas novos atores e possibilidades que constituem o meio rural. 5) O papel decisivo das políticas e instituições no desenvolvimento rural, devendo caminhar para uma política rural descentralizada, não dirigida apenas à agricultura.

Como segunda característica, multiator, tem-se as instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural, dependentes de seus diversos atores, e suas relações entre o local e global. E a multifacetada, terceira característica, aborda as novas atividades como agroturismo, produção orgânica e produção com diferencial qualitativo (PLOEG et al., 2000). As novas abordagens para o desenvolvimento rural se constroem, portanto, de forma territorial, com raízes na história, na cultura e nos ecossistemas, cujos atores são tratados como verdadeiros agentes do processo de mudança. Assim, valorizam-se os estilos de vida e as formas de vivência que a vida

rural pode assumir (PLOEG et al., 2000). Para esse tipo de análise, a POA tem como vantagem o fato de que:

> [...] ela parte de um interesse em explicar respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas. Portanto, se presume que os padrões diferenciais que emergem são, em parte, criados pelos próprios atores. Os atores sociais não são vistos simplesmente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas sim como participantes ativos que processam informação e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. (LONG; PLOEG, 2011, p. 24).

Assim, é possível entender, através dessa teoria, de que forma as mudanças nas formas de fazer social surgem no mundo rural. Sobretudo, a ênfase está em compreender como os atores transformam e retransformam as questões estruturais no seu cotidiano. Assim, analisa a forma como “diferentes agricultores (ou categorias de agricultores) definem e operacionalizam seus objetivos e práticas de gerenciamento agrícola com base em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas.” (BESSEN, 2016, p. 14).

Não se pode explicar as mudanças apenas como o resultado de forças externas, como o Estado ou o mercado, posto que todas “as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, por isso elas são mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais” (LONG; PLOEG, 2011, p. 23). Assim, de acordo com Long (2001), para a implementação de políticas de desenvolvimento rural ou para o estudo de sua influência no cotidiano dos produtores é necessária a compreensão de interface social. Isso porque os “diferentes padrões que emergem resultam das interações, negociações e lutas sociais que ocorrem entre os diversos tipos de atores” (LONG; PLOEG, 2011, p. 24) ou seja, é importante compreender questões relativas à heterogeneidade social e à diversidade cultural.

Há uma diversidade muito grande entre os agricultores no que se refere às estratégias para solucionar problemas enfrentados no dia a dia. Eles criam soluções baseadas no seu conhecimento e nos recursos disponíveis em sua localidade. Porém, muitas vezes, esse conhecimento local é marginalizado pelo conhecimento científico, criando uma esfera de ignorância, na qual os agricultores são tratados como invisíveis em contraste com experts, visíveis e autoritários (LONG, 2001). Através da

Perspectiva Orientada ao Ator é possível a identificação da oposição entre a visão de desenvolvimento dos agricultores e dos agentes externos.

Para Alves (2008), alguns conceitos são necessários à compreensão da Perspectiva Orientada ao Ator. Entre eles, o autor menciona a heterogeneidade do meio rural. Ou seja, mesmo sob condições semelhantes, criam-se diferenciações e essas precisam ser estudadas, assim como os processos sociais que as envolvem. Isso porque as diferenças podem se reproduzir e se transformar, criando novos padrões no espaço. Sobre essa, Long e Ploeg (2011, p. 34) afirmam:

> A heterogeneidade na agricultura implica não só a adoção ou aplicação de modelos agrícolas propostos pelo estado e por outras agências intervenientes, mas também uma ampla gama de modificações, transformações, reações e alternativas ativamente geradas. Essas modificações e reações, assim como a busca de novas estratégias, emergem a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam.

Portanto, é preciso não ver a realidade desses atores de forma generalizante, considerando as estruturas comuns, mas também as formas como os atores transformam, modificam, reagem e criam alternativas a essas. Para Villa Verde (2004, p. 32): “Reconhecer, na prática, a expressividade do espaço rural é trazer essa dimensão para o plano operacional, incorporando-a nas análises, nos programas e nos projetos governamentais e não governamentais”.

O segundo conceito considerado por Alves (2008) consiste no conceito de agência, que será melhor trabalhado no segundo subtítulo desse capítulo. Por hora, menciona-se apenas que essa consiste na capacidade reflexiva que o ator tem sobre a sua realidade e o contexto que o circunda. Assim, desenvolve estratégias e conhecimentos com base em seu conhecimento empírico e, também, com a experiência dos outros, sendo capaz de atuar sobre o universo que o cerca (GIDDENS, 2003).

O conceito de agência está intimamente ligado ao de ação social. Essa trata do fato de que a ação nunca é puramente individual, mas se dá em redes de relações entre humanos e não humanos (ALVES, 2008; BESSEN, 2016). Ela se dá na forma como são rotineiramente realizadas as atividades e também nas alterações dessas rotinas. Essas são limitadas por diversos fatores sociais, valores morais e relações de poder que não podem ser simplificados em categorias pré-concebidas (como classe ou etnia), mas devem ser vistas em suas especificidades (LONG, 2002).

> Uma tarefa principal dessa análise, portanto, é identificar e caracterizar estratégias e lógicas divergentes de atores, as condições sob as quais elas surgem, sua viabilidade ou efetividade na resolução de problemas específicos e suas consequências sociais. (LONG; PLOEG, 2011, p. 28).

Para Alves (2008), cabe ainda considerar que os valores e significados não se dão em estruturas culturais pré-estabelecidas, mas são adaptados às condições específicas dos atores em seus contextos. Assim, podem-se criar novos padrões culturais. A cultura não é, por tanto, um dado imutável de determinado grupo, mas um processo em transformação constante. Essa questão também será trabalhada no segundo subtítulo desse capítulo, quando a noção de conhecimento é trazida para pensar a capacidade de agência.

O último quesito trazido por Alves (2008) é a questão da interface social. Aqui, são colocadas em relação as diferenças culturais e sociais, as experiências e as hierarquias de poder, sendo mediadas, mantidas ou transformadas. Podem resultar dessas futuras articulações ou confrontos de interesses. Se estabelecem assim os campos de batalha do conhecimento, ou seja, os espaços em que diferentes desejos e conhecimentos se confrontam. Esses conflitos não se dão somente entre um grupo de atores (como os orizicultores), mas com os demais que ali interferem como, por exemplo, as políticas públicas governamentais, as universidades e institutos de fomento. Portanto, envolvem tanto o nível local quanto questões maiores que podem influenciar o cotidiano desses atores.

É importante reconhecer, portanto, que que há uma grande divergência nas formas de saber e de fazer desenvolvidas pelos produtores. Essas podem ser consequências de conhecimentos acumulados através da experiência, da educação intergeracional, das relações com outros atores, do convívio com a natureza. “Essas diferenças refletem variações nas formas como os atores tentam lidar, cognitivamente e organizacionalmente, com as situações que encontram” (LONG; PLOEG, 2011, p. 28). Segundo Alves, (2008, p. 41) a POA é útil no sentido de que:

> Ela nos força a investigar como tipos específicos e distantes de conhecimentos (incluindo o nosso próprio) são formatados pelos domínios de poder e relações sociais, nas quais eles estão/são articulados, encaixados e gerados. Isto nos possibilita entender o grau no qual os “mundos de vida de atores específicos”, com suas práticas de organização e percepções culturais são relativamente autônomas “de” ou se foram, nas palavras de Long, “colonizadas” “por” aspectos mais amplos de ideologias, instituições ou por relações de poder a nível macrossocial.

Portanto, os atores tornam-se mais do que receptáculos passivos de conhecimento, sendo “participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas" (LONG; PLOEG, 2011, p. 24). É nas interfaces que os mundos de vida dos diferentes atores se colocam em contato e se transformam, colocando ali suas convicções ideológicas, assim como as soluções e conhecimentos já encontrados. Como colocam Deponti e Almeida (2012, p. 196):

> Este público reage e aciona formas estratégicas de negociação e de manobra, buscando legitimar seus interesses. A noção de interface social é relevante para explorar e entender problemas de heterogeneidade social, de diversidade cultural e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas, porque permite compreender as respostas diferenciais dos grupos locais, sendo que seus objetivos e interesses, na maioria das vezes, não conferem com os propostos pelas intervenções planejadas. As interfaces cruzam diferentes e, muitas vezes, conflituosos mundos de vida. (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 196).

Nesse espaço se encontram, portanto, as diferenças de valores, interesses e poder (LONG, 2007; DEPONTI; ALMEIDA, 2012) que vão interferir na efetivação de projetos de desenvolvimento. Esses, para Deponti e Almeida (2012, p. 200) se constituem em uma arena “onde tomam lugar confrontações e afrontamentos, onde o conflito é inerente, expressando não somente interesses objetivos opostos, mas também o efeito de estratégias pessoais e de fenômenos idiossincráticos”.

Para González et al. (2014, p. 109), são as noções de domínio e arena que permitem a “análise dos processos de ordenamento, regulação e disputa de valores sociais, relações, utilização de recursos, autoridade e poder”. O domínio, segundo os autores, trata das áreas da vida social em que se organizam os saberes e ideologias dos atores com base em um núcleo central. As arenas, por sua vez, são onde esses domínios de encontram com a intenção de resolver divergências entre eles. São nelas que se desenvolvem as interfaces, ou seja, os encontros entre os diferentes recursos, culturas, poderes (GONZÁLEZ et al., 2014).

> É através do complexo encontro e da mediação entre diversos atores com seus respectivos projetos que emerge a organização das estratégias de desenvolvimento, que são rotas específicas em direção ao futuro. Essa organização é o resultado da interface de diferentes estratégias, ou o que podemos designar de interação de projetos sociais. (LONG; PLOEG, 1994, p. 68-69).

Assim, a capacidade de ação dos atores está relacionada à essa experiência social de interação entre diferentes mundos, conhecimentos e subjetividades. No

próximo subtítulo apresenta-se especificamente o conceito de agência, segundo a teoria da estruturação de Giddens (2003). Assim, é possível compreender com mais clareza como se dão essas interações entre as experiências pessoais, os saberes subjetivos e as relações com outros atores e com as estruturas sociais estabelecidas.

## 3.2 Sobre o conceito de agência

Como visto até aqui, a Perspectiva Orientada ao Ator traz uma proposta metodológica que intenciona ver os agricultores como agentes de seu próprio desenvolvimento. Para isso, faz uso da noção de agência, sob a perspectiva explanada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, expressa especialmente no livro *A constituição da sociedade* (2003), originalmente publicado em 1984. Nessa obra, o autor busca uma teoria que concilie as análises subjetivistas e as estruturalistas, que considere tanto a estrutura quanto a ação individual (daí o termo estrutura + ação = estruturação).

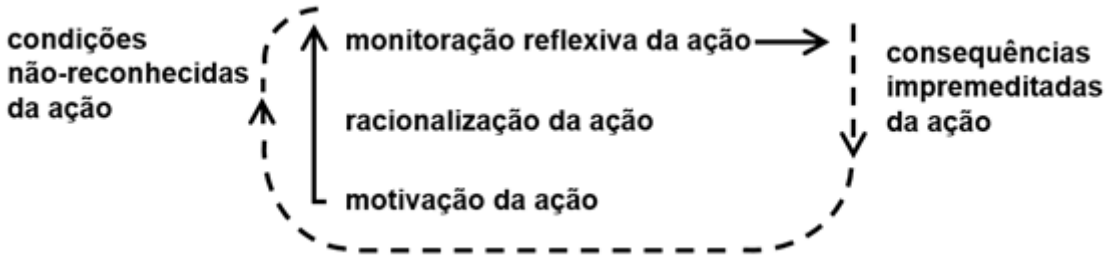
Assim como a POA, também a teoria da estruturação critica os paradigmas precedentes ou, nas palavras de Giddens (2003, p. 01), “O estruturalismo e o funcionalismo enfatizam fortemente a preeminência do todo social sobre suas partes individuais (isto é, seus atores constituintes, sujeitos humanos)”. Tampouco uma abordagem hermenêutica, cujo foco esteja somente no indivíduo, sem considerar seu contexto social e histórico, é suficiente para explicar a realidade social. Portanto, é preciso construir um caminho do meio, que considere a capacidade individual e as coerções do sistema social que envolve o indivíduo. Por isso, é fundamental compreender a capacidade de agência. Essa, segundo Giddens (2003, p. 10-11):

> [...] não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar (sendo por isso que “agência” subentende poder [...]). “Agência” diz respeito aos eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido, a ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. (GIDDENS, 2003, p. 10-11).

Portanto, a capacidade de agência diz respeito à possibilidade que o indivíduo tem de modificar o curso dos eventos que o circundam. Essa capacidade pode ser fortemente limitada por questões econômicas, sociais, valores morais, restrições

políticas, entre outros, mas, nem por isso, deixa de existir. Assim, ser “capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas.” (GIDDENS, 2003, p. 17). O autor explica com o seguinte esquema o processo pelo qual o indivíduo mobiliza sua agência:

**Figura 02 – Modelo de estratificação do agente**




Fonte: GIDDENS (2003, p. 6).

Como explica o autor, a monitoração reflexiva trata daquela consciência que o agente tem sobre suas atividades cotidianas, mas não somente essas, mas também o monitoramento que faz das ações dos outros. A racionalização da ação parte do princípio de que os atores contêm um “conhecimento teórico” sobre as atividades sem, entretanto, terem consciência desse conhecimento. Já a motivação da ação: “refere-se mais ao potencial para a ação do que ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. [...] Muito de nossa ação cotidiana não é diretamente motivada” (GIDDENS, 2003, p. 7).

Portanto, para Giddens (2003), a agência é resultado de um processo reflexivo, posto que esses podem “trazer as diferentes situações pela consciência e refletir suas escolhas. Os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem” (GONZÁLEZ et el., 2014, p. 107). É essa capacidade que permite que os atores, enquanto agentes de seu próprio desenvolvimento, tomem decisões e atitudes que os permitem modificar o curso das situações que se apresentam em seus contextos sociais. Assim, mesmo passando por limitações diversas, eles possuem a capacidade de compreender e de modificar as realidades que se lhes apresentam.

> Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são "detentores de conhecimento" e "capazes". Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas. (LONG; PLOEG, 2011, p. 25).

O conhecimento de que dispõe os atores sociais é, essencialmente, um conhecimento empírico, prático. Para Giddens (2003, p. 05), esse é "inerente à capacidade de 'prosseguir' no âmbito das rotinas da vida social. A linha entre consciência discursiva e consciência prática é flutuante e permeável" (GIDDENS, 2003, p. 05). A consciência discursiva trata da capacidade de explicar racionalmente as ações tomadas no cotidiano, enquanto a prática está mais intimamente ligada à rotinização dos atos. Entretanto, como coloca o autor "não há barreiras entre esses dois tipos de consciência; há apenas as diferenças entre o que pode ser dito e o que, de modo característico, é simplesmente feito" (GIDDENS, 2003, p. 08).

Vale ressaltar ainda que a capacidade de agência não está necessariamente relacionada com o resultado de tais ações, afinal, "a vida social é cheia de diferentes tipos de consequências involuntárias com ramificações variáveis" (LONG; PLOEG, 2011, p. 25). Ou, nas palavras de Giddens (2003, p. 31-32): "O fluxo da ação produz continuamente consequências que não estavam nas intenções dos atores, e estas também podem formar condições não reconhecidas de ação, nos moldes de um *feedback*".

O fato de que eles não controlam necessariamente o resultado não significa, entretanto, que eles não possuam o poder de transformar o curso das coisas.

> E dessa forma eles participam ativamente (apesar de nem sempre no nível de consciência discursiva) na construção de seus próprios mundos sociais, apesar de, como Marx (1962, p. 252)[6] nos previne, as circunstâncias que eles encontram não serem simplesmente fruto de sua própria escolha. (LONG; PLOEG, 2011, p. 26).

A capacidade de agência do indivíduo está associada às relações sociais que eles estabelecem com outros. Pinch e Bijker (2008) falam que para que um grupo social consiga transformações relevantes em seu meio é preciso que os indivíduos

---

[6] MARX, K. The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte. In: MARX, K. **Selected works.** 2º vol. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1962 [1852].

tenham percepção social dos problemas que os circundam. A partir disso, podem construir juntos um caminho alternativo que permita que sejam alcançadas as melhorias que eles desejam. Assim, é preciso que mobilizem a sua capacidade de agência no enfrentamento das questões que são reconhecidas como problemáticas. (MEDEIROS; CAZELLA, 2016).

> É importante enfatizar que a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. (LONG; PLOEG, 2011, p. 26).

Com isso, os atores lembram que a capacidade de agência, apesar de estar no indivíduo, depende também de um contexto social e de associações entre atores. Ou seja, “as estratégias e construções culturais aplicadas pelos indivíduos não surgem do nada, mas são sim retiradas de um estoque de discursos disponíveis (verbais e não verbais)” (LONG; PLOEG, 2011, p. 27). Esses, por sua vez, podem ser compartilhados com atores copresentes ou não – como se dá quando os conhecimentos e habilidades são compartilhados com antepassados. Portanto, a agência não se desenvolve no vácuo,

> Isto é, cada projeto é articulado com os projetos, interesses e perspectivas de outros atores. Tal articulação e estratégica no sentido em que os atores envolvidos irão tentar antecipar as reações e estratégias possíveis dos outros atores e agências. A criação de coligações e/ou o distanciamento de determinados atores *vis-à-vis* outros é uma parte intrínseca dessa ação estratégica. (LONG; PLOEG, 2011, p. 41).

Schmitt (2011, p. 92) enfatiza o caráter relacional dessa agência, que só se materializa “através de pontos nodais de interpretação e interação”. Para a autora é nas redes de relações que se mobilizam os recursos e os significados que colocam em contato diferentes conhecimentos, experiências e mundos. Assim, agem

> [...] transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas. É na confluência entre essas múltiplas realidades, e através de processos de luta, negociação e acomodação, em diferentes campos de batalha, que se constrói o desenvolvimento. (SCHMITT, 2011, p. 92-93).

Long (2007, p. 50) é categórico ao afirmar que a agência “está encarnada nas relações sociais, e só pode ser efetiva através delas”. Ou seja, os atores estão inseridos em campos sociais que são, por sua essência, espaços heterogêneos onde entram em interação diferentes normas e valores. Ao mesmo tempo em que esses

são espaços de batalha do conhecimento, é ali que se desenvolve a aprendizagem e se dá o compartilhamento de diferentes culturas (KRUEL, 2010).

Algumas dessas relações, como coloca Ploeg (2008), marcam a condição camponesa, posto que essa tem como característica a luta por autonomia. Essa luta está envolvida em relações de dependência, de marginalização e de constantes privações (LUDTKE, 2016). Como a agência existe em uma rede de relações, ela

> [...] requer capacidade de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A agência depende da emergência de uma rede de atores que se envolvem nos projetos e práticas de outro indivíduo. (LUDTKE, 2016, p. 79).

Portanto, como coloca Giddens (2003), analisar as relações sociais é importante para a teoria da estruturação – e para a Perspectiva Orientada ao Ator – posto que é ali que se desenvolve a capacidade de agência. Entretanto, para compreender essas relações é preciso atentar para o fato de que elas possuem:

> [...] tanto uma dimensão sintagmática, a padronização de relações sociais no tempo-espaço envolvendo a reprodução de práticas localizadas, quanto uma dimensão paradigmática, envolvendo uma ordem virtual de "modos de estruturação" recursivamente implicados em tal reprodução.[...] Dizer que estrutura é uma "ordem virtual" de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm "estruturas", mas antes exibem "propriedades estruturais", e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva. [...] As propriedades estruturais mais profundamente embutidas, implicadas na reprodução de totalidades sociais chamo de *princípios estruturais*. Aquelas práticas que possuem maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas como instituições. (GIDDENS, 2003, p. 20).

Ainda para o autor, uma das bases da teoria da estruturação está na compreensão de que as “regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema (a dualidade de estrutura)” (GIDDENS, 2003, p. 22). Aquelas regras que permanecem no tempo e no espaço e que, por isso, são especialmente importantes para os estudos relativos à teoria social são aquelas que são institucionalizadas, ou seja, as “práticas mais profundamente sedimentadas no tempo-espaço” (GIDDENS, 2003, p. 26). Para compreender a dualidade da estrutura, o autor apresenta o quadro abaixo.

**Quadro 01 – A dualidade da estrutura**

**A dualidade da estrutura**

| *Estrutura(s)* | *Sistema(s)* | *Estruturação* |
|---|---|---|
| Regras e recursos, ou conjuntos de relações de transformação, organizados como propriedades de sistemas sociais | Relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares | Condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais |

Fonte: Giddens (2003, p. 29).

A estrutura, segundo essa interpretação, consiste então em "conjuntos de regras e recursos recursivamente organizados, está fora do tempo e do espaço, exceto em suas exemplificações e coordenação como traços mnêmicos, e é marcada por uma 'ausência do sujeito'" (GIDDENS, 2003, p. 29). Ela está implicada aos sistemas, onde se realizam as atividades humanas que se perpetuam no tempo e no espaço. Para Giddens (2003, p. 29-30)

> Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar os modos como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados que se apoiam em regras e recursos na diversidade de contextos de ação, são produzidos e reproduzidos em interação.

Enquanto "as propriedades estruturais apresentam formas de *dominação* e *poder"* (Giddens, 2003, p. 21), a estrutura não pode ser vista simplesmente como uma forma de restrição e coerção. Ao mesmo tempo em que ela é limitadora, também é facilitadora de determinadas ações, ainda que não seja possível para um ator individual transformar muitas de suas propriedades, que se entendem no tempo e no espaço. É possível afirmar que suas ações muitas vezes servem para reificar o sistema (GIDDENS, 2003).

> Ao reproduzirem propriedades estruturais, para repetir uma frase usada anteriormente, os agentes também reproduzem as condições que tornam possível tal ação. A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. (GIDDENS, 2003, p. 31).

Long e Ploeg (2011), analisando a noção de estrutura de Giddens (2003), afirmam que o autor falha por não explicitar de que forma a estrutura e a agência interagem. Para os autores, para que seja viável o uso do termo estrutura, é necessário que esse passe por uma desconstrução completa, reconstituindo-se a partir da "explicitação das noções de agência (isto é, dos atores e seus projetos) e de heterogeneidade". (LONG; PLOEG, 2011, p. 41). Essa nova estrutura, segundo os autores, escapa às noções determinantes, ou seja, possibilita que apesar dela – ou mesmo com ela – seja possível pensar a capacidade de agência dos atores. Nesse sentido,

> "Dominação" e "poder" não podem ser considerados unicamente em termos de assimetrias de distribuição, mas têm de ser reconhecidos como inerentes na associação social (ou, diria eu, na ação humana como tal). Assim [...] o poder não é um fenômeno inerentemente nocivo nem apenas a capacidade de "dizer não", a dominação tampouco pode ser "transcendida" em alguma espécie de suposta sociedade do futuro [...]. (GIDDENS, 2003, p. 37).

Portanto, o poder é visto como a capacidade de ação que, de uma ou outra maneira, é possuída por quaisquer indivíduos. Mesmo as "circunstâncias de coerção social, em que os indivíduos 'não têm escolha', não podem ser equiparadas com a dissolução da ação como tal. 'Não ter escolha' não significa que a ação foi substituída por reação [...]" (GIDDENS, 2003, p. 17). Entretanto,

> O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social. Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. É isso que eu chamo de *dialética do controle* em sistemas sociais. (GIDDENS, 2003, p. 18-19).

É importante ainda lembrar que os atores recebem os discursos de outros atores – como os envolvidos em projetos de desenvolvimento, mas não o fazem com a simples assimilação desses. Eles interpretam, modificam e, por vezes, reproduzem esses discursos. Nesse processo e na interação entre a sua interpretação e a de outros atores eles vão construindo sua própria versão de verdade (BESSEN, 2016) e, assim, diferentes estratégias de resistência.

Como lembram Deponti e Almeida (2012, p. 202), a "capacidade de agência pode estar ligada a práticas organizativas, à capacidade reflexiva e à criatividade dos atores sociais". Sob a interpretação da Perspectiva Orientada ao Ator, o poder não emana das macroestruturas e é simplesmente incorporado pelos agricultores. Essa

visão de poder não serve para explicar as diferentes realidades que se formam em um contexto rural aparentemente homogêneo. Ao contrário, o poder é negociado pelos atores e encontra-se fluido no tecido social (DEPONTI; ALMEIDA, 2012). Assim, cada ator tem algum tipo de poder, mesmo os que se encontram em situações de subordinação. A capacidade de agência está relacionada a esse poder e depende dos contextos sociais, culturais e do conhecimento dos atores que participam das relações sociais (LONG; LIU, 2009).

> Nessa situação não se pode perder de vista a ideia de poder fluido: assim como o agricultor apresenta margens de manobra e de negociação, ele também pode ser envolvido pelo projeto do técnico, representando que o conhecimento científico/técnico sobressaiu-se ao do agricultor. A retórica é uma “arma estratégica" na mão dos interventores, mas todos os atores exercem algum tipo de poder. (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 208).

As formas de resistência e a busca por autonomia dos agricultores nem sempre se dão de forma discursivamente expressa e visível. Como atentam Deponti e Almeida (2012), muitas dessas formas de agir se dão de forma invisível. Como foi também percebido por Medeiros e Cazella (2016), os atores se adaptam e adaptam as estratégias utilizadas ao seu redor. Assim, diante das transformações pelas quais passou o meio rural, “eles transformaram o novo código de comunicação e racionalidade que lhes estava sendo posto. Conforme suas necessidades e interesses, inter-relacionaram materialidades associadas à modernidade e à tradição” (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 684).

Um novo código de comunicação estabelece um “conjunto de acordos tácitos estabelecidos pelos atores sociais que compartilham uma concepção de desenvolvimento desviante da convencional” (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 685). Assim, a não adesão a um programa de governo ou a um projeto de um instituto pode se configurar, também, como uma forma de resistência. Menezes e Melagori (2011, p. 63) afirmam que

> [...] as práticas de resistência não são pensadas como reações ou oposições às formas de dominação, mas como diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação.

Assim, ainda que outros atores possuam uma quantidade maior de poder, isso não significa que a capacidade de ação dos demais simplesmente inexista: “O poder não é um ‘jogo de soma zero’” (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 212). As formas como o poder (talvez fosse melhor falar em ‘os poderes’) são articuladas pelos agricultores

são outras. “Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de gestão do estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas.” (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 212).

> As margens de manobra envolvem um grau de independência em certas esferas e um grau de dependência em outras, implicando o envolvimento dos outros em seus projetos. Essa situação envolve uma disputa para impor aos outros significados e representações que, no caso em tela, são úteis para os interesses do agricultor, implicando poder, negociação e consentimento. O poder apresenta-se como uma negociação de eventos microssociais. (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 211).

A POA, através do conceito de agência, permite que o agricultor seja analisado nesses eventos microssociais, possuindo a capacidade de conhecer e agir sobre o seu meio e, com sua reflexividade, observar a sua reação e a dos que o circundam (DEPONTI; ALMEIDA, 2012). Assim, mesmo os grupos sociais rurais menos empoderados podem ressignificar seus papéis e suas experiências (PACÍFICO; SOGLIO, 2010). Dentro de constrangimentos e oportunidades preexistentes, esses atores geram “soluções diferenciadas, construídas a partir de uma interação de conhecimentos” (BULHÕES; SOGLIO, 2009, p. 615). Como lembram Caporal et al., (2006), é possível que haja uma interação entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, a partir da qual é possível criar novas soluções para o desenvolvimento rural.

> Entretanto, a legitimação do saber científico e acadêmico na sociedade e a crença de que o mediador é mais instruído e mais estudado delegam ao agricultor uma posição subordinada e um espaço de ação reduzido. Se o método de transição não permitiu a troca de saberes e o desenvolvimento de habilidades específicas de cada agricultor para com suas lavouras, corroborou com a legitimação do saber institucionalizado e engessou a construção dos conhecimentos voltados para agriculturas de base ecológica, visto que este se constitui por meio da diversidade social do mundo rural e dos experimentos realizados por estes atores segundo seus estilos de fazer agricultura (PACÍFICO; SOGLIO, 2010, p. 54).

Assim, é importante valorizar esses conhecimentos, afinal, a “construção social dos atores é, então, suportada meta-teoricamente pela noção de agência.” (LONG; PLOEG, 2011, p. 27). Para isso, faz-se necessário, como também apontam os autores, pensar na forma como cada grupo e indivíduo pensa a própria noção de agência. O desenvolvimento certamente tem interpretações muito diferenciadas, dependendo dos atores que se busca analisar.

O próximo subtítulo procura associar a Perspectiva Orientada ao Ator e a noção de agência para pensar a importância da gestão para o desenvolvimento rural. Para

isso, faz-se uma retomada breve de alguns dos estudos contemporâneos que têm feito uso dessa teoria para compreender processos de mudanças pelas quais passaram as ruralidades. Enfim, traz-se a possibilidade de associar saberes na construção de projetos que possam empoderar esses agricultores e contornar algumas das dificuldades enfrentadas na produção rural.

### 3.3 Processos de gestão rural e a agência a partir da POA

Acredita-se que a Perspectiva Orientada ao Ator (LONG, 2011; 2002; LONG; PLOEG, 2011; PLOEG, 2008), assim como o conceito de agência (GIDDENS, 2003) podem ser utilizados para compreender os processos de gestão rural. Segundo Long e Ploeg (2011, p. 39), o problema central para essa teoria é compreender como forças e intervenções externas passam a fazer parte da vida dos produtores e, assim transformam-se em “recursos e restrições das estratégias sociais que esses grupos e indivíduos desenvolvem”. Mais do que isso, é preciso compreender que quando essas questões são internalizadas pelos atores, elas “geralmente significam coisas completamente diferentes para diferentes grupos de interesse ou para os diferentes atores individuais, sejam eles executantes, clientes ou espectadores” (LONG; PLOEG, 2011, p. 39).

Assim, através da POA é possível verificar “como as estruturas refletem para os atores e de que forma eles mobilizam seus conhecimentos exercendo sua agência” (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 113). A POA pode, também, ser combinada com outras teorias, ampliando assim as possibilidades de análise. No levantamento teórico aqui realizado, não foi possível identificar estudos que tenham utilizado essa perspectiva para a compreensão da gestão rural, mas os estudos têm se ampliado para englobar um número considerável de processos, sobretudo no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Assim, primeiro considera-se importante trazer aqui algumas das contribuições desses estudos. No programa mencionado, têm-se, entre outras, a pesquisa de Luz (2011) que se dedicou a compreender de que forma a modernização da agricultura transformou o processo de fabricação da erva-mate. Localizou as origens desse processo, advindo das culturas indígenas Guarani e Kaigang e, para além das influências da industrialização, encontrou movimentos de resistência. Essa, para o

autor, é característica da vida camponesa, apresentando-se na não adesão às formas capitalistas modernas de produção. Identificou então a importância da sucessão familiar, da tradição, da economia alternativa, dos cuidados com a saúde e, também, dos incentivos externos (como as políticas públicas, a possibilidade de ter acesso ao crédito ou o contato com assistência técnica especializada). Segundo Luz (2011), mais importante do que o crescimento econômico, para esses agricultores a ideia de prosperidade se relaciona com a natureza, com a preservação dos ecossistemas e espécies nativas, em uma lógica contrária à do capital.

Como pode-se perceber em Luz (2011), é importante buscar compreender os processos pelas perspectivas dos autores – os agricultores – envolvidos, porque muitas vezes aquilo que se assume importante (o desenvolvimento econômico), pode ser considerado por esses uma questão secundária. Assim, é possível que as tecnologias e conhecimentos aplicados para incluir esses produtores no sistema capitalista de produção estejam sendo utilizados com objetivos contrários aos pretendidos pelos interventores. Ou seja, são ressignificados no contexto desses atores.

Medeiros e Cazella (2016) também identificam as possibilidades de subversão no uso das tecnologias. Segundo os autores, os agricultores do Litoral Norte do Rio Grande do Sul estão conscientes das adversidades advindas do processo de modernização, que em muito transformou o meio rural. Assim, articulam-se para superar problemas e desenvolvem alternativas que são analisadas pelos autores com o uso da POA. Esses identificam que

> [...] destacam-se o uso intensivo de operações de ressignificação de tecnologias, a operacionalização de conhecimentos genéricos, a reutilização de habilidades, o estabelecimento de relações específicas entre usuário/produtor/provedor, o desenvolvimento de dinâmicas de melhoria de problemas e a geração de soluções não estandardizadas. (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 687).

Deponti (2010), por sua vez, dedicou seus estudos a compreender a extensão rural no Rio Grande do Sul. Nesse processo, sua principal descoberta concentra-se nos conflitos existentes entre os objetivos dos produtores e dos extensionistas. Assim, o “processo de intervenção para o desenvolvimento rural apresenta negociações de objetivos e de demandas, podendo remeter a situações de conflito, em que tanto agricultor quanto técnico apresentam margens de manobra” (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 195).

Essas interações podem tanto gerar o rompimento de relações entre as duas esferas como podem ser um caminho para que se desenvolvam conhecimentos híbridos – ou seja, aqueles em que o conhecimento empírico dos agricultores e o conhecimento científico dos extensionistas interagem e desenvolvem-se mutuamente. Isso porque "A intervenção explicita uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses sociais diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos" (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 197).

Assim, não é apenas o agricultor que se envolve no processo, mas também o profissional de uma agência de desenvolvimento. A interação entre os diferentes atores nas arenas sociais permite – ou não – que sejam geradas alternativas a partir das propostas da agência. O extensionista é, também, um "executor que transforma estrategicamente as regras em formas específicas de prática" (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 201). Assim, a POA permite a compreensão das estratégias de vários atores envolvidos no processo de desenvolvimento rural, compreendendo como as estruturas entram em contato com o mundo de vida dos atores e esses, exercendo sua capacidade de agência, transformando suas realidades sociais.

Bessen (2016) utilizou a POA para compreender as políticas públicas de apoio à agricultura familiar no município de Entre Rios do Oeste, no Paraná. Seu objetivo foi pensar se essas contribuíam ou não para essa forma de ruralidade. Ali, identificou que "existem discussões, negociações entre os produtores e o técnico agroecológico, proporcionando confiança a incorporação de novas práticas agrícolas de cultivo e de relacionamento" (BESSEN, 2016, p. 92). Portanto, assim como Deponti (2010), também enfatiza a troca de experiências como "um procedimento constante e contínuo entre os atores [...] e os saberes foram sendo apresentados e reapresentados, formando uma teia de conhecimentos" (BESSEN, 2016, p. 94).

Assim, as políticas públicas devem ser repensadas porque é na interação e na capacidade de agência que essas se concretizam ou não no meio rural (BESSEN, 2016). Para a autora: "A 'agência humana' (capacidade de atuar, entender, processar suas experiências) é identificada então, nas relações mútuas de atores 'internos' e 'externos' que entram em contato em 'campos de batalha de conhecimento'" (BESSEN, 2016, p. 96). Outra descoberta interessante desse trabalho vem mostrar que os atores têm consciência da sua capacidade de agência, ou seja, eles "se enxergam como atores ativos que elaboram, testam e modificam quando necessário

suas práticas e projetos, fugindo do estereótipo de agricultor que só replica técnicas agrícolas em sua propriedade" (BESSEN, 2016, p. 99).

Ludkte (2016) utilizou-se da Perspectiva Orientada ao Ator para compreender a diversificação na mesma região abordada por esse trabalho – o Vale do Rio Pardo. Os objetivos de seu estudo envolveram a análise das respostas e dos confrontos entre os produtores rurais locais e as iniciativas da modernização no meio rural. Em seu estudo, são analisadas as alternativas possíveis à monocultura do tabaco – dominante na região. Com base em Ploeg (2008), o trabalho afirma que a ampliação do portfólio de produtos pode ser vista como uma forma de diversificação e de resistência a essa realidade.

Ludtke e Rambo (2014) trazem resultados semelhantes e buscam associar a POA ao conceito de sociedade de risco, no qual surgem "iniciativas na busca por um modelo de agricultura mais sustentável emergem em contraponto ao modelo vigente" (LUDTKE; RAMBO, 2014, p. 02). Assim, os camponeses trabalham com recursos restritos, têm limitadas opções, mas nem por isso devem ser vistos como desprovidos de poder de ação, ou seja, não podem ser vistos como "vítimas de iniciativas de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica" (LUDTKE; RAMBO, 2014, p. 03).

> A chave para compreender as dinâmicas cotidianas dos camponeses está nas inter-relações e interdeterminações que este grupo estabelece com outras esferas, como o Estado, o mercado, as instituições e outros dispositivos coletivos. Todas essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis. (LUDTKE; RAMBO, 2014, p. 05).

Como foi apresentado também por Ploeg (2008), é próprio da condição camponesa a constante luta por autonomia dentro de um contexto de dependência, privações e marginalização. Esse é o processo identificado por Ludtke e Rambo (2014) na região do Vale do Rio Pardo, onde a produção rural é fortemente marcada pela produção do tabaco. Essa resistência e busca por autonomia se apresenta, no estudo das autoras, através das possibilidades de diversificação da agricultura.

Pacífico e Soglio (2010) apresentam as dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais paranaenses no processo de transição para a cafeicultura orgânica em 2003. Suas constatações vêm mostrar a impossibilidade de implementar uma política *top-down* sem a participação dos agricultores envolvidos. Assim, o

método adotado falhou ao não incentivar o empoderamento dos atores e foram negligenciadas questões culturais e sociais das comunidades.

Os autores destacam ainda que foi utilizado um modelo implementado na França que não pensou na realidade local. Qualquer projeto desenvolvido em outro lugar, afirmam os autores, deve ser reelaborado e ressignificado ou não obterá sucesso em outro contexto (PACÍFICO; SOGLIO, 2010). Assim, é possível perceber a importância da valorização da cultura e da heterogeneidade dos ambientes em que são pretendidas intervenções (ALVES, 2008). Através desse breve levantamento, pretendeu-se mostrar que a Perspectiva Orientada ao Ator pode ser utilizada para pensar temáticas diversas que perpassam o meio rural.

Assim, acredita-se que também para pensar a gestão é importante valorizar a capacidade que os atores têm de transformarem e ressignificarem a realidade que os envolve. Para isso, é importante manter em mente que o desenvolvimento rural é mais do que "modernizar a agricultura, pois somente a indústria era moderna e do rural somente a agricultura importava" (GUIMARÃES, 2013, p. 17). Como visto no primeiro capítulo e também na crítica apresentada por Long e Ploeg (2011), o paradigma da modernização tinha como objetivo industrializar o meio rural. Assim, de início, esse conceito foi pensado não sob a perspectiva da ruralidade em si, mas da necessidade de promover sua modernização.

Deponti (2010, p. 50) afirma que, segundo essa forma de ver a ruralidade: "O atraso do meio rural, onde se concentrava a maioria da população, constituía-se em um obstáculo ao progresso, razão pela qual se estimulavam políticas destinadas a impulsionar esse setor". Assim, o desenvolvimento não aparecia relacionado à qualidade de vida dos agricultores, tampouco à sua continuidade no campo ou à preservação do meio ambiente. Mas um novo paradigma começa a se desenvolver no final do século XX. Para esse, o desenvolvimento é visto:

> a) como um processo, e não como um estado ou um ponto a chegar [...]; b) esse processo histórico é multidimensional e multiescalar – multidimensional porque não é somente a renda o que importa [...], e multiescalar porque esse processo também não deriva somente do Estado, mas sim de uma trama complexa com interdependências [...]; c) nesse processo [...] o aspecto decisivo é a restrição ou a liberação dos potenciais dos indivíduos e dos grupos sociais a que eles pertencem – as sociedades se diferenciam, entre outros aspectos, pela forma como dispõem desigualmente (entre elas e em seu interior) de seus recursos [...]; e d) a diferenciação das formações ou ordens sociais nada tem de natural, inexorável ou meramente incremental – é preciso, pois, uma abordagem que permita explicar [...] a estrutura mas também a mudança em suas trajetórias. (FAVARETO et al., 2015, p. 19).

O desenvolvimento passa a ser compreendido como um complexo processo cujo objetivo final é trabalhar para que os atores individuais e coletivos possam liberar seus potenciais. Ou seja, é importante compreender como “diante destas novas significações e de seu caráter marcadamente desigual entre regiões e países, quem são os atores, ou o ator, da ‘nova ruralidade’” (FAVARETO, 2006, p. 19). Portanto, a Perspectiva Orientada ao Ator se apresenta como uma importante abordagem metodológica. Como coloca Favareto (2006, p. 98) que “São outros agentes, novas variáveis introduzidas ou tornadas mais relevantes, novos interesses, uma nova estrutura de oposições e identidades que sustentam a especificidade desta nova configuração da relação rural-urbano”.

Como foi visto na primeira parte desse trabalho, é importante partir de uma perspectiva que considere as trajetórias, vivências, valores e crenças dos atores. Long (2001) afirma que sem essa consideração, a aplicação de pacotes tecnológicos ou transferência de técnicas através de projetos como intervenção não alcançará sucesso porque encontrará a resistência dos atores que, em seu cotidiano, vivem essa realidade. Projetos que não incorporem as necessidades relativas à qualidade de vida, às preocupações ambientais, sociais, culturais e econômicas dos atores tendem a falhar.

Qualquer que seja a mudança que se busca introduzir na produção rural deve considerar questões relativas à heterogeneidade social e à diversidade cultural (LONG, 2001). Também se faz importante compreender os serviços de extensão rural que trazem a possibilidade de modificação da percepção e das metas do extensionista perante o agricultor, devido a conflitos entre seus próprios interesses, interesses do grupo ou de sua instituição.

É importante que haja uma troca de conhecimentos entre o agente promotor de desenvolvimento rural – seja ele estatal ou não – e os saberes e olhares dos atores que constituem esse território. Ou seja, é preciso compreender que há uma diversidade muito grande entre os agricultores no que se refere às estratégias para solucionar problemas enfrentados no dia a dia. Eles criam soluções baseadas no seu conhecimento e nos recursos disponíveis em sua localidade. É necessário que se desconstrua a ideia de que esse conhecimento local pertence a uma *esfera de ignorância*, na qual os agricultores são tratados como invisíveis em contraste com *experts*, visíveis e autoritários portadores do saber científico (LONG, 2001).

Assim, para pensar a gestão sobre essa perspectiva, é preciso considerar não apenas as técnicas estabelecidas e reproduzidas em institutos e universidades. É preciso considerar a importância que essa tem para os atores e a forma como eles a realizam em suas propriedades, ainda que essa não seja considerada *científica.* Também é preciso considerar que o paradigma da modernização, a industrialização e a globalização afetaram a forma como se dá o fazer no cotidiano dos trabalhadores rurais. A evolução tecnológica trouxe novos processos e um ambiente cada vez mais competitivo, com altos custos de produção e uma margem de lucros cada vez mais apertada. Nesse contexto, o produtor rural deve considerar a redução de custos, o aumento de produtividade e a diferenciação de produtos.

A literatura sobre gestão traz que a rentabilidade é um dos quesitos para a sustentabilidade e a continuidade da produção. Para alcançá-la, é preciso produzir com excelência, administrando e mantendo o maior controle de todo o processo. Conforme Fayol (2009), indiferente de seu tamanho, se é industrial, comercial, político, religioso, agrícola ou de qualquer outra índole, a administração institui-se como fator de primordial importância na direção de todos os negócios. Mior (2005) também afirma que o produtor rural não necessita somente de recursos financeiros, mas de informações e de conhecimento a respeito de tecnologias e, sobretudo, de gestão para o desenvolvimento competitivo e sustentável do seu negócio.

Conforme Batalha e Scarpelli (2002), vários trabalhos envolvendo projetos de desenvolvimento rural têm demonstrado deficiências gerenciais nas unidades produtivas rurais, reduzindo os ganhos e o desenvolvimento sustentável. Em um ambiente industrial eficiente, a gestão econômico-financeira orienta o processo de maneira a se conseguir o máximo de uso dos recursos disponíveis e o uso total de suas capacidades (DETHIER; EFFENBEREGER, 2012). Ao mesmo tempo em que a utilização dos recursos e os custos são controlados, o fluxo de caixa é gerenciado para garantir liquidez e rentabilidade para a empresa. Essas ações integradas possibilitam a redução de custos e a consequente geração de lucro.

Esses mesmos conhecimentos vêm afirmar que a contabilidade e as técnicas de gestão são recursos que auxiliam na tomada de decisão dos produtores rurais. Para Callado et al. (2007), a contabilidade não deve se limitar a fatores financeiros, mas, sim, auxiliar nos processos administrativos e produtivos, facilitando escolhas que produzam o melhor resultado. Crepaldi (2006) afirma que necessita-se de uma atualização dos meios de gerenciamento das empresas rurais para alcançar

resultados de produção e de produtividade que garantam o sucesso do empreendimento. Através de tecnologias que permitam interligar criações, pode ser possível obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos.

Deponti (2014), além de discorrer sobre a importância da gestão nas propriedades rurais, destaca a questão das atividades de extensão para o incentivo ao uso de técnicas contábeis e gerenciais. Verifica ainda que apesar de os produtores possuírem acesso à internet, celular e computador, não têm a compreensão da necessidade do registro das informações e do controle de despesas para embasar a tomada de decisão.

A interligação entre a literatura advinda da administração mostra que é necessário pensar o processo de gestão sob a perspectiva dos atores envolvidos, pois somente o controle de custos e a gestão econômica e financeira não garantem desenvolvimento rural. Entretanto, em uma sociedade capitalista, a sustentabilidade financeira também é importante para manter o produtor rural no campo, ampliando sua qualidade de vida. A gestão pode, inclusive, ser uma forma de empoderar os agricultores, ampliando seu olhar sobre as atividades agrícolas, incentivando o desenvolvimento de organizações rurais (BRANDÃO, 2011; FONTOURA; WITTMANN, 2016).

Como foi visto, é importante que as iniciativas que pretendam o desenvolvimento rural tenham em mente o poder de resistência dos atores e a sua capacidade de empoderamento pelo desenvolvimento de atividades conjuntas. Como colocam Medeiros e Cazella (2016, p. 694): “As ações coletivas ou ‘ações organizadas’ não são fenômenos espontâneos, mas construções sociais cuja existência implica também em distintos problemas que envolvem suas condições de emergência e mesmo de continuidade”. Portanto, o desenvolvimento rural deve considerar que os “laços construídos entre distintos atores sociais se evidenciam como potencial ferramenta de redução de incertezas no enfrentamento de adversidades no campo”. (MEDEIROS; CAZELLA, 2016, p. 694).

Nesse sentido, a gestão pode se tornar mais uma estratégia e uma capacidade de empoderamento dos produtores rurais. Esses desenvolvem suas próprias formas de lidar com a realidade e com os problemas como eles se apresentam, mas, acredita-se, a administração pode ser uma importante ferramenta para que eles possam desenvolver sua capacidade de ação. Como afirma Deponti (2010, p. 57):

> [...] intervenções que se aproximariam do desenvolvimento rural e do empoderamento das comunidades são aquelas estratégias que priorizam os mecanismos de autogestão das populações locais e dependem da geração de processos de desenvolvimento que se mantenham de forma independente uma vez finalizada a intervenção, baseadas no protagonismo dos atores, na eficaz coordenação interinstitucional e na articulação com outros atores presentes no território. No final do processo de intervenção, a população local apropriar-se-ia das atividades, passando a desempenhar um papel de assessoramento e apoio às atividades, agora protagonizadas pelos agentes locais.

Para que esse tipo de interação seja possível, é preciso pensar o desenvolvimento juntamente com esses atores. É a partir do contato com seus conhecimentos e potenciais que é possível criar estratégias que os tornem os agentes de seu próprio desenvolvimento, construído a partir de suas próprias visões de mundo. Assim, tendo por base a Perspectiva Orientada ao Ator (LONG, 2001; 2002; 1982; LONG; PLOEG, 1994; 2011; PLOEG, 2008) e a noção de agência (GIDDENS, 2003), é possível pensar de que forma a gestão pode ser – ou não – uma ferramenta de sustentabilidade e empoderamento dos atores envolvidos na produção orizícola.

É com essa ideia em mente que se busca, no próximo capítulo, compreender de que forma é realizada a gestão e qual a importância dela para o produtor rural, partindo de “uma visão microssociológica, como os atores constroem seus mundos sociais a partir de seus recursos, significados, propósitos e saberes, assim, busca entender as respostas diferenciadas em processos aparentemente homogêneos” (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 116). Assim, busca-se compreender a capacidade de agência humana, vista essa como

> [...] a capacidade de agir dos atores a partir de processo reflexivos, ainda em condições adversas. Esta capacidade de agência vai estar influenciada pelas relações de poder, as relações de conhecimento e os aspectos culturais que entram em jogo nas relações sociais. Então, para entender como os atores agem nas diversas situações implica conhecer o patamar onde eles estão imersos e as relações geradas na arena, a partir das interfases que surgem do encontro entre indivíduos com interesses, poderes, visões do mundo e repertórios culturais distintos, resultando desta interação os processos de conhecimento a partir do diálogo, contendas de significados e relações de poder. (GONZÁLEZ et al., 2014, p. 116).

O próximo capítulo se dedica, portanto, para compreender algumas questões referentes ao perfil socioeconômico dos atores investigados – posto que as estruturas influenciam e, por vezes, restringem sua capacidade de ação. Também busca as estratégias, respostas e possibilidades por eles apresentadas. Para Long e Ploeg (2011, p. 44), um estudo sob essa premissa deve “desvendar a natureza imprevisível, estocástica, fragmentada e parcial da própria intervenção planejada” (LONG; PLOEG,

2011, p. 44). Portanto, espera-se que seus resultados apresentem as coincidências e divergências sobre a forma como a gestão rural é apresentada nas diversas formas de conhecimento que são cotidianamente produzidas.

# 4 BUSCANDO O OLHAR DO PRODUTOR

Esse título tem como objetivo apresentar o método de abordagem, a pesquisa realizada e os resultados encontrados. Para tanto, subdivide-se em três tópicos. No primeiro é discutida a metodologia utilizada, com o seu método de abordagem – a Perspectiva Orientada ao Ator – e as técnicas de coleta – entrevistas e observação participante – e de análise dos dados – análise de conteúdo.

No segundo momento são apresentados alguns dos resultados obtidos nas entrevistas com o objetivo de traçar um perfil geral dos orizicultores entrevistados e de suas propriedades, além do uso que fazem ou não de técnicas de gestão. Já o terceiro traz os resultados obtidos com as questões abertas do roteiro de entrevista e da observação do pesquisador quando em campo.

## 4.1 Metodologia

Como foi apresentado no capítulo anterior, essa pesquisa se dá a partir da Perspectiva Orientada ao Ator – POA. Segundo essa, é importante buscar o ponto de vista daqueles que vivenciam no seu cotidiano a realidade que se pretende investigar (LONG, 2011). Portanto, o "enfoque orientado ao ator encontra espaço para análise da multiplicidade de racionalidades, desejos, capacidades e práticas" (BESSEN, 2016, p. 27). Para essa, segundo Long e Ploeg (2011, p. 39), o problema central é compreender como forças e intervenções externas passam a fazer parte da vida dos produtores e, assim transformam-se em "recursos e restrições das estratégias sociais que esses grupos e indivíduos desenvolvem". Justamente por isso, a pesquisa se qualifica como qualitativa, pois compreende-se que para captar as nuances das realidades do cotidiano dos orizicultores é preciso mais do que levantar dados quantitativos. Isso porque, como coloca Martinelli (1999), na pesquisa qualitativa

> [...] é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa. (MARTINELLI, 1999, p. 25).

Assim, com a intenção de conhecer a realidade e as transformações que os agentes fazem sobre essa em seu cotidiano "temos que dialogar com os saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade. O dado numérico [...] não

nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos" (MARTINELLI, 1999, p. 21). Para isso, a primeira etapa é o desenvolvimento de um embasamento teórico sólido.

Portanto, a pesquisa bibliográfica apresentada nos capítulos anteriores foi a primeira e mais essencial etapa dessa pesquisa, posto que deu a base para o desenvolvimento do conhecimento desenvolvido em campo (GIL, 2009). Como coloca Cruz Neto (2002), o primeiro momento se dá no campo teórico, quando se faz um levantamento e discussão das produções bibliográficas existentes, permitindo articular conceitos e sistematizar essas produções; criar novas questões. O campo de pesquisa deve ser compreendido como o recorte pessoal a ser estudado a partir das concepções teóricas. Já para a coleta de dados foram desenvolvidas duas técnicas: a observação participante e a entrevista.

Para Gil (2009), a observação participante implica que o observador esteja, até certo ponto, exercendo o papel de um membro do grupo. Implica ainda um afastamento do pesquisador em relação ao seu objeto, sendo assim capaz de observar com certa imparcialidade a realidade que observa. Portanto, permite o **"**contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos" (CRUZ NETO, 2002, p. 59).

Já a entrevista, segundo Gil (2009, p. 109), é uma técnica válida quando se pretende "a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito de coisas precedentes". Para Cruz Neto (2002), essa é importante porque através dela obtém-se dados objetivos e subjetivos, sendo esses relacionados aos valores, atitudes e opiniões. Podem ser estruturadas, não-estruturadas ou semiestruturadas. Como pode-se observar, é uma técnica condizente com a proposta da Perspectiva Orientada ao Ator, posto que essa busca justamente conhecer a perspectiva dos agentes sobre a realidade por eles vivenciada.

Gil (2009) destaca ainda as vantagens dessa técnica, especialmente a sua flexibilidade, que permite ao pesquisador "esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a pesquisa" (GIL, 2009, p. 110). Além disso, o autor destaca que essa técnica permite "captar a expressão corporal do entrevistado [*sic*], bem como a tonalidade de voz e a ênfase nas respostas". Ou seja, é possível assim perceber as formas de comunicação

não verbais, o que pode mostrar-se de suma importância para analisar as respostas desses atores sociais

Para realizar tal pesquisa optou-se por um roteiro estruturado de entrevistas com questões fechadas e abertas. Foram realizadas com 14 produtores rurais dos três municípios com maior produção de arroz do Vale do Rio Pardo: Candelária, Rio Pardo e Pantano Grande que, com respectivamente 8700, 8500 e 4600 hectares, são responsáveis por 67,5% das 250 mil toneladas de arroz produzidas na Região (IRGA, 2018).

Apesar de possuir uma área de tamanho semelhante à de Rio Pardo, Candelária é caracterizada por possuir pequenas propriedades. Conforme o minicenso realizado pelo IRGA na safra 2014/2015 (IRGA, 2015), foram contabilizados 288 produtores nesse município, enquanto em Rio Pardo são 98 e em Pantano Grande somente 30. Para contemplar o maior número de produtores optou-se por aumentar o número de entrevistas em Candelária. Assim sendo, foram entrevistados 7 produtores de arroz do município de Candelária, 4 de Rio Pardo e 3 de Pantano Grande, totalizando 14 entrevistados. As entrevistas foram realizadas no período de 16 de outubro a 14 de novembro de 2018, na residência desses. Foram selecionados pela proximidade com o pesquisador e sua disponibilidade na participação da pesquisa. Também foram selecionados a partir do conhecimento prévio do autor sobre as condições de gestão da propriedade, processo no qual buscou-se selecionar pequenos, médios e grandes produtores com diferentes trajetórias.

Como método de análise das informações objetivas optou-se pela análise de conteúdo. Essa consiste em três fases: 1) pré-análise: organização do material de acordo com os objetivos e questões, definindo as unidades de registro e de contexto, destacando as partes mais significativas e criando categorias; 2) análise: aplicação da anterior, momento de múltiplas leituras do material; 3) tratamento dos resultados e interpretação: desvendar o conteúdo subjacente das mensagens, buscar por tendências, ideologias, etc. (GOMES, 2002).

Na primeira etapa estabeleceu-se se trabalhariam quatro categorias. A análise por categorias consiste em fazer a ligação entre elementos os aspectos com características comuns, agrupando-os sob conceitos capazes de abrangê-los (GOMES, 2002). Essa pode ser utilizada para um grande número de documentos, entre eles o áudio de entrevistas. A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa,

é utilizada para captar o conteúdo simbólico das mensagens. Olabuenaga e Ispizúa (1989, p.185) afirmam que essa técnica é útil porque um texto pode ter vários significados, como:

> (a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

Para que essa técnica seja compatível com a POA, foram selecionadas quatro categorias de análise a partir dos resultados encontrados nas entrevistas. A primeira trata-se da agência, compreendida a partir dos termos de Giddens (2003). Esse conceito foi trabalhado no capítulo anterior e trata da capacidade reflexiva que o ator tem sobre a sua realidade e o contexto que o circunda. Fala de sua possibilidade de agir e transformar o ambiente em que vive, apesar das limitações que encontra no seu caminho.

A próxima categoria aqui considerada é a heterogeneidade. Com ela, procura-se mostrar que mesmo sob condições semelhantes, os orizicultores desenvolvem de formas diferenciadas as gestões de suas propriedades. Portanto, como enfatizam Long e Ploeg (2011, p. 34)

> A heterogeneidade na agricultura implica não só a adoção ou aplicação de modelos agrícolas propostos pelo estado e por outras agências intervenientes, mas também uma ampla gama de modificações, transformações, reações e alternativas ativamente geradas. Essas modificações e reações, assim como a busca de novas estratégias, emergem a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam.

Já a terceira categoria selecionada – autonomia – fala da capacidade de os atores gerirem o seu negócio sem a influência de fatores externos e com a capacidade de reagirem e sobreviverem a possíveis crises, reduzindo a externalização dos processos produtivos (PLOEG, 2006). Está ligado ao conceito de agência posto que essa é influenciada por relações de poder que envolvem as relações sociais (GONZÁLEZ et al., 2014). Juntamente com essa categoria é investigado o conceito de empoderamento, posto que acredita-se que existem diversos intercruzamentos entre esses. Compreende-se, assim como para Andersson (2015, p. 90) que o empoderamento pode ser definido

> [...] como um exercício para transformar as situações de submissão e conformismo em ânimo para criar um raciocínio crítico. Nesta perspectiva, o mesmo instrumentaliza os indivíduos e comunidades, a partir da ampliação de suas consciências e habilidades, para criar, gerir e produzir soluções aos seus problemas.

A última categoria fala do conhecimento dos produtores, sendo aqui consideradas as formas de conhecimento formais e não formais. Portanto, considera-se o saber adquirido pelo meio de instituições (escolas, universidades e outros órgãos), mas também o conhecimento adquirido no cotidiano, com o passar das gerações ou através da experiência (OLIVEIRA, 2014). Como marcam Pacífico e Soglio (2010), o saber formal tem recebido maior atenção, maior *status*. Entretanto, os agricultores possuem uma forma específica de saber que muitas vezes foge ao conhecimento dos *experts* do conhecimento formal. Por isso, considera-se importante considerar essa categoria, também como uma maneira de valorizar os saberes e os fazeres dos produtores.

A partir dessas quatro categorias buscou-se analisar as relações dos produtores com as técnicas de gestão, posto que se acredita, como Callado et al. (2007) e Crepaldi (2006) que a contabilidade e as técnicas de gestão são recursos que auxiliam na tomada de decisão dos produtores rurais. Podem auxiliar nos processos administrativos e produtivos, facilitando escolhas, possibilitando obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos. Pretendeu-se analisar as 14 entrevistas realizadas, além das contribuições trazidas pelo cruzamento dos dados das questões fechadas. Em um próximo momento são apresentados esses dados que definem o perfil dos orizicultores entrevistados e trazem algumas informações sobre as áreas cultivadas por esses.

## 4.2 Perfil dos orizicultores e das propriedades

Esse subtítulo tem como objetivo analisar a primeira e a segunda partes do roteiro de entrevistas, nas quais são apresentadas questões gerais relativas ao perfil dos orizicultores entrevistados e às referentes à gestão das propriedades e ao uso da contabilidade. No próximo subtítulo serão revistos alguns desses dados a partir da POA, assim como informações referentes à última parte do roteiro, constituída de perguntas abertas.

Dos 14 orizicultores entrevistados, sete residem em Candelária, três em Pantano Grande e quatro em Rio Pardo, todos municípios do Vale do Rio Pardo selecionados pela grande produção de arroz. Desses, quatro possuem 60 anos ou mais; dois possuem entre 50 e 59 anos; quatro entre 40 e 49; dois entre 30 e 39; e dois entre 20 e 29 anos. Treze são do sexo masculino e uma das proprietárias é do sexo feminino; todos se autodeclararam brancos. Quanto à escolaridade, quatro não concluíram o ensino fundamental; dois concluíram esse; dois não concluíram o ensino médio; quatro o concluíram; um possui superior completo e uma possui pós-graduação. As mais baixas escolaridades aparecem especialmente – mas não exclusivamente – entre os produtores com 60 anos ou mais.

Os entrevistados possuem entre 15 e 48 anos de experiência no cultivo do arroz. Dois se dedicam exclusivamente a essa cultura, enquanto sete também se dedicam ao cultivo da soja, dois à pecuária e três trabalham com o arroz, a soja e a pecuária simultaneamente. Seis das propriedades possuem a mão de obra exclusivamente familiar, enquanto oito contam também com o trabalho terceirizado, variando entre um e dez trabalhadores contratados.

No que se refere a área de produção de arroz, metade dos entrevistados cultivam o cereal em uma área inferior a 50 hectares; um deles tem entre 51 e 100 hectares; cinco entrevistados se encontram na faixa entre 101 e 200 hectares; e apenas um com mais de 401 hectares. Considerando a área total de produção, incluindo as demais atividades, como soja e pecuária, quatro entrevistados têm menos de 50 hectares; um tem entre 51 e 100 hectares; três têm entre 101 e 200 hectares; cinco possuem entre 201 e 400 hectares; e um possui mais de mil hectares.

O enquadramento como pequeno, médio e grande produtor se dá de acordo com o faturamento bruto anual, sendo considerado pequeno produtor aquele que tem uma receita bruta anual de até R$ 415 mil, médio produtor de R$ 415 mil a R$ 2 milhões, e grande produtor acima de R$ 2 milhões (BACEN, 2018). Seguindo esta classificação, cinco entrevistados podem ser classificados como pequenos produtores; sete se enquadram como médios; e dois são considerados grandes produtores. O faturamento bruto anual total de cada entrevistado foi calculado pelo autor a partir das informações do tamanho da área de cultivo e produtividade média de cada cultura, multiplicados pelo preço médio de venda de cada produto.

Questionados sobre a produtividade de sua lavoura de arroz da safra 2017/2018 três dos entrevistados colheram entre 5 e 6 toneladas por hectare; dois

fecharam entre 6 e 7 toneladas; e três ficaram entre 7 e 8 toneladas. Somados, esses totalizam oito entrevistados com produtividade abaixo da média do estado, que foi de 7.949 quilogramas por hectare (IRGA, 2018). Cinco entrevistados colheram entre 8 e 9 toneladas e um entrevistado fechou acima das 10 toneladas de arroz por hectare.

A produtividade média dos 14 entrevistados ficou em 7.650 quilogramas por hectare, bem semelhante à produtividade média das lavouras de arroz da Região do Vale do Rio Pardo, que fechou em 7.642 quilogramas por hectare (IRGA 2018). Essa é uma informação bastante relevante principalmente por se tratar de um número pequeno de entrevistados da Região.

Da mesma forma que se chegou a receita bruta anual das propriedades dos entrevistados – cruzando-se os dados de produtividade com o preço médio de venda do arroz – foi possível calcular o faturamento bruto que o cultivo de arroz gerou por hectare. Quatro dos entrevistados faturaram menos de R$ 5 mil por hectare; outros quatro ficaram na faixa de R$ 5 e R$ 6 mil; dois entrevistados entre R$ 6 e R$ 7 mil; e quatro dos entrevistados ficaram acima dos R$ 7 mil por hectare.

A base do custo médio de produção do arroz, calculado pelo Irga é de R$ 5.513,42 em custos variáveis, mais 1.303,26 em custos fixos (depreciação e renda dos fatores), totalizando R$ 6.816,69 de custo total de produção por hectare[7]. Assim sendo, oito dos entrevistados não têm um faturamento bruto suficiente sequer para cobrir o valor dos custos variáveis, ficando com uma margem líquida negativa; dois conseguem cobrir os custos variáveis, mas não os fixos; e apenas quatro dos entrevistados faturaram mais que R$ 6.816,69 por hectare – custos variáveis mais custos fixos – e obtiveram margem líquida positiva na operação (IRGA, 2018).

Para se manterem no negócio esses produtores vêm, de alguma maneira, driblando essa questão da rentabilidade. Uma opção, que aparece na fala de dez dos catorze entrevistados, é busca pela redução dos custos de produção. Isso pode ser uma alternativa que melhora o resultado da operação, desde que não reduza também a produtividade. Outra alternativa é a diversificação de atividades, possibilitando um complemento da renda das propriedades.

[7] O custo de produção calculado pelo IRGA, apesar de ter sido extrapolado pelo autor para todos os entrevistados, refere-se a uma média ponderada do Estado. Alguns orizicultores têm custo inferior, e outros, superior, e o mesmo produtor pode despender diferentes valores em suas áreas de cultivo. O custo de produção depente do tipo de solo, clima, tecnologia utilizada, sistema de cultivo, sistema de irrigação, declividade do terreno, entre outros fatores.

Essa diversificação é uma realidade presente na vida dos orizicultores do Vale do Rio Pardo. Nos três Municípios estudados, 31% da área de arroz já é cultivada sob um sistema de rotação de culturas. São 65% em Pantano Grande, 26% em Rio Pardo e 19% em Candelária, representando uma forma de diversificação e aumento da renda dos produtores (IRGA, 2015). Os 10 entrevistados que, além do arroz, se dedicam também a cultura da soja, faturaram com ela entre R$ 1.675,00 e R$ 5.740,00 bruto por hectare, com um faturamento bruto anual que variou de R$ 19 mil a R$ 2,7 milhões. Já a pecuária, atividade desenvolvida por cinco dos entrevistados, gerou receitas brutas anuais entre R$ 9 mil e R$ 660 mil.

Contudo, para nove dos 14 entrevistados, a atividade orizícola continua sendo a responsável pelo maior percentual do faturamento bruto da propriedade. Para quatro entrevistados a soja representa o maior faturamento e para um entrevistado a maior receita vem da pecuária.

Sobre a origem dos recursos para custeio da lavoura, oito entrevistados utilizam recursos de agências bancárias na modalidade de custeio agrícola e, para um deles, 100% do custeio da lavoura é feito com este recurso. Sete dos entrevistados recorrem a revendas de insumos para custear a lavoura e quitam esse débito no momento da colheita, normalmente com juros mais altos, sendo que, para dois deles, todo o recurso advém destas empresas. O custeio de 100% da lavoura com recursos próprios é feito por quatro dos entrevistados, outros cinco utilizam seu capital para custear um percentual da lavoura e os quatro demais não utilizam recursos próprios, dependendo exclusivamente de agências financeiras e empresas privadas para produzir. Em média, os 14 entrevistados utilizam recursos financeiros das agências bancárias para custear 35% da sua lavoura, 26% dos recursos são de empresas privadas com pagamento na colheita e, 39% do valor investido para produzir é de recursos próprios.

Quando questionados sobre o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), três declararam não fazer uso dessas; um declarou fazer pouco uso; e dez declararam utilizá-las. Os usos variam, mas todos mencionaram acessar a previsão do tempo; seis mencionaram utilizar as TICs para acessar questões relativas ao mercado; além disso, apareceram o acesso ao banco e o lazer. A utilização de TICs parece estar relacionada a dois fatores: a idade e a escolaridade; dos entrevistados, os dois que declararam utilizá-las para “tudo” possuem 27 e 29 anos, tendo o primeiro o ensino superior completo e o segundo o médio completo. Ademais,

a entrevistada que declarou utilizá-las para acessar ao banco, ter informações sobre o mercado e para a gestão e controle financeiros, apesar de ter mais de 50 anos, é a única que possui pós-graduação no grupo selecionado.

Duas questões foram colocadas que envolvem uma compreensão mais subjetiva. A primeira fala da saúde financeira da propriedade, momento em que os entrevistados foram solicitados a quantificar essa dando uma nota de 01 a 10 (sendo 10 muito bom e 01 péssimo). A segunda pediu o grau de satisfação do entrevistado no meio rural, também quantificado de 01 a 10). Na primeira, apenas um dos orizicultores respondeu 10; três responderam nove; três responderam oito; dois responderam sete; dois responderam cinco; um quatro; um três; e um dois. A partir disso, pode-se concluir que a maior parte dos produtores acredita que suas propriedades estão financeiramente saudáveis. Quanto ao grau de satisfação no meio rural (SMR), um proprietário respondeu 10; um respondeu nove; dois responderam oito; três responderam sete; dois responderam cinco; dois, quatro; dois três e um dois. A tabela abaixo traz esses valores.

**Tabela 06 – Saúde financeira e grau de satisfação com a vida no meio rural**

| | | Entrevistado | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** |
| **Nota de 0 a 10 para:** | **Saúde Financeira** | 10 | 5 | 4 | 8 | 8 | 2 | 7 | 5 | 7 | 9 | 8 | 3 | 9 | 9 |
| | **Grau de Satisfação** | 10 | 5 | 3 | 8 | 5 | 3 | 4 | 7 | 4 | 9 | 7 | 2 | 7 | 8 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Essa tabela tem como objetivo demonstrar que é possível fazer uma associação entre a percepção da saúde financeira das propriedades e o grau de satisfação dos orizicultores. Com isso, não se tem o objetivo de afirmar que o bem estar é diretamente ligado à situação financeira, mas demonstrar que, de certa forma, há uma relação bem forte entre as notas da saúde financeira e da satisfação no meio rural.

A seguir, os orizicultores foram perguntados sobre questões relativas à gestão e à contabilidade. Em um primeiro momento, foi questionado se o produtor tem o

conhecimento de algumas questões importantes para pensar a administração de uma propriedade, como a taxa de juros, formas de registro, de planejamento, melhor época para a venda. Sobre o conhecimento sobre a taxa de juros, quatro dos 14 entrevistados afirmaram não o possuir. Sobre o planejamento da comercialização da produção, também foram quatro os que afirmaram desconhecer o processo. Sobre a rentabilidade de cada produção, seis garantiram não possuir a informação e um alegou ter uma noção aproximada do valor. Sobre as formas de registros de custos e de gastos, foram seis os que afirmaram desconhecê-las. Quando questionados sobre seus conhecimentos em possíveis formas de analisar o desempenho da propriedade, nove dos 14 entrevistados afirmaram que não estão familiarizados com tais formas. E, por fim, quanto à avaliação da melhor época para a venda, cinco alegaram desconhecer a maneira de fazer essa avaliação.

No que se refere ao uso da contabilidade, foram feitas doze questões. A primeira – Faz anotações dos gastos? – foram obtidas seis respostas negativas e oito positivas; dos que responderam negativamente, dois afirmaram que as faziam, mas deixaram de fazer. Já a segunda questão – As anotações são organizadas em planilhas? – teve apenas uma resposta positiva. Sobre possuir consultoria contratada, todos os entrevistados responderam negativamente. Os serviços de contabilidade, por sua vez, são utilizados por quatro dos 14 entrevistados. Sobre possuir um sistema de gestão financeira, apenas um respondeu positivamente; entretanto, dez dos orizicultores fazem alguma forma de planejamento ou previsão de gastos.

A seguir, os produtores foram perguntados sobre a prática de fazer registros específicos para os gastos para uso pessoal e para uso produtivo; somente três alegaram realizar essa separação. Sobre registrar separadamente para cada atividade produtiva, cinco afirmaram manter o controle de forma distinta. Ao serem questionados se consideram a depreciação do maquinário que se dá com o passar do tempo, nenhum respondeu afirmativamente. Já sobre comparar os preços dos insumos, apenas um afirmou não realizar tal prática. Então, os orizicultores responderam sobre a finalidade da realização de práticas de gestão que possuam, quaisquer que sejam. Nessa questão, o quesito Imposto de Renda apareceu em nove das respostas; outras afirmam ainda o controle financeiro e o controle de gastos. Por fim, foram questionados sobre a possibilidade de pagarem por um serviço de contabilidade, pergunta que obteve sete respostas positivas e sete negativas.

## 4.3 Análise das categorias segundo a POA

Como observado, a Perspectiva Orientada ao Ator busca ver os produtores rurais como sujeitos providos de agência, ou seja, capazes de, apesar das limitações, transformarem a sua própria realidade. Por isso, essa é a primeira das categorias apresentadas. Já a segunda fala de heterogeneidade, momento em que se busca trazer as diferenças entre os atores do mundo rural e localizar de que forma essas diferenças refletem na forma como se dá a tomada de decisões nas propriedades. Depois, analisa-se a autonomia e o empoderamento, buscando mostrar as formas de dependência e de poder que influenciam no cotidiano. Por fim, apresenta-se o conhecimento, analisado pela perspectiva do conhecimento formal e informal, trazendo sobretudo a importância da experiência desses produtores.

Essas categorias analisaram todos os dados encontrados nas entrevistas, mas deu-se ênfase às questões referentes à saúde financeira da propriedade percebida pelos produtores – identificada pela sigla SFP – e ao grau de satisfação no meio rural – identificado pela sigla SMR. Essa seleção se justifica uma vez que o objetivo do trabalho foi identificar a forma como esses orizicultores percebem o seu cotidiano e a necessidade – ou não – de gestão em suas propriedades. Portanto, foram selecionadas essas categorias subjetivas para compreender sua vivência a partir da Perspectiva Orientada ao Ator.

### 4.3.1 Agência

Como visto no capítulo anterior, a agência fala da capacidade do ator de transformar o ambiente em que vive, ainda que as circunstâncias estruturais sejam restritivas dessa ação (GIDDENS, 2003). A POA ensina que os produtores vivem situações em que lhes faltam recursos críticos, mas nem por isso devem ser vistos como receptores passivos de decisões tomadas por organizações ou pelo mercado. Mesmo envolvidos em rotinas produtivas, conseguem criar formas alternativas de buscarem conhecimentos e agirem no seu território (LONG; PLOEG, 2011).

Por isso, nesse subtítulo analisa-se a capacidade de agência dos entrevistados, ou seja, o que cada produtor faz para mudar de alguma forma o ambiente em que ele vive. Entretanto, essa não se refere somente à intenção de alterar o ambiente, mas também da capacidade de colocar em prática essa intenção. Trata-se da apropriação

de um determinado poder que permite que transformem a realidade em que vivem (MEDEIROS; CAZELLA, 2016).

Como apresentado por Long (2002), a agência é limitada por fatores sociais, econômicos, morais e por relações de poder que são influenciados por questões como a classe social e a etnia, mas não podem ser restritivas a essas; devem ser vistas em suas especificidades. Para compreender essa capacidade de agência buscou-se aqui avaliar a questão da busca por conhecimento sobre a gestão, focando na iniciativa do produtor em encontrar informações em meios formais ou informais. Com base nisso, a capacidade de agência pode ser identificada na busca, ou não, dos produtores rurais por conhecimento. Como coloca Giddens (2003, p. 11), a agência está na capacidade de o agente mudar o curso dos eventos, ou seja, “o que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido”. Acredita-se que a busca por conhecimento é uma forma de buscar essa intervenção.

Vale ressaltar que essa busca é influenciada por muitos fatores sociais, econômicos, políticos e morais. Assim, ser “capaz de ‘atuar de outro modo’ significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas” (GIDDENS, 2003, p. 17). Para que haja a agência, é preciso que se dê um processo de reflexão crítica sobre o cotidiano, em ordem de transformá-lo. Como marcam González et al. (2014), os atores possuem a capacidade de entender o que, porque e quando fazem determinada ação.

Long e Ploeg (2011) enfatizam ainda que os atores agem em seu cotidiano porque estão sempre buscando alternativas e aprendendo com os atores ao seu redor. Portanto, essa análise que aqui se apresenta não busca apresentar a capacidade de agência plena ou total desses atores, mas especifica-se em questões identificadas nas entrevistas. Além disso, a capacidade de agência de um ator não é necessariamente correspondente à forma como se desenvolverão os eventos na sua vida. O resultado de suas ações depende de um grande número de fatores e de atores sociais, com “diferentes tipos de consequências involuntárias com ramificações variáveis” (LONG; PLOEG, 2011, p. 25). Como já afirmado, a agência não se desenvolve no vácuo, mas em um complexo universo com múltiplas possibilidades.

Dito isso, propôs-se analisar a forma como os atores buscam desenvolver a gestão rural. O primeiro dado identificado que se destaca trata-se da Entrevistada 13. A entrevistada é graduada em Administração e pós-graduada em Economia Rural, demonstrando um conhecimento formal que se mostrou atípico na amostra

investigada. A entrevistada afirma ainda que buscou a pós-graduação com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos na área rural e que as técnicas de gestão aplicadas foram desenvolvidas quando trabalhava em uma área não relacionada à produção rural. Portanto, vê-se uma gama de conhecimentos obtidos tanto no cotidiano quanto na busca formal por informações.

Os Entrevistados 07, 09, 10, 11 e 14 buscaram por iniciativa própria realizar cursos de gestão oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – ou pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – oferecidos nos Sindicatos Rurais. Esse dado demonstra a importância da disponibilidade desses cursos promovidos por instituições e também da capacidade desses agentes buscarem, por iniciativa própria, a ampliação dos seus conhecimentos na área de gestão.

Analisa-se ainda que esses (E13, E07, E09, E10, E11 e E14) possuem um grau de educação formal relativamente alto quando comparados ao restante da amostra. Apenas um deles completou somente o ensino fundamental, um não completou o ensino médio, dois o completaram, um tem ensino superior e um é pós-graduado. Considera-se aqui que a educação formal pode ser importante para a busca por outras fontes de informação e conhecimento formais. No que se trata da saúde financeira das suas propriedades (SFP), todos esses dão-lhe nota sete ou superior (considerando-se os valores de 01 como péssimo e 10 como muito bom). Quanto à satisfação no meio rural (SMR), três dos cinco apresentam nota sete ou superior e dois apresentam nota quatro no quesito.

A saúde financeira média das propriedades dos quatorze entrevistados foi percebida com a nota 6,71, o que indica que os entrevistados percebem que as questões financeiras podem ser melhoradas. Resultado semelhante aparece quando se fala do gradu de satisfação desses atores no meio rural. Para esse quesito, a nota média foi 5,85, ou seja, apesar de apreciarem diversas questões que envolvem o cotidiano no campo, existe a necessidade de que hajam melhorias na qualidade de vida nesse espaço.

Outros sete entrevistados (E02, E03, E04, E05, E06, E08, E12) responderam não ter havido nenhum tipo de intervenção que buscasse a melhoria da gestão rural, o que mostra que é importante que haja condições estruturais para o desenvolvimento da agência. O entrevistado 01 respondeu que foi convidado para fazer um curso de gestão, mas optou por não participar, o que mostra também a sua capacidade de

agência, afinal, ele agiu e transformou o curso de eventos ao não negar tal oportunidade. Esse candidato destaca-se por ser o único com nota máxima tanto na SFP quanto na SMR.

Dos sete demais entrevistados demonstram, cinco avaliam com notas abaixo de sete a SFP e dois lhe dão nota 08. Já quanto à SMR, três lhe atribuem nota sete ou superior e quatro avaliam de forma negativa a sua experiência no cotidiano do meio rural. O três que avaliam de forma positiva a SFP e a SMR (E01, E04 e E05), apesar de não terem buscado treinamento específico na área da gestão rural, demonstram a busca por outras formas de conhecimento que acabam colaborando para o sucesso do empreendimento. Isso fica bastante explícito na fala do Entrevistado 01:

> Eu sempre estou em busca de informações, participo sempre que posso de reuniões, roteiros técnicos e dias de campo. Também recebo todas as pessoas que chegam até minha propriedade e tento tirar informações, seja ele agrônomo, vendedor, até político, não importa, sempre vai ter algum conhecimento que eu vou poder aproveitar.

E no relato do Entrevistado 05: “eu sempre participei de encontros e reuniões técnicas que permitiram melhorar a minha produtividade, o que potencializou a minha receita”, que complementa: “não se pode pensar que sabe tudo. Se pensar que aquele sistema que aprendemos, que veio de berço, é o correto, e fechar os olhos para as novidades, há grande chance de quebrar. Tem que ver o que está funcionando e levar para a propriedade”. Isso mostra que a capacidade de agência não se restringe à busca por conhecimento formal, mas se dá na troca de conhecimentos no cotidiano (OLIVEIRA, 2014) (E01) e na consciência reflexiva (GIDDENS, 2003) sobre a importância da informação no meio rural (E05).

Retrato da importância desta busca por conhecimento visualiza-se também na Questão 2.3.7, que trata de como é feita a gestão da propriedade. Observa-se que os entrevistados (E03, E06, E08, E12), que se encontram em situação financeira ruim, também declaram não ter havido intervenção que ampliasse seus conhecimentos e tampouco busca por informações de outras fontes. Eles também compartilham um baixo grau de escolaridade formal (apenas E08 concluiu o ensino fundamental) e formam o conjunto de entrevistados com idade mais avançada – à exceção de E08, que tem 40 anos de idade, todos os demais possuem 60 anos ou mais.

O Entrevistado 03 respondeu à essa questão – sobre a gestão, afirmando: “minhas decisões são tomadas sem análise, e sim no conhecimento prático e no histórico de outras safras”. O Entrevistado 06 diz: “eu vejo quanto dinheiro eu consigo

e vou comprando os insumos para fazer a lavoura, vou meio a rumo”. Na resposta do Entrevistado 08, único dos cinco com nota alta para SMR, vê-se: “Eu faço a gestão pela minha vivência e com conhecimentos passados pelo meu pai. Vou gerindo de acordo com o que eu acho que é certo, não tenho embasamento para fazer”. E o Entrevistado 12 declara: “Eu faço pelo que tenho na minha mente, pego um pouco do histórico de anos anteriores e vou pelo meu conhecimento prático”.

Essas respostas são importantes porque mostram que apesar de não possuírem um conhecimento formal sobre a gestão, de alguma forma esses atores exercem a agência nesse quesito, posto que tomam as decisões que afetam o seu cotidiano (GIDDENS, 2003). Apesar disso, essas decisões não têm levado os produtores a uma melhoria na saúde financeira de suas propriedades ou à sua satisfação no campo (com exceção do E08, os demais correspondem às menores notas nesse quesito).

Como visto no subtítulo que tratou da agência no capítulo anterior, a capacidade de agência fala do exercício da reflexividade que pode se mostrar nas práticas organizacionais ou nas alternativas criativas desenvolvidas pelo atores. Portanto, o poder não é algo que advém das macroestruturas, mas trata-se de uma negociação entre a estrutura e a agência dos atores. Sem perceber essa capacidade de agência, não é possível explicar as diferentes realidades que se formam em um contexto rural aparentemente homogêneo. (DEPONTI; ALMEIDA, 2012). Assim, cada ator tem algum tipo de poder, mesmo os que se encontram em situações de subordinação. A capacidade de agência está relacionada a esse poder e depende dos contextos sociais, culturais e do conhecimento dos atores que participam das relações sociais (LONG; LIU, 2009).

O uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs é importante para a busca de informações e conhecimentos. Questionados sobre o uso ou não de TICs, apenas três (E03, E06 e E12) dos 14 entrevistados declararam não usar; como visto, os três possuem 60 anos ou mais, o que, de certa maneira, justifica o seu não envolvimento com tais tecnologias. O seu uso pode facilitar a previsão do tempo de plantio, informar com maior eficiência os valores de produtos e insumos e influenciar positivamente o andamento de uma propriedade. Esses três são também os orizicultores que apresentam as menores notas tanto para SFP quanto para SMR. Dos demais, dois afirmam utilizar-se das TICs apenas para a previsão do tempo e o restante faz uso para consultar preços e questões relativas ao mercado, banco, lazer,

etc. Apenas a Entrevistada 13 afirmou utilizar-se dessas também para fazer a gestão da propriedade.

Fato relevante, que deve ser levado em consideração, é a disponibilidade de tempo para fazer a contabilidade da propriedade, controlar os gastos e fazer a gestão do negócio. Dois entrevistados, que afirmaram fazer a gestão do negócio (E04 e E13); ambos se encontram estabilizados financeiramente, com notas oito e nove para este quesito; e notas oito e sete para SMR. Em seus relatos, ambos atribuem a sua capacidade de fazer uma boa gestão ao fato de possuírem disponibilidade de tempo para isto. O Entrevistado 04 afirma:

> Um detalhe importante é que estamos em dois, eu e meu pai. Assim conseguimos atender a lavoura, fazer um controle de gastos e conseguimos gerir melhor a lavoura. Um pode cuidar dessa parte enquanto o outro está junto com os funcionários.

Portanto, a possibilidade de dividir as tarefas com outro membro da família é importante para que haja tempo para a gestão. Já a Entrevistada 13, por não se envolver diretamente no trabalho cotidiano da propriedade, pode desenvolver essa capacidade:

> Uma questão fundamental, e um grande problema que eu vejo para a maioria dos produtores, é que eles não têm tempo para fazer a contabilidade e gestão. Como eu não faço a parte do trabalho braçal, tenho tempo para olhar o negócio de fora, fazer a contabilidade e gestão da propriedade, acompanhar o mercado e fazer negócios melhores.

Corrobora isso o fato de outros produtores afirmarem não ter tempo ou não considerar a gestão e a contabilidade importantes. Quando questionados sobre quais dos itens (produtividade, acertar na venda, gestão, tecnologia e informação) são mais importantes para a sustentabilidade do seu negócio – Questão 2.3.11 – apenas dois colocaram a gestão em primeiro lugar; dois a consideraram como segundo fator mais importância. Porém, nove dos catorze entrevistados consideraram ser a produtividade o principal fator para a continuidade do seu negócio. Considera-se aqui, portanto, que o envolvimento direto no cotidiano braçal do trabalho no meio rural é um limitador da agência no quesito gestão, fazendo com que outros fatores – como a produtividade – tornem-se mais importantes. Não se afirma, com isso, que a produtividade ou a gestão tenham importâncias inferiores ou superiores uma à outra, apenas que os produtores não consideram, em termos gerais, a importância da gestão.

Como visto, a capacidade dos agentes no quesito gestão aparece influenciada por inúmeros fatores – a idade, o acesso às TICs, a escolaridade, às disponibilidades institucionais (como cursos disponibilizados), o grau de envolvimento no trabalho braçal e também à busca dos atores por maiores informações na área. Por isso, considera-se de suma importância considerar a próxima categoria – a heterogeneidade no meio rural. Como será visto, são inúmeras as diferenças, mesmo entre essa pequena amostra de orizicultores, que influenciam as vivências desses no campo.

### 4.3.2 Heterogeneidade

Como foi possível perceber, quando se discutiu a categoria agência (acima), os atores mostram uma grande diferença na forma como exercem sua capacidade de ação e intervenção nos seus cotidianos (GIDDENS, 2003). Isso faz com que seja importante discutir o conceito de heterogeneidade que, para a Perspectiva Orientada ao Ator, fala das diferenças entre os atores que formam o meio rural (LONG; PLOEG, 2011). Ela é essencial para que não se parta de generalizações que assumam soluções simples para os problemas do campo.

Na literatura, essa categoria é utilizada para analisar diversos fatores, como as formas de conhecimento (MEDEIROS; ALMEIDA, 2010) ou formas de intervenções feitas por políticas públicas (VILLA VERDE, 2004). Aqui, busca-se analisar como as diferenças entre os atores sociais investigados produz diferenças na forma como esses desenvolvem a gestão em suas propriedades e como valorizam ou não a importância dessas.

A heterogeneidade se caracteriza, portanto, na análise das variadas formas com que os produtores vivenciam as suas realidades e reagem às influências externas. Assim, parte da proposta de que a interação entre atores transforma os olhares (LONG; PLOEG, 2011). No que se trata das formas de gerenciamento agrícola, trata das experiências, critérios e valores envolvidos no processo de tomada de decisão que criam uma gama de resultados diferenciados (BESSEN, 2016).

Portanto, acredita-se que as diferentes experiências vivenciadas pelos produtores rurais influenciam a forma como esses vivenciam o seu cotidiano e como agem e reagem frente às transformações – como a queda na lucratividade e a necessidade de um maior controle contábil nas propriedades. Para resolver esses

problemas e enfrentar crises, muitas são as respostas possíveis. Conforme Long e Ploeg (2011), mais do que reagir às transformações externas, os produtores criam alternativas, as transformam. “Essas modificações e reações, assim como a busca de novas estratégias, emergem a partir de estilos de agricultura, práticas agrícolas e relações sociais existentes, as quais simultaneamente reproduzem ou transformam” (LONG; PLOEG, 2011, p. 34).

A heterogeneidade apresentada pelos orizicultores entrevistados, em termos gerais, não se apresenta apenas como estrutural (FORNAZIER; VIEIRA FILHO, 2011). Essa trata das “desigualdades entre as regiões podem ser originárias do processo histórico de concentração fundiária e políticas agrícolas como as de crédito rural [...] Outros fatores como as mudanças climáticas provocam perdas em muitas regiões” (FORNAZIER; VIEIRA FILHO, 2011, p. 3). Por se tratar de uma pequena área de abrangência, essa pesquisa encontra muitas semelhanças entre essas características gerais vivenciadas pelos produtores.

A diversidade identificada trata das diferentes formas como os orizicultores reagem em condições estruturais semelhantes. Reconhecer isso significa reconhecer a heterogeneidade do meio rural e o que pode, segundo Villa Verde (2004), influenciar a forma como as análises e os projetos governamentais ou não governamentais se dão em um território. Portanto, parte-se do princípio de que os atores, como agentes sociais, desenvolvem suas próprias formas de lidar com a realidade e com os problemas como eles se apresentam.

Para compreender a diversidade desses agentes, primeiramente apresentam-se algumas características sobre o seu perfil, já apresentado no subtítulo anterior, mas agora com o enfoque dado a essa categoria. Em um segundo momento são analisadas diferentes formas de agência dos orizicultores no enfrentamento de crises encontradas no meio rural, para mostrar que mesmo vivendo situações semelhantes, eles reagem de formas alternativas.

Observa-se que as idades variam entre os 27 e os 63 anos na amostra selecionada. Apesar de trazer certas informações sobre o envelhecimento da população, essa informação também mostra que alguns jovens permanecem no campo. A escolaridade variou entre o quarto ano do ensino fundamental e a pós-graduação, mostrando também aqui uma diversidade no desenvolvimento do conhecimento formal. Como identificado anteriormente, as mais baixas escolaridades estão relacionadas às mais altas idades, certamente porque haviam maiores

dificuldades de acesso às escolas quando esses se encontravam em idade escolar, além de uma baixa valorização do conhecimento formal e da necessidade do envolvimento das crianças no trabalho familiar.

Os anos de experiência na produção de arroz variam entre 15 e 48, dado que está relacionado às diferenças na idade dos entrevistados. Doze dos catorze entrevistados fazem algum tipo de diversificação produtiva, mas essa varia em área e produtividade. Variam entre pequenos, grandes e médios produtores, com diferentes fontes de acesso às informações e diferentes formas de tomarem as decisões no que se refere ao bom andamento de seus negócios.

Além das diferenças no perfil desses produtores, é possível notar que as formas de reação em momentos de crise também têm grande variação. Observam-se situações em que produtores que estavam muito bem financeiramente e, no primeiro contratempo, não conseguiram se “reerguer”. Esse caso pode ser observado no Entrevistado 12, de 60 anos, que está há 42 anos na atividade, possui até a quarta série do ensino fundamental e hoje possui apenas 10% da área que produz.

> Minha lavoura foi atingida por um granizo em 2013 e, no ano seguinte, preços do arroz muito baixos. Não consegui superar, a minha dívida hoje é impagável. Tive que reduzir a área de arroz, não investi mais em maquinário nem em tecnologia. Antes disso estava muito bem capitalizado, sempre renovando maquinário.

Sua alternativa para o enfrentamento da crise foi, portanto, redução da área, da tecnologia e do espaço destinado ao cultivo de arroz, hoje dividido com a produção de soja. Apesar disso, não conseguiu se recuperar do impacto climático e hoje avalia a saúde financeira (SFP) da propriedade com nota 03 e a satisfação no meio rural (SMR) com nota 02. O Entrevistado 02, por sua vez, possui 41 anos, estando 30 desses dedicando-se a produção do arroz; estudou até o primeiro ano do ensino médio e tem 100% de sua área sob arrendamento. Avalia a SFP com nota 06 e a SMR com nota 05. Sobre o enfrentamento de crises, afirma:

> Eu tive prejuízos em 2009/2010 com excesso de chuvas, granizo em 2010/2011 e erro de aplicação da aviação agrícola em 2011/2012, causando grandes prejuízos na lavoura. Já me desfiz de patrimônio para quitar um pouco das dívidas, reduzi custos, mas ainda não consegui me estabilizar. Atualmente sigo com grandes problemas financeiros e tenho dificuldade de acesso a crédito junto aos bancos.

Como será visto no próximo subtítulo, situações como essas têm grande influência na autonomia e no empoderamento do produtor rural. Entretanto, outros

produtores enfrentaram situações semelhantes e tiveram maior sucesso na recuperação, enfrentando de forma diferenciada os problemas que se apresentaram. O Entrevistado 10 conseguiu superar dificuldades financeiras causadas por terceiros. Ele possui 27 anos, 20 dos quais trabalha na orizicultura; ensino superior completo e 100% de área própria.

> Há uns quinze anos perdemos toda a nossa safra, que estava depositada na cooperativa que quebrou, levamos um golpe. Tivemos que reduzir todos os custos e gastos, inclusive pessoais. Não investimos mais em maquinário por alguns anos, até nos equilibrarmos novamente.

Portanto, a alternativa encontrada para esse produtor foi a redução de gastos, o que levou alguns anos para produzir resultados. Hoje, avalia sua SMR e a SFP com nota 09. Observa-se ainda o caso do Entrevistado 01, de 39 anos que produz arroz há 24, possui a quarta série do ensino fundamental e 50% da área própria.

> Na década de 90 meu pai estava completamente quebrado. Comecei a trabalhar com ele e estávamos nos equilibrando. Em 2004/2005 tínhamos comprado dois tratores e, com a queda nos preços do arroz, não conseguimos quitar as contas, virou uma bola de neve. Tivemos que vender 9 hectares de terra, metade da nossa área, para pagar a dívida. Com essa venda nos capitalizamos, investimos na lavoura para aumentar a produtividade e demos a volta por cima. Estou conseguindo comprar terra com minha produção de arroz.

Esse produtor, apesar da baixa escolaridade, faz uso de tecnologias da informação e busca adquirir conhecimento do convívio com as pessoas com as quais se relaciona, como visto na categoria agência. Percebe-se que, apesar de terem se desfeito de 50% da área que possuíam, conseguiram não só quitar as dívidas, mas fazer um reinvestimento na produção e recuperar parte das terras. Vale lembrar que esse produtor é o que melhor avalia tanto a SFP quanto a SMR, dando a ambas a nota 10.

Esses dados sobre o enfrentamento de crises mostram as diferentes formas pelas quais os produtores rurais agem e reagem frente a influências externas. Um fator que precisa ser considerado, ainda, quando se pensa na heterogeneidade nas formas de ação dos produtores é a sua capacidade para arcar com essas perdas. Afinal, sua capacidade de agência não é independente de questões estruturais (GIDDENS, 2003; LONG; PLOEG, 2011) e, como visto, muitos precisam abrir mão de seu patrimônio para superar esses momentos. Para isso, é preciso que possuam esses recursos a serem acionados em momentos de crise. O mais essencial desses recursos, para o produtor, é a terra.

O arrendamento de terras é uma realidade da orizicultura gaúcha que se perpetua ao longo da história. No município de Rio Pardo, 79% das áreas de produção de arroz são arrendadas; 60% em Pantano Grande; e 45% em Candelária (IRGA, 2015). Essa prática representa um grande valor no custo de produção, em média 25 sacas de arroz (R$ 915,39) por hectare (IRGA, 2018). Portanto, há uma vantagem financeira para quem é proprietário e não precisa arcar com esse valor.

Mas este não é um divisor de águas, longe disso. E os Entrevistados 07 e 08 são exemplos disso. Possuem questões de perfil semelhantes, porém realidades diferentes. São do sexo masculino, brancos, estudaram até a 8ª série e produzem na mesma localidade, em solos de características bastante parecidas. Respectivamente, têm idade de 41 e 40 anos, 28 e 22 anos de atividade, 30 e 28 hectares totais de produção e produtividades em arroz de 150 e 140 sacas por hectare.

Todavia, o primeiro arrenda 100% da área, mas conseguiu se estabilizar financeiramente, custeando sua lavoura com recursos próprios. Atribuiu nota sete para SFP e nota baixa, quatro, para SMR. O segundo herdou do pai a propriedade, 100% da área é própria, mas está financeiramente comprometido, dependendo de empresas privadas para conseguir produzir. Sua nota para SFP é quatro, e sete para SMR.

O que se destaca, nesses dois casos, são os conhecimentos sobre ferramentas contábeis e gerenciais. O primeiro respondeu afirmativamente para todas as questões do item 2.1 do questionário, que trata de conhecimentos sobre taxas de juros, comercialização, rentabilidade, registros de custos e gastos, análise de desempenho e melhor época para a venda. Quando questionado sobre a gestão de sua propriedade, respondeu:

> Eu coloco no papel uma previsão de custos e vejo se dá para encarar. Há três anos optei por reduzir a área para um tamanho que eu pudesse atender sozinho e demiti meu funcionário, que me custava mais de 20 mil por ano. E investi mais na área remanescente para aumentar a produtividade.

Para as mesmas questões, o Entrevistado 08 respondeu negativamente a todas. Sobre gestão da propriedade, respondeu: “Vou gerindo de acordo com o que acho que é certo, não tenho embasamento”. Portanto, mesmo tendo herdado seu patrimônio, o produtor enfrenta dificuldades financeiras. Enquanto isso, o Entrevistado 07 afirma que muitos dos conhecimentos que possui sobre gestão foram adquiridos em um curso que ele acessou junto ao Sindicato Rural. Conta que: “este curso que fiz

foi fundamental para uma visão melhor do negócio e serviu de auxílio na tomada de decisões", e complementa: "teríamos que investir mais na gestão para podermos fazer uma gestão melhor, a maioria dos produtores gerencia a propriedade por achismo, pela experiência, e não por cursos e treinamentos na área. [...] A lavoura não é mais como era".

Nesse caso específico, percebe-se que a capacidade de agência, a busca por conhecimentos e o querer fazer diferente do Entrevistado 07 são seu diferencial. Isso colabora para a sua estabilidade financeira, mesmo sendo arrendatário. Sua nota baixa para SMR se deve a insatisfação pela situação na qual a orizicultura gaúcha está passando. Custos de produção cada vez mais altos e uma baixa valorização do produto estão exigindo que o produtor tenha altas produtividades e um controle muito grande dos custos de produção para que consiga ter uma rentabilidade razoável (E07).

Portanto, situações semelhantes ou diferentes podem ser modificadas pela ação dos atores. Ainda que as condições econômicas possam ser pouco vantajosas, elas restringem, mas não impedem o poder de ação. O oposto também se verifica: situações em que os produtores encontram facilidades econômicas podem ser negativamente influenciadas pela ação (ou inação) desses. No próximo item analisa-se a questão da autonomia e do empoderamento e a forma como fatores estruturais podem dificultar (mas não impossibilitam) seu desenvolvimento.

### 4.3.3 Autonomia e empoderamento

Esse item de análise desdobra-se em duas categorias porque acredita-se que essas estão profundamente interligadas e aparecem nas mesmas questões feitas nas entrevistas. A autonomia é a capacidade de os atores construírem resistências aos processos que lhes são impostos pelas estruturas. Essa resistência se dá nas relações sociais e implica no intercâmbio de conhecimentos diferentes (CHRISTINO, 1997). Trata de uma tomada de consciência e de poder.

Para Lagarde (2003) o poder está na capacidade de tomar decisões sobre a própria vida, ou seja, profundamente interligado à noção de agência. O resultado da tomada de consciência sobre o poder se materializa na forma como o ator é ou não capaz de alcançar seus objetivos e satisfazer suas necessidades; pode implicar também na capacidade de tomar decisões sobre a vida de outras pessoas. Como

lembra Andersson (2015, p. 83), “É preciso atentar para o fato de que o poder não é algo estático, não é um fenômeno de dominação homogêneo, não é exercido na direção imutável de um indivíduo em relação ao outro”.

O empoderamento, por sua vez, pode ser compreendido como o processo em que situações de submissão e conformismo são transformadas em um raciocínio crítico sobre a própria condição. Assim, cria a possibilidade de que os agentes e as comunidades percebam suas potencialidades e capacidades de resistência e de criação de alternativas para os problemas que se apresentam em suas vidas (PIGNARRE; STENGERS, 2007). Para Andersson (2015, p. 92)

> [...] os processos de empoderamento são uma série de experiências nas quais cada indivíduo aprende a ver seus objetivos e identificar o sentido de como alcançá-los. Além disso, por meio desses processos, os sujeitos obtêm maior acesso e controle sobre os recursos e vislumbram em que momento as pessoas, organizações e comunidades impetram domínio sobre suas vidas.

Para compreender esses processos na realidade estudada, é preciso compreender as dificuldades que os produtores têm em se manterem em atividade, dado o alto custo de produção e a queda no preço das vendas do arroz, como foi verificado no primeiro capítulo desse trabalho. Também é importante verificar que os atores são vistos como capazes de desenvolver essa autonomia e esse empoderamento, posto que “processam informação e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas” (LONG; PLOEG, 2011, p. 24).

Souza (1948), como visto no início desse estudo, mostra que a produção orizícola no Brasil esteve profundamente embasada na proteção tarifária estatal. Isso mostra que desde o início da sua comercialização esse produto esteve dependente das decisões tomadas na esfera governamental, não conseguindo, por si só, concorrer com os preços do arroz produzido em outros países. O mesmo se deu com a produção gaúcha.

Ploeg (2008) afirma que a própria condição camponesa é a condição de luta por autonomia. Essa é marcada por relações sociais que são a base para a capacidade de agência (LONG, 2007). Pinch e Bijker (2008), por sua vez, afirmam que um grupo social só vai conseguir transformações relevantes em seu meio quando tiverem a percepção social dos problemas que os circundam. Portanto, a construção da resistência, da autonomia e do empoderamento é uma questão profundamente social, dependendo das relações que os atores estabelecem com seu meio. A luta

camponesa está envolvida em relações de dependência, de marginalização e pelas constantes privações pelas quais passam esses atores (LUDTKE, 2016).

Como visto, trata-se de uma tomada de poder, sendo esse a capacidade de ação que é possuída por todos os indivíduos, por mais privações que esses tenham (GIDDENS, 2003). Para esse, “O poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e no espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social” (GIDDENS, 2003, p. 19).

É no processo de interação com outros atores e no confrontamento das visões de mundo que os atores sociais vão construindo a sua verdade e as diferentes estratégias de resistência (BESSEN, 2016). É importante ainda lembrar que a resistência não é vista necessariamente como a reação ou oposição “às formas de dominação, mas como diversas estratégias que grupos sociais utilizam de forma a garantir sua autonomia e dignidade em face às relações de exploração e dominação” (MENEZES; MALAGODI, 2011, p. 63).

As formas de gestão e de consciência sobre a necessidade de tomar decisões com embasamento são parte da resistência dos orizicultores para darem continuidade às suas atividades no meio rural. Assim, “Os recursos dos agricultores concentram-se nas suas decisões, na forma de gestão do estabelecimento rural, nas redes formadas, nas suas organizações, nas diferentes maneiras de responder aos problemas” (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 212). Portanto, “As margens de manobra envolvem um grau de independência em certas esferas e um grau de dependência em outras, implicando o envolvimento dos outros em seus projetos” (DEPONTI; ALMEIDA, 2012, p. 211).

Deponti (2014), ao analisar a gestão nas propriedades rurais, identificou que mesmo tendo acesso às tecnologias da informação, não há uma consciência de que essas possam ser utilizadas no registro das informações e do controle de despesas para embasar a tomada de decisão. Brandão (2011) e Fontoura e Wittimann (2016) identificaram que a gestão pode ser uma forma de empoderar os agricultores, ampliando seu olhar sobre as atividades agrícolas, incentivando o desenvolvimento de organizações rurais. (BRANDÃO, 2011; FONTOURA; WITTIMANN, 2016).

A capacidade de resistência dos atores e seu empoderamento devem ser considerados em quaisquer intervenções que tenham em mente lidar com os problemas do meio rural. Deponti (2010) enfatiza que se é buscado um verdadeiro

desenvolvimento rural, ele deve ser baseado no desenvolvimento da capacidade de autogestão das comunidades, para que essas possam continuar suas atividades uma vez terminada a intervenção. Portanto, intervenções devem ver os atores como os protagonistas e trabalhar para que esses também assim se percebam, incentivando o empoderamento.

A POA permite analisar os atores pela sua capacidade de reflexividade (DEPONTI; ALMEIDA, 2012). Assim, mesmo os grupos sociais rurais menos empoderados podem ressignificar suas experiências (PACÍFICO; SOGLIO, 2010). Dentro de constrangimentos e oportunidades preexistentes, esses atores geram "soluções diferenciadas, construídas a partir de uma interação de conhecimentos" (BULHÕES; SOGLIO, 2009, p. 615).

É nas inter-relações e interdeterminações com outras esferas, como o Estado, o mercado, outras instituições que se pode compreender as dinâmicas. "Todas essas experiências representam formas de resistência, já que na busca por autonomia, constroem-se alternativas possíveis" (LUDTKE; RAMBO, 2014, p. 05). A luta por autonomia foi percebida por essas mesmas autoras nos produtores do Vale do Rio Pardo, mesma região em que se deu essa pesquisa. Essas localizaram a luta por autonomia na diversificação da produção que é ali fortemente marcada pelo cultivo de tabaco. A importância da diversificação na busca por autonomia também foi identificada por outros estudos, como o de Nierdele e Grisa (2008).

A autonomia do produtor, seja essa financeira ou gerencial é de fundamental importância para sua sustentabilidade no meio rural. Para analisar a capacidade de economia, optou-se por partir de alguns dados, como o arrendamento de terras, o custeio da lavoura, etc., posto que se acredita que aquele produtor que depende somente do banco e de empresas privadas para custeio de sua lavoura tem uma capacidade reduzida de autonomia financeira. No caso do Entrevistado 02, isso pode ser percebido:

> [...] o banco me liberou o dinheiro da safra passada somente em dezembro. Como não tinha outros recursos, acabei atrasando a semeadura do arroz, plantando fora da época preferencial, e tive uma produtividade de apenas 120 sacas por hectare. Não consegui fechar a conta.

Portanto, o atraso e a burocracia das instituições das quais o produtor depende podem ter um forte impacto na sua produção e comprometer sua estabilidade financeira. Muitas dessas instituições podem nem mesmo ter consciência da

importância que há em a semeadura ocorrer na época recomendada, e da redução de produtividade que se tem ao atrasar esse plantio. O custeio da lavoura também pode se dar parcial ou integralmente por empresas privadas, o que também pode comprometer a saúde financeira da propriedade. Como declara o Entrevistado 08:

> [...] todo o custeio da lavoura é feito através de empresas para pagar na safra. Chega na hora da colheita tem que vender o arroz para pagar as contas. Esse ano tive que vender todo arroz a 30 reais, agora está valendo 40 reais. Não dá nem para fazer as contas. Se for ver tudo que perdi vendendo o arroz logo na colheita eu fico louco.

Assim sendo, a dependência financeira em relação às empresas privadas, além dos juros cobrados, traz a obrigação de vender a safra no momento da colheita para quitar essa dívida, não permitindo que o produtor aguarde um momento em que o produto esteja mais valorizado. Encontram-se ainda situações em que as empresas fornecem a altos preços insumos que não são fundamentais para garantir uma boa produtividade. Na fala do Entrevistado 12:

> [...] o adubo para fazer minha lavoura eu pego com a cooperativa para pagar na safra, só que pago o dobro do valor do que se tivesse o dinheiro para comprar à vista. Só que a lavoura não produz o suficiente para pagar esse valor absurdo, mas, se não é assim, não consigo plantar [...] para a lavoura da soja eu pego pacotes de produtos em troca de sacas de soja na colheita, só que também acaba ficando muito caro, e estou com uns produtos caríssimos guardados que sobraram da safra passada que eu nunca vou usar.

Portanto, o custeio da lavoura é um importante dado para se pensar a autonomia financeira das propriedades. Os relatos mostram que essa dependência em relação às empresas privadas ou aos bancos pode comprometer a produção ou trazer gastos desnecessários aos produtores. Dos 14 entrevistados, apenas quatro declaram custear a lavoura com recursos 100% próprios.

Para melhor visualizar a questão da autonomia, optou-se por dividir os entrevistados em dois grupos, de acordo com a nota para a sua saúde financeira, relacionando também com sua satisfação no meio rural. Nove dos entrevistados deram nota igual ou superior a sete para este quesito, dos quais sete possuem nota alta também para a satisfação no meio rural, acima de sete, e dois, com nota baixa para esta questão. Cinco produtores têm nota igual ou inferior a cinco para saúde financeira, dos quais somente o Entrevistado 08 atribuiu uma nota alta para sua satisfação. Entre os entrevistados com notas superiores para SMR, percebe-se uma maior autonomia, seja no domínio da área de cultivo e/ ou no custeio da lavoura.

No primeiro grupo, dos nove, apenas o Entrevistado 07, com nota sete para a SFP e nota baixa (quatro) para SMR, não possui área própria. Porém, o custeio de sua lavoura provém 100% de recursos próprios, não dependendo de agências bancárias, nem de empresas privadas, para produzir. O Entrevistado 09, também com nota sete para a SFP e nota baixa (quatro) para SMR, possui 27% da área própria e custeia toda a lavoura com recursos próprios

Com nota nove para SFP e oito para SMR, o Entrevistado 14 possui somente 16% de área própria, mas que representa 190 hectares devido ao tamanho de sua área de produção (um total de 1170 hectares). Além disso, outros 35% da área são de familiares, totalizando 51%, dando a ele uma maior autonomia na gestão dessas e também segurança no que se refere à sua manutenção como arrendatário. O custeio da sua produção é 40% próprio, 30% bancário e 30% com empresas privadas.

O Entrevistado 09 possui 27% da área própria e custeia toda a lavoura com recursos próprios. O entrevistado 11 produz em 45% de área própria com 30% de recursos próprios e 70% bancários. Os Entrevistados 01 e 04 possuem 50% das áreas de cultivo próprias e, respectivamente, 23% e 30% do custeio de suas lavouras provém de recursos próprios. O Entrevistado 05, com 75% da área própria e 100% da lavoura feita com recursos próprios conta que:

> [...] uma das coisas que eu faço, mas é algo que já tem alguns anos que venho conseguindo, é que eu não preciso fazer um financiamento para comprar meus insumos. Quando estou colhendo já faço a compra de alguns insumos no dinheiro e consigo preços muito bons. Agora, por exemplo, ainda estou com arroz para vender e é a época de maiores preços, só que grande parte dos produtores não tem mais nada.

Demonstrando a vantagem que a autonomia financeira lhe dá em relação a outros produtores que não a tem. Fechando este grupo, os Entrevistados 10 e 13 trabalham somente em áreas próprias, sendo que o primeiro trabalha somente com recursos próprios, e o segundo, por questões de fluxo de caixa, utiliza custeio bancário para a produção de arroz e recursos próprios na pecuária.

No grupo com notas inferiores para SFP, tem-se dois entrevistados (05 e 08) com 100% da área de cultivo própria, porém, ambos dependentes do dinheiro de empresas privadas para custear suas lavouras; lembrando que o E08 é o único do grupo com nota alta para SMR. O Entrevistado 12 possui somente 10% de área própria e todo o custeio de sua lavoura é proveniente de bancos e empresas privadas. Os Entrevistados 02 e 03 produzem somente em áreas arrendadas, e o custeio das

lavouras é, 100% no primeiro e 80% no segundo, derivado de bancos e empresas privadas.

Analisa-se aqui também a questão da propriedade das terras porque o arrendamento cria uma relação de dependência do arrendatário em relação ao arrendador. Isso pode ser visualizado na fala do Entrevistado 02, que relata: “eu já poderia estar com o arroz plantado, porém, faz duas semanas que o fazendeiro me liberou a área. Estou recém iniciando o preparo do solo e a semeadura vai atrasar, vou plantar fora da época”.

Dessa forma, a não consciência da importância do plantio em dada época por parte do arrendador, pode atrasar o plantio e trazer prejuízos financeiros ao arrendatário. Portanto, considera-se que essa relação pode ser dificultadora do processo de desenvolvimento da autonomia e do empoderamento desses no meio rural. Entretanto, é preciso enfatizar, essas questões podem restringir a capacidade de ação, mas não a impedem (GIDDENS, 2003).

Outro ponto importante no que se refere a autonomia dos produtores rurais é a questão da diversificação, como foi demonstrado por Ludtke e Rambo (2014) e por Nierdele e Grisa (2008). A presença de mais de um tipo de cultivo na área dá ao produtor a segurança de que, havendo qualquer tipo de problema em uma cultura – pragas, mau tempo, baixa nos preços, etc. – a outra pode garantir o sustento da família.

Entre os sete entrevistados com nota para SFP igual ou maior a 8 com notas altas também para SMR, todos possuem alguma forma de diversificação. Em todos os casos essa se dá pela cultura de soja ou com a pecuária, ou os dois. A importância desta diversificação fica evidente na fala de quatro destes entrevistados, que atribuem a sua estabilidade e equilíbrio financeiro à rotação com soja ou pecuária.

Ao serem questionados sobre a redução da rentabilidade da cultura do arroz, Questão 2.3.8, o Entrevistado 11 responde: “eu supro isso com a rotação de culturas. Quando o arroz não vai bem, a soja dá suporte. E tenho diminuído a área de arroz nos últimos anos pela alta necessidade de mão de obra e baixa rentabilidade”. Já o Entrevistado 13 relata: “o que me ajudou bastante foi a rotação com soja, consegui assim reduzir custos de preparo de solo e aumentar a produtividade”. Portanto, a presença de mais de uma cultura pode tanto servir de suporte (E11), como facilitar a produção (E13).

Já os Entrevistados 05 e 13 evidenciam a importância da diversificação na Questão 2.3.9 que os questionou sobre a trajetória do produtor e o enfrentamento de crises encontradas no decorrer dessa. Alegam que foram capazes de superar as crises e problemas financeiros por possuírem a cultura da soja e a pecuária. O Entrevistado 05 afirma: “nunca tive grandes problemas financeiros, e muito se deve por manter duas culturas, arroz e soja. Dificilmente vai ter problema nas duas culturas no mesmo ano”, portanto, a rotação de culturas lhe dá uma segurança financeira que considera-se importante para o desenvolvimento da autonomia. Esse entrevistado avalia a saúde financeira de sua propriedade com nota oito e sua satisfação no meio rural com nota sete.

A segunda (E13) afirma, sobre a mesma questão, que “problemas financeiros nunca tive, porque sempre tive um suporte da pecuária. No início não colhia arroz tão bem e precisei fazer muitos investimentos, aí a pecuária foi fundamental”. E complementa na Questão 2.3.10, em outras considerações sobre a gestão da propriedade: “Eu nunca seria só uma produtora de arroz, o que me dá um equilíbrio é a diversificação. Então, quem puder diversificar, faça isso. Consigo vender o arroz em épocas de maior preço, pois posso vender gado para pagar as contas e segurar o arroz até lá”. Portanto, a diversificação permite também o aumento da rentabilidade. Essa produtora avalia com nota nove a SFP e com nota sete a sua SMR.

Para avaliar a capacidade de desenvolver autonomia e empoderamento no meio rural, considerou-se aqui o custeio da lavoura, a propriedade da terra e a diversificação no cultivo. O primeiro item mostrou que a dependência dos produtores para com os bancos ou empresas privadas pode ser um limitador da capacidade de ação e da rentabilidade desses. O segundo item – a propriedade da terra – trouxe resultados parecidos, posto que os arrendatários dependem dos arrendadores para a produção. Entretanto, essas limitações não impedem a sua busca por autonomia. Já o terceiro item – a diversificação – veio mostrar a importância da presença de mais de uma cultura na propriedade, posto que isso dá segurança financeira e diminui o nível de dependência dos produtores em relação à venda de somente um produto.

Como coloca Ellis (1998) a diversificação não trata somente da diversificação produtiva, mas influencia na forma como o produtor vivencia sua realidade, ou seja, “é o processo pelo quais as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida” (ELLIS, 1998, p. 15). Ou, como colocam Perondi e Schneider (2012, p. 129):

> A diversificação é a criação de diversidade em processos sociais e econômicos que pressionam, e que também oportunizam às famílias a se adaptar e a diversificar os seus meios de vida. Diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural.

A próxima categoria fala dos conhecimentos – formais e informais – que são utilizados pelos produtores no cotidiano. Esses conhecimentos se relacionam com a capacidade de buscar empoderamento, posto que esse é, como visto, um processo reflexivo. A heterogeneidade desses conhecimentos implica em diferentes formas de agência e de busca por autonomia.

### 4.3.4 Conhecimentos

Para discutir esse item, primeiramente é importante considerar conhecimentos como um termo plural, posto que existe uma ampla gama tanto na forma de adquiri-los quanto na forma de transformar esses em formas de agência. Essa categoria é considerada fundamental para pensar o cotidiano desses orizicultores a partir da POA, porque assim é possível valorizar os conhecimentos dos orizicultores, construídos informalmente, combinados com outros, adquiridos seja através da extensão rural, da educação formal ou da busca autônoma. Para Oliveira (2014, p. 68) o conhecimento é “a posse e o exercício das faculdades intelectuais e sensoriais pelo ser humano, que tanto pode ser adquirido pela experiência quanto pelo aprendizado formal, como pelos dois”. Assim,

> [...] o conhecimento [é visto] como o resultado de um processo coletivo, enraizado socialmente, formado a partir dos constantes *feedbacks* que ocorrem entre os diferentes componentes do processo, no qual o conhecimento científico (ou perito) e o conhecimento tácito são complementares, e não excludentes. (OLIVEIRA, 2014, p. 78).

Como visto em Bulhões e Soglio (2009), é importante ainda considerar que o encontro de diferentes saberes pode levar ao afastamento entre as partes – por exemplo, entre o produtor e o extensionista –, mas também pode levar à interação e a valorização do conhecimento do outro. Como marca Guivant (1997), com a modernização da agricultura, os conhecimentos tradicionais foram considerados impedimentos ao progresso do setor. Assim, era necessária “a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, consequentemente, como obstáculos para a adoção de tal pacote tecnológico”

(GUIVANT, 1997, p. 441). Ultrapassado esse paradigma, Medeiros e Almeida (2010, p. 1-2) afirmam:

> Técnicos e agricultores nos processos de mediação e intervenção ocorridos em "situações de interface"[8], estabelecem negociações e adaptações de significados entre si, gerando um conhecimento resultante de acomodações entre os diferentes mundos dos atores envolvidos. Este conhecimento é construído heterogeneamente em um encontro de horizontes entre diferentes atores específicos. O resultado dessa heterogeneidade pode ser conflitante quando ocorre o distanciamento dos corpos de conhecimento, por exemplo, uma marcante separação entre o conhecimento dos agricultores e aquele dos mediadores/intervencionistas, assim como entre o referente a estes e ao dos mediadores sociotécnicos.

Muitas vezes, o conhecimento local, informal, é marginalizado pelo conhecimento científico, criando uma esfera de ignorância na qual os agricultores são tratados como invisíveis em contraste com experts, visíveis e autoritários (LONG, 2001). Deponti (2010) afirma que, segundo essa forma de ver a ruralidade, o campo era visto como um representante de um saber atrasado, que deveria ser colonizado pelo conhecimento tecnocientífico através de políticas públicas. Aqui, no entanto, opta-se por considerar que os atores "desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas" (LONG; PLOEG, 2011, p. 29). Logo, "o conhecimento passa a ser considerado como o resultado da interação, da negociação, de interfaces e acomodações entre atores e suas vidas diárias" (OLIVEIRA, 2014, p. 79). Possuem, portanto, a possibilidade de buscar

> [...] caminhos alternativos [que] tem o objetivo de demarcar o conjunto de novas práticas, processos e formas de organização social, não apenas como formas de resistência ou adaptação dos agricultores às transformações econômicas e tecnológicas da agricultura e do meio rural, mas também como proposições de maior alcance (OLIVEIRA, 2014, p. 16).

Os conhecimentos podem, nesse sentido, ser consequências de saberes acumulados através da experiência, da educação intergeracional, das relações com outros atores, do convívio com a natureza. "Essas diferenças refletem variações nas

---

[8] "As situações de interface são definidas como pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a encontrar descontinuidades segundo diferenças de valores e interesses (LONG e PLOEG, 1989)" (MEDEIROS; ALMEIDA, 2010, p. 01). [Nota dos autores]

formas como os atores tentam lidar, cognitivamente e organizacionalmente, com as situações que encontram" (LONG; PLOEG, 2011, p. 28). Ou seja, influenciam as formas de agência que os atores irão desenvolver. Como coloca Alves (2008), isso é válido também para investigar como o nosso conhecimento (entre outros) é marcado pelas relações de poder. Pensar as origens do conhecimento permite avaliar até que ponto as ideias são autônomas ou colonizadas (ALVES, 2008).

Giddens (2003) afirma que o conhecimento empírico é parte do que permite que os atores prossigam, no cotidiano. "Entretanto, a legitimação do saber científico e acadêmico na sociedade e a crença de que o mediador é mais instruído e mais estudado delegam ao agricultor uma posição subordinada e um espaço de ação reduzido" (PACÍFICO; SOGLIO, 2010, p. 54). A POA busca recuperar esses saberes e legitimá-los, posto que é a partir do contato com os conhecimentos e potenciais dos produtores que é possível criar estratégias que os tornem os agentes de seu próprio desenvolvimento, construído a partir de suas próprias visões de mundo.

O observado nas entrevistas sobre essa questão informa que todos os entrevistados utilizam-se de conhecimentos informais ou empíricos em suas propriedades. Em termos gerais, com a exceção da Entrevistada 13, os demais afirmam ter aprendido o necessário para a produção na experiência e na educação intergeracional ("de pai para filho"), por vezes complementada pela educação formal. É com base nesses conhecimentos que tomam as decisões necessárias para o bom andamento da propriedade, avaliando o histórico de safras anteriores e buscando não repetir erros antes cometidos. Isso mostra que apesar de apenas dois produtores fazerem a gestão de sua propriedade formalmente, eles tomam as decisões baseados em um conhecimento desenvolvido nos anos de experiência no campo.

Sobre a questão da educação formal, observa-se que os entrevistados com mais estudo têm um maior controle contábil e estão mais satisfeitos tanto financeiramente, quanto com a vivência no meio rural. Entre os nove entrevistados com nota sete ou superior para SFP (E01, E04, E05, E07, E09, E10, E11, E13, E14), apenas um não concluiu o ensino fundamental, um estudou até a oitava série e um tem o ensino médio incompleto. Os seis demais possuem ensino médio completo e dois deles contam com ensino superior. Na outra extremidade, entre os cinco produtores com nota baixa para SFP (E02, E03, E06, E08, E12), três não concluíram o ensino fundamental, um estudou até a oitava série e um possui ensino médio incompleto.

Já no quesito da satisfação no meio rural (SMR) dos oito com notas sete ou mais (E01, E04, E05, E08, E10, E11, E13, E14), apenas um não concluiu o ensino fundamental, um estudou até a oitava série e um tem o ensino médio incompleto. Os cinco demais possuem ensino médio completo e dois deles são graduados. Já entre os menores níveis de SMR, encontram-se seis entrevistados (E02, E03, E06, E07, E09, E12), três não concluíram o ensino fundamental, um concluiu esse, um não concluiu o ensino médio e um concluiu esse.

Apesar de os dados apresentarem que a escolaridade formal está associada com a saúde financeira e com a satisfação no meio rural, esse dado não pode ser generalizado. O Entrevistado 01, com nota 10 tanto para SFP quanto para SMR – inclusive conseguindo comprar terras com o cultivo de apenas 33 hectares – estudou somente até a quarta série. Para a tomada de decisões e para a gestão de sua propriedade, ele afirma ter conhecimento adquirido na convivência com seu pai; na prática do dia a dia; na participação frequente em eventos técnicos; e na troca de ideia com agrônomos, vendedores e demais pessoas que visitam sua propriedade. Isso nos mostra a importância do contato entre diferentes conhecimentos que possibilitam que o Entrevistado 01 desenvolva um saber híbrido (GUIVANT, 1997).

Os conhecimentos tácitos dos entrevistados podem ser observado na forma como cada um afirma gerenciar sua propriedade. Respostas como: “vejo quanto dinheiro eu consigo e vou comprando os insumos para fazer a lavoura, vou meio a rumo” (E06); ou “minhas decisões são tomadas sem análise, e sim no conhecimento prático” (E03); ou ainda “eu faço pelo que tenho na minha mente, pego um pouco do histórico de anos anteriores e vou pelo meu conhecimento prático” (E12), aparecem com alguma frequência associadas a produtores com notas baixas para SFP e SMR.

No outro lado, entre aqueles que possuem melhor SFP e SMR – apesar de se apoiarem muito no conhecimento prático e histórico de outras safras – em suas falas percebe-se que se utilizam também de conhecimentos mais técnicos. Como exemplo pode-se trazer o Entrevistado 10, que afirma: “eu me baseio na noção prática, utilizo giros financeiros e históricos de anos anteriores e faço o cálculo do valor a ser investido para fazer a safra”, ou ainda a fala da Entrevistada 13, que declara: “minha gestão é baseada principalmente no financeiro, através das planilhas de controle. Eu sou da teoria que a gente só quebra no fluxo de caixa, então, eu nunca vou deixar minhas despesas passarem as receitas, levo isso sempre muito equilibrado”; ou ainda na fala do Entrevistado 04: “Estou sempre trocando ideias com meu pai, utilizo o

histórico de outros anos, anotações de gastos e receitas, previsão futura do clima e mercado”. Estes dados nos mostram que, apesar do conhecimento prático ser essencial para o cotidiano produtivo, ele possui limitações. É na hibridização desse saber-fazer com conhecimentos mais técnicos que é possível agir no sentido de buscar uma melhoria na gestão das propriedades e, com essa, uma maior rentabilidade, segurança financeira e qualidade de vida.

A rentabilidade da lavoura arrozeira está bastante limitada. Como foi apresentado na Tabela 01, em média em apenas quatro de dez anos de cultivo os produtores de arroz tiveram renda positiva. Isso se deve, principalmente, ao grande aumento no custo de produção, passando de R$ 4.549,16 para R$ 6.816,69 por hectare neste período – um aumento de aproximadamente 50% (IRGA, 2018). Essa questão é observada pelos produtores que sentem a necessidade de mudar. Percebem que esse conhecimento que vem de berço, dos pais precisa ser atualizado para atender a lavoura nos moldes atuais, com custos cada vez maiores e uma rentabilidade cada vez mais limitada. Como afirma o Entrevistado 07, a lavoura evoluiu, então a sua gestão precisa evoluir também:

> Teria que investir mais na gestão para podermos fazer uma gestão melhor, a maioria dos produtores gerencia a propriedade por achismo, pela experiência, e não por cursos e treinamentos na área. Quando meu pai trabalhava junto nós discutíamos muito porque eu queria fazer as coisas diferentes, buscava melhorar, e ele não aceitava. Eu acho que precisamos nos adaptar, porque se ficar parado, na mesma, não vamos sobreviver. A lavoura não é mais como era.

Isso é percebido por diversos produtores que convivem com um cotidiano cada vez mais difícil na orizicultura. O Entrevistado 12, de 60 anos de idade, que estudou até a quarta série também o percebe: “Hoje o negócio tem que ser mais na ponta do lápis. Não adianta fazer rodar uma coisa que lá no final vira tudo zero, zero”. Assim, há uma percepção, mesmo entre os produtores de baixa escolaridade e idade avançada, de que há a necessidade de mudar. Na fala do Entrevistado 05 percebe-se algo semelhante quando esse afirma:

> Não podemos pensar que sabemos tudo. Se pensar que aquele sistema que aprendemos, que veio de berço, é o correto e fechar os olhos para as novidades, há grande chance de quebrarmos. Tem que ver o que está funcionando e levar para nossa propriedade.

É percebida, na visão de treze dos catorze entrevistados, a necessidade de melhoria no controle contábil e na gestão das propriedades, apesar de que muitos não

agiram para buscar tal conhecimento. Entretanto, percebe-se que os produtores mostram abertura para a incorporação de novos conhecimentos e mostram-se dispostos à hibridização de saberes.

Essa análise da orizicultura em três cidades do Vale do Rio Pardo – Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo – trouxe, à luz da Perspectiva Orientada ao Ator, a fala de 14 produtores, buscando incorporar suas visões sobre a importância da gestão no meio rural. Através de quatro categorias – agência; heterogeneidade; autonomia e empoderamento; e conhecimentos – foi possível elucidar a forma como eles desenvolvem seus saberes, lutam por autonomia, diferenciam-se uns dos outros e agem para transformar a realidade em que vivem.

Buscou-se, então, relacionar as categorias investigadas a partir da Perspectiva Orientada ao Ator sobre a questão da gestão rural. A capacidade de agência, na perspectiva de Giddens (2003), fala da busca do ator por transformar a realidade que o cerca. Por tratar-se aqui do conhecimento e da realização da gestão das propriedades, analisou-se de que forma é possível identificar que os atores que buscaram conhecimentos sobre técnicas de gestão, sejam esses formais ou informais, encontram-se em situação financeira melhor do que os que não tiveram essa iniciativa.

Já a questão da heterogeneidade foi importante para pensar a gestão rural porque marcou como o perfil e as múltiplas experiências vividas pelos produtores podem interferir na adesão ou não desses às iniciativas que envolvam a gestão. Como já observaram Long e Ploeg (2011), mais do que apenas aderirem ou reagirem à realidade que lhes é imposta, os produtores criam alternativas conforme suas vivências e saberes. Quanto à gestão percebeu-se, entre outras questões, que qualquer abordagem que seja feita nesse meio precisa levar em consideração as capacidades e os conhecimentos dos produtores. Ou seja, para muitos não será eficaz uma iniciativa que busque aprimorar a gestão pelo uso de *softwares* ou mesmo planilhas complexas. Para outros, essa pode ser uma abordagem interessante. Qualquer iniciativa desenvolvida para intervir nesse meio precisa trabalhar com múltiplas formas de aproximação que considerem a ampla heterogeneidade dessa população.

Quanto à autonomia e ao empoderamento, percebeu-se a primeira trata da capacidade de os atores construírem resistências a questões que lhes são impostas (CHRISTINO, 1997) e o segundo fala da capacidade de os produtores se perceberem

como agentes capazes de construírem – ainda que parcialmente – suas realidades e buscarem alternativas para os problemas que se apresentam em suas vidas (PIGNARRE; STENGERS, 2007). A partir disso, foi identificada a importância de que os produtores possam gerenciar questões importantes relativas ao seu meio de vida, como a posse da terra e a capacidade financeira de comprar insumos por conta própria. Como foi visto, esses dois aspectos são fundamentais para que se tenha controle sobre a época de plantio e, assim, para um melhor gerenciamento da propriedade.

Além disso, essa categoria explorou ainda a importância da diversificação produtiva, segundo Ludtke e Rambo (2014) e Nierdele e Grisa (2008). A partir do referencial teórico e das realidades encontradas, mostrou-se a importância da presença de mais de uma forma de produção em uma mesma propriedade. Essa diversificação dá uma maior segurança financeira para os produtores; essa, por sua vez, influencia na forma como se dá a gestão das propriedades porque permite que a tomada de decisão não seja feita somente com base na necessidade, mas na reflexão.

Já a quarta categoria – os conhecimentos – mostrou que tanto os formais quanto os informais são importantes no desenvolvimento de técnicas de gestão em uma propriedade. Encontrou-se grandes variações nos graus de escolaridade dos entrevistados – do quarto ano do ensino fundamental à pós-graduação. Essa variação, apesar de mostrar um padrão que tende à maior estabilidade financeira quanto aos anos de aprendizagem formal, mostrou a importância dos conhecimentos informalmente desenvolvidos quando esses estão relacionados à busca por diferentes formas de saber-fazer (OLIVEIRA, 2014).

O próximo título desse trabalho traz as Considerações Finais, nas quais o autor apresenta suas percepções, sua experiência e algumas conclusões obtidas através do trabalho realizado até aqui.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito compreender a percepção dos orizicultores da Região do Vale do Rio Pardo sobre a importância da gestão rural nos seus cotidianos. Buscou-se compreender como estes atores constroem seus mundos sociais, encontrando respostas diferenciadas em processos aparentemente homogêneos através da sua capacidade de ação sobre a realidade que se lhes apresenta.

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em buscar compreender o processo de gestão rural das propriedades orizícolas da região do Vale do Rio Pardo – RS, sob a perspectiva dos produtores envolvidos. Acredita-se que esse estudo, apesar de não trazer as múltiplas possibilidades de análise, aproximou-se desse fim porque pôde perceber a heterogeneidade das questões que envolvem a utilização ou não das técnicas de gestão. Mostrou que os orizicultores, ainda que não tenham consciência disso, utilizam-se de conhecimentos que os permitem tomar decisões sobre o andamento de suas propriedades.

O primeiro objetivo específico tratou de identificar o perfil socioeconômico dos orizicultores da região do Vale do Rio Pardo. Isso foi realizado através de uma abordagem sócio-histórica e do levantamento do perfil dos produtores analisados. Esses dados permitiram compreender como algumas características históricas – como a prática do arrendamento – persistem e até hoje influenciam a vida dos atores abordados.

Já o segundo tratou de verificar a perspectiva dos agricultores sobre a necessidade de aprimoramento da gestão em consonância com os conhecimentos tradicionais. Para responder a esse objetivo optou-se pela Perspectiva Orientada ao Ator que, como visto, busca valorizar tanto os saberes populares quanto as capacidades dos atores criarem os seus próprios processos de aprendizagem e desenvolvimento.

O terceiro e último fator se relaciona com as questões estruturais e com a capacidade de ação dos produtores. Ele pretendeu analisar os fatores que condicionam a gestão das propriedades rurais orizícolas da região do Vale do Rio Pardo – RS. Assim, avaliou questões do perfil socioeconômico e histórico, além de buscar analisar fatores pessoais, familiares ou sociais que possam interferir na

questão da gestão rural. Identificou-se aqui a multiplicidade de possibilidades que permitem ou inibem a ação do produtor.

A partir desses objetivos, acredita-se que o problema de pesquisa tenha sido respondido. Esse questionou: Qual a percepção dos produtores no que se refere ao processo de gestão das propriedades rurais orizícolas da Região do Vale do Rio Pardo – RS? Ao optar pela POA, foi possível captar a forma como esses produtores enxergam as suas realidades, os seus mundos de vida. Isso foi de suma importância para compreender a gestão das propriedades, mas também trouxe informações enriquecedoras sobre suas lutas, seus condicionamentos e sua autonomia.

Sobre a questão específica da gestão, percebeu-se que a maioria declara não a fazer por falta de conhecimento e de tempo, mas percebem a necessidade de aprimoramento dessa questão em suas propriedades. Isso vem mostrar que existe uma abertura para o aprimoramento dos produtores nessa área, mas qualquer forma de intervenção deve ser direcionada para a multiplicidade de públicos ali presentes, considerando suas diferentes capacidades e interesses.

Essas considerações trazem ainda uma breve revisão do referencial teórico e da realidade encontrada em campo. Busca trazer um pouco das percepções do autor sobre essa experiência, no sentido de relatar as vivências e os conhecimentos que limitaram ou potencializaram esse estudo. As dificuldades advieram especialmente do desafio de buscar o afastamento necessário para a interpretação dos dados levantados. Isso porque esse pesquisador cresceu em meio a lavouras de arroz; é filho e neto de produtores de arroz; e há sete anos atende os produtores de arroz da região através do trabalho realizado no departamento de extensão rural do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA. Portanto, há mais de trinta anos vive o dia a dia dos produtores de arroz, conhecendo seus anseios e as dificuldades em se manter no meio rural.

Por outro lado, por ser funcionário do IRGA, o pesquisador teve uma boa receptividade por parte dos entrevistados, conseguindo obter informações bastante pessoais que, possivelmente, não seriam dadas para uma pessoa não associada a uma instituição formal.  Esssas foram fundamentais para compreender a realidade desses produtores, dar embasamento a pesquisa e conseguir atender aos objetivos propostos. Isso também mostra a confiança que os produtores têm nessa instituição.

Outro desafio foi a transcrição dos áudios das entrevistas. Como elas foram realizadas no ambiente de trabalho dos orizicultores, grande parte delas ocorreu ao

ar livre (no galpão, no pátio de máquinas ou em meio à lavoura), ambientes com bastante ruído no entorno. Duas gravações tiveram interferências do vento e uma delas do som do motor de tratores. Entretanto, apesar de dificultar, isso não impediu a escuta e a transcrição das informações.

Aqui também não deve-se deixar de relatar, a dificuldade do pesquisador ao adentrar na área do Desenvolvimento Regional, que tem sua concepção alicerçada na interdisciplinaridade, dentro das ciências humanas. Essa experiência exigiu do pesquisador uma busca por conhecimentos incomuns à sua área de formação; apesar da dificuldade, a ampliação dos horizontes intelectuais permitiu dar profundidade a esse trabalho. A utilização da POA foi essencial para a combinação dos conhecimentos que o pesquisador já possuía e os novos, adquiridos no decorrer do mestrado. Acredita-se, hoje, que somente assim foi possível desenvolver essa pesquisa e trazer as realidades dos produtores rurais.

Esses produtores enfrentam problemas que se devem à dinâmica da globalização e a incorporação de novas tecnologias de produção no meio rural, com altos custos de produção e margens de rentabilidade reduzidas. A utilização de técnicas de gestão, como foi trazido no início desse trabalho, é capaz de minimizar algumas das problemáticas que perpassam o desenvolvimento rural. Isso porque proporcionam um melhor controle, redução dos custos de produção, maior competitividade e, consequentemente, a manutenção destes produtores e sua família na atividade.

Portanto, considera-se que essa pesquisa, além de tratar de uma importante questão – a gestão do negócio dos produtores na orizicultura –, pode também contribuir para futuras intervenções de extensão rural. Isso porque mostra que é necessário vislumbrar e tentar compreender o outro lado – a percepção dos orizicultores sobre sua realidade. É ainda essencial trazer à tona a diversidade existente nesta produção, quer seja ela relacionada a utilização de técnicas de contabilidade e gestão, ou a outros fatores que influenciam na forma como esses atores compreendem e interagem no universo que os circunda.

Esse trabalho se iniciou com um resgate da história do arroz no país, estado e região do Vale do Rio Pardo, buscando demonstrar o quão importante é essa cultura para o sustento de milhares de famílias e para o desenvolvimento desse território. Enfatiza-se que a origem do seu cultivo foi apoiada basicamente em um sistema de proteção tarifária, estimulando investidores e proporcionando rentabilidade na

produção. Muitos dos produtores que optaram pelo cultivo do arroz não eram proprietários de terras, o que deu base para o sistema de arrendamento que persiste até hoje e é um dos fatores que acaba influenciando na autonomia e na sustentabilidade dos orizicultores.

A lavoura de arroz no Brasil evoluiu, mecanizou e se tecnificou, aumentando sua eficiência e produtividade. Conforme dados apresentados no primeiro capítulo, somente nos últimos 30 anos a sua produção total cresceu 25%, mesmo tendo reduzido sua área de cultivo para um terço. Em linhas gerais, hoje é necessário apenas 1 hectare para produzir o mesmo que 3,75 hectares produziam 30 anos atrás. A eficiência no uso da água também melhorou. Quando antes eram necessários 4,3 metros cúbicos para cada quilograma de arroz produzido, hoje é necessário apenas 1 metro cúbico. Essa questão recebe uma atenção especial por parte dos orizicultores. Por ser o único grão cultivado no Rio Grande do Sul a possuir licenciamento ambiental, passa por um controle rigoroso por parte dos órgãos fiscalizadores no que tange a medidas de preservação ambiental.

Para o Rio Grande do Sul, tem-se os municípios de Cachoeira do Sul e Pelotas como marcos da agricultura capitalista deste grão, sendo o primeiro denominado Capital Nacional do Arroz. Hoje, o arroz é produzido em 129 municípios do Rio Grande do Sul, onde cerca de 232 mil pessoas vivem direta ou indiretamente de sua exploração. No Vale do Rio Pardo são produzidas 250 mil toneladas de arroz por ano em 11 dos seus 23 municípios, sendo que nos municípios de Candelária, Pantano Grande e Rio Pardo, selecionados para esta pesquisa, é produzido 67% desse volume.

Na sequência, essa pesquisa trouxe o referencial teórico referente à Perspectiva Orientada ao Ator, o conceito de agência e algumas questões sobre a importância da gestão rural para assegurar a sustentabilidade das propriedades. Primeiramente, buscou-se demonstrar o diferencial dessa perspectiva que busca colocar os produtores rurais na condição de agentes ativos, com capacidade de pensar e agir sobre a realidade que se lhes apresenta. Portanto, mostrou-se essencial dar protagonismo às suas experiências e aos seus conhecimentos.

A POA, portanto, traz o olhar voltado ao ator e, por isso, trabalha com a ampla heterogeneidade que se faz presente no campo. Ela permite desconstruir a ideia de que os produtores rurais são passivos e não possuem a capacidade de agir e de resistir às condições que lhes são impostas. Assim, a POA traz à tona a necessidade

de perceber que são os próprios produtores que criam os padrões de desenvolvimento no meio rural. Muitas vezes eles possuem escolhas limitadas que restringem a sua agência e a sua autonomia, mas nem por isso são meros receptores.

Para aprofundar essa análise foi trazido o conceito de agência, segundo a teoria da estruturação de Giddens (2003). Para essa teoria, é importante compreender que uma análise social não pode se dar somente sobre as questões estruturais, ignorando a capacidade de transformação do indivíduo como um ser social. Tampouco se pode ignorar o poder dessas estruturas em restringir ou incentivar determinadas ações dos indivíduos. Portanto, para compreender a forma como os produtores rurais agem em seus meios é fundamental pensar tanto as ações e as limitações pelas quais eles passam.

A seguir, buscou-se trazer a gestão rural para a discussão já existente dentro da POA. Como foi visto, diversos trabalhos têm utilizado essa para pensar diferentes questões que perpassam o meio rural. Não foram encontrados outros trabalhos que se aprofundem na questão da administração de propriedades, o que mostra um diferencial dessa pesquisa.

Como foi visto para alcançar o desenvolvimento rural é preciso pensar também as questões gerenciais, posto que essas permitem uma ampliação da rentabilidade e o desenvolvimento sustentável das propriedades. Assim, acredita-se – e foi demonstrado aqui através das 14 entrevistas realizadas – que a gestão pode ser uma importante ferramenta inclusive no que trata do empoderamento dos agricultores, ampliando seu olhar sobre as atividades agrícolas, incentivando o desenvolvimento de organizações rurais.

No que se refere ao primeiro objetivo específico desse trabalho – verificar o perfil dos orizicultores da região escolhida – constatou-se, primeiramente, uma grande diversidade de informações sobre a realidade dos 14 entrevistados. São, em sua maioria pequenos e médios produtores, sendo somente dois considerados como grandes, contemplando a realidade da região orizícola. Sobre a sua rentabilidade, apenas quatro dos catorze obtiveram uma renda bruta superior ao custo de produção calculado pelo Irga, conseguindo assim superar os gastos e obter lucro na operação. Os dez demais acumularam dívidas ou não conseguiram cobrir os custos fixos.

Esses dados mostram a necessidade de repensar a forma como essas propriedades são geridas, para que seja possível a esses produtores continuar exercendo suas atividades no meio rural. O arroz é o responsável pela maior fatia da

receita de suas propriedades. Isso mostra que a importância da produção desse cereal para a sustentabilidade econômica dessas famílias.

Sobre a visão dos entrevistados sobre sua situação financeira (SFP) e satisfação no meio rural (SMR). Concluiu-se, assim, que apesar de terem vivido uma situação de rentabilidade negativa, a maior parte dos produtores entrevistados acredita que suas propriedades estão financeiramente saudáveis. O fato de não se utilizarem, em geral, de técnicas de contabilidade e gestão explica a falta de percepção dos atores sobre sua realidade financeira.

Quanto à satisfação no meio rural, constatou-se a existência de uma relação muito forte entre as notas que os entrevistados deram para essa e para a questão da saúde financeira. Isso demonstra a importância a questão econômica para sua satisfação e seu bem-estar no campo. Entretanto, esse não é o único fator de importância. Verificou-se também que os orizicultores com idade mais avançada são os que se mostram mais insatisfeitos com a vida que levam no campo. O envelhecimento no meio rural é difícil, o que pode estar atribuído à solidão, à ausência de vínculos sociais, ao difícil acesso às políticas públicas (como a de saúde), entre outros fatores que ainda carecem de investigação nesse contexto, mas foram investigados por outros autores (FROELICH et al., 2011) (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

A utilização de ferramentas de contabilidade e técnicas de gestão ainda é uma realidade distante para um grande número de propriedades. Isso mostra a não adoção de técnicas formais básicas de contabilidade. A preocupação e utilização da contabilidade, pelos produtores, dá-se essencialmente para fins de cálculo do imposto de renda, não sendo utilizada para a melhoria da gestão do seu negócio.

Atendendo aos demais objetivos dessa dissertação, que tratam da percepção destes orizicultores sobre sua gestão, atrelada aos seus conhecimentos tradicionais, desenvolvidos, reproduzidos e transformados por esses atores, analisou-se os dados encontrados nas entrevistas a partir de quatro categorias de análise. Essas são condizentes com a proposta apresentada pela POA e tratam da capacidade de agência; da ampla heterogeneidade do meio rural; das lutas por autonomia e o processo de empoderamento; e das múltiplas formas de conhecimento que perpassam as vivências desses atores.

Essa pesquisa mostrou a necessidade de pensar o mundo de vida dos orizicultores pela POA, trazendo assim as suas realidades como determinantes do

desenvolvimento rural. A partir das respostas obtidas nas entrevistas foram pensadas quatro categorias de análise que condizem com essa perspectiva, posto que buscam trazer o olhar desses atores como o centro do problema a ser pensado.

A primeira categoria aqui colocada foi a agência, que fala da capacidade de os atores agirem sobre suas realidades, mudando o curso dos eventos. Aqui buscou-se analisar uma questão em específico: a procura por conhecimentos sobre gestão. Percebeu-se que os que realizaram essa busca estão hoje mais economicamente satisfeitos. A segunda categoria foi a heterogeneidade, que falou tanto da diferença no perfil dos produtores, quanto da forma diferenciada com que eles respondem às externalidades. Nessa se concluiu pela diversidade no mundo rural e pela necessidade de aproximações diferenciadas no que trata da forma como se faz a gestão de uma propriedade.

A terceira categoria, que abordou a autonomia e o empoderamento, buscou trazer como alguns fatores são limitadores – como o arrendamento de terras e a dependência de terceiros para comprar insumos – mas não os impedem. Além disso, mostrou-se que a diversificação de culturas é muito importante para a segurança econômica da propriedade. Ambas as questões são importantes para a gestão rural porque falam da liberdade que o produtor tem de efetivamente tomar decisões com reflexividade. A quarta categoria – conhecimentos – buscou explorar como o saber-fazer é importante para esses produtores na tomada de decisões. Praticamente todos declaram que as decisões são tomadas com base no histórico de safras anteriores, o que mostra que apesar de não terem dados formais, eles possuem esse conhecimento.

Como primeira conclusão desta análise, percebe-se uma melhor saúde financeira e satisfação no meio rural entre os entrevistados que, de uma forma ou outra, buscaram algum tipo de conhecimento formal. Os dados apontam que a busca por conhecimentos, seja em cursos promovidos pelo Senar ou Sebrae junto a sindicatos ou na formação profissional em graduação ou pós-graduação auxiliam para o desenvolvimento rural e para a satisfação dos atores nesse meio.

Entretanto, a agência no sentido de busca por conhecimentos não se restringe a essas formas de aprendizagem. Considera-se aqui que essas são restritas. As universidades e escolas, muitas vezes, estão distantes geograficamente do meio rural e não são economicamente acessíveis. A disponibilidade de cursos de formação providos por instituições e/ou sindicatos não é frequente e, muitas vezes, não é

suficientemente divulgada no contexto desses atores. Entretanto, outras formas de conhecimento são possíveis através da interação com outros atores sociais, seja na participação de reuniões técnicas, em dias de campo ou, simplesmente, pela troca de informações de pessoas no convívio.

Enfatizando este ponto, os entrevistados com notas baixas para SFP e SMR, que relataram não terem sofrido intervenções que buscassem a melhoria da gestão de suas propriedades, vêm, de uma forma ou outra, gerindo suas propriedades. Este dado mostra que, apesar de não possuírem um conhecimento formal sobre a gestão, de alguma forma esses atores exercem a agência nesse quesito, posto que tomam as decisões que afetam o seu cotidiano. Apesar disso, essas decisões não têm levado os produtores a uma melhoria na saúde financeira de suas propriedades ou à sua satisfação no campo.

Outra forma de buscar informações que podem auxiliar na gestão das propriedades rurais encontra-se no uso de Tecnologias da Informação e Comunicação. As TICs são, ainda, bastante inacessíveis, especialmente no meio rural, seja por questões econômicas, técnicas – como a dificuldade de acesso à internet – ou pela falta de conhecimentos para lidar com tais tecnologias.

Um fator que se mostrou de fundamental importância, mas que acaba passando desapercebido por grande parte dos orizicultores é o tempo. Tempo para se dedicar à contabilidade e à gestão da propriedade; tempo para olhar o seu negócio com distanciamento; tempo para acompanhar o mercado e fazer negócios melhores. Portanto, avalia-se que o envolvimento direto no trabalho cotidiano é um limitador da agência no quesito gestão, fazendo com que outros fatores – como a produtividade – tornem-se mais importantes. Porém, para que se consiga uma boa produtividade, e que esta gere rentabilidade e satisfação para o produtor rural, acredita-se que é necessário que a produção e as técnicas de gestão andem em sintonia.

A capacidade dos agentes no quesito gestão aparece influenciada por inúmeros fatores, tornando de suma importância considerar a próxima categoria – a heterogeneidade no meio rural. Como foi visto, são inúmeras as diferenças, mesmo entre essa pequena amostra de orizicultores, que influenciam as vivências desses no campo. Não se pode ignorar esse fator, posto que isso implicaria em generalizações que podem ser prejudiciais para pensar em soluções para os problemas no meio rural. Nesse contexto se compreende, portanto, que a heterogeneidade se caracteriza nas

variadas formas com que os produtores vivenciam as suas realidades e reagem às influências externas.

Há uma grande variação na idade, tempo de experiência, escolaridade, tamanho da área de produção, posse da área, origem do custeio da lavoura, saúde financeira e satisfação no meio rural dentre os produtores investigados. Além das diferenças no perfil desses produtores, é possível notar que as formas de reação em momentos de crise também têm grande variação. Observou-se produtores que estavam bem financeiramente e que, no primeiro contratempo, não conseguiram mais se reerguer. Mesmo vendendo o pouco que ainda possuem, não é suficiente para quitar as dívidas. Outras situações mostram produtores que estavam financeiramente devastados depois de sofrerem crises – seja por contratempos climáticos ou maus investimentos, mas conseguiram se recuperar. Desfizeram-se de patrimônio, reduziram custos desnecessários, adequaram tamanho da área à capacidade produtiva ou investiram em tecnologia e, assim, conseguiram não só quitar as dívidas, mas também adquirir terras e fazer novos investimentos na estrutura produtiva de suas propriedades.

Claro que devemos considerar, ainda, quando se pensa na heterogeneidade, nas formas de ação dos produtores e a sua capacidade para arcar com essas perdas. Afinal, sua capacidade de agência não é independente de questões estruturais (GIDDENS, 2003; LONG; PLOEG, 2011) e, como visto, muitos precisam abrir mão de seu patrimônio para superar esses momentos. Para isso, é preciso que possuam esses recursos a serem acionados em momentos de crise. O mais essencial desses recursos, para o produtor, é a terra, fator que implica na sua autonomia no meio rural.

Portanto, a capacidade de agência, a busca por conhecimentos e o querer fazer diferente desse produtor poder ser seu diferencial na sua produção e na satisfação que ele tem com sua vida no campo. Acredita-se que isso colabora para a sua estabilidade financeira, mesmo sendo arrendatário.

A necessidade de venda da propriedade é uma realidade que tem sido observada no dia a dia do pesquisador. Observam-se alguns produtores que receberam um grande patrimônio de herança dos pais ou avós, porém nunca se envolveram na conquista deste bem. É possível que o fato de que eles não tiveram que trabalhar para obter essas terras faça com que eles as valorizem pouco ou não tenham adquirido a noção do quão difícil é sua conquista. Assim, adentram

despreparados na produção de uma cultura, como arroz ou soja, e acabam tendo que vender essas terras para quitar suas dívidas.

Adentrando na autonomia e empoderamento, terceira categoria analisada, na entrevistas foi possível verificar dois fatores importantes para considerar essa categoria: o domínio do capital de investimento e a posse da terra, considerados essenciais para a sustentabilidade de uma propriedade agrícola. No que se refere à questão financeira, verificou-se que quando um produtor depende exclusivamente de agências bancárias para o custeio de sua lavoura, estabelece-se um grau de dependência destes para que o capital seja liberado em tempo hábil para o preparo da terra, compra de insumos e plantio no período recomendado. Ocorrendo atraso nessa liberação, o produtor poderá atrasar o seu plantio, comprometendo a produtividade e rentabilidade de seu negócio.

No caso de financiamento da produção por empresas privadas, observou-se um aumento do custo de produção devido às altas taxas de juros cobradas e pela inclusão de produtos – em “pacotes tecnológicos” – não necessários à produção. Há ainda uma redução na receita, visto que os produtores são obrigados a negociar seu produto no momento da colheita para quitar sua dívida – momento em que, normalmente, os preços pagos pelo cereal são mais baixos. Em ambos os casos há uma perda de autonomia do produtor, ficando esse dependente de terceiros para implantar sua lavoura e negociar o seu produto.

Sobre o domínio da área de cultivo, apesar de sua ausência não ser um fator limitante para a saúde financeira de uma propriedade, tende a favorecê-la. Entre os entrevistados que se consideram financeiramente estabilizados, apenas um não possui área própria. Os demais possuem algum percentual de terra própria ou cem por cento dela. Dentre os arrendatários, percebe-se a necessidade de ressaltar o bom entendimento do proprietário em liberar a área para o arrendatário em tempo hábil para que este faça o preparo do solo e semeadura do arroz dentro da época preferencial. O arrendamento deve ser, para o produtor, apenas um item do custo de produção e não um impedimento na tomada de decisão sobre manejo de sua lavoura.

Concluiu-se também que há uma melhoria na autonomia daqueles produtores que possuem alguma forma de diversificação em suas propriedades. Isso porque há assim uma garantia: caso ocorra algum problema com uma das culturas, a outra pode garantir o sustento da família, aumentando a segurança financeira. Amplia-se também a sua liberdade no mercado, na medida em que possibilita a escolha de qual produto

negociar – soja, arroz, carne, etc. – levando em consideração os preços de venda. Assim, a diversificação possibilita que o ator seja capaz de tomar decisões de acordo com suas convicções e não por necessidade ou pressão externa.

A última categoria avaliada – e nem por isso menos importante – foram os conhecimentos. Optou-se por colocar esse termo no plural por se compreender que existem uma gama de formas possíveis de conhecer e utilizar o conhecimento.

Em termos gerais, os orizicultores entrevistados falam que os seus conhecimentos sobre a gestão de suas propriedades vêm “de berço”, “de pai para filho”, do cotidiano e dos muitos anos de experiência como produtor rural. Também aparecem nos relatos a importância da educação formal, seja na escola, em cursos, ou no ensino superior. Como foi visto, qualquer que seja a fonte de seu conhecimento, não lhes passa despercebida a necessidade de melhoria no controle contábil e na gestão do seu negócio.

A rentabilidade da lavoura arrozeira está bastante limitada e essa questão é vista pelos produtores, que percebem a necessidade de mudar. Pelo relato das entrevistas foi possível perceber que há, entre esses, a percepção de que os conhecimentos tradicionais podem não ser mais suficientes para garantir a sua sustentabilidade no meio rural no contexto atual. Esse dado é importante para pensar as intervenções que podem ser feitas nesse meio – que devem considerar a diversidade e as capacidades de ação desses atores.

Percebe-se também a existência de uma hibridização de conhecimentos nos orizicultores (MEDEIROS; ALMEIDA, 2010). Uma associação do conhecimento prático, herdado dos pais, adquirido no dia a dia; e os aprendidos na escola, em cursos, treinamentos e no convívio e troca de informações com outras pessoas. Quanto maior essa associação de conhecimentos pelos produtores, maior a sua capacidade de lidar com as decisões e desafios do dia a dia, proporcionando uma melhoria na saúde financeira de sua propriedade e na satisfação com sua vida no meio rural.

Entretanto, como foi afirmado, não se pode implementar ferramentas de contabilidade e gestão no meio rural na forma de um pacote tecnológico. É preciso considerar que esses atores são agentes reflexivos que não vão absorver de forma igualitária esses conhecimentos. Possivelmente essa forma de extensão falharia para um grande número de produtores. É preciso considerar sua diversidade; suas

diferentes capacidades e formas de ação; e os vastos conhecimentos que eles já trazem consigo.

Deve-se, portanto, levar em conta toda a diversidade existente, seja de idade, escolaridade, conhecimento técnico, infraestrutura existente, domínio da área, financiamento da lavoura, entre outros. O fator chave é entender a percepção do produtor sobre a necessidade desse conhecimento para o sucesso do seu negócio. A partir desse trabalho foi possível elucidar como os orizicultores desenvolvem seus saberes, lutam por autonomia, diferenciam-se uns dos outros e agem para transformar a realidade em que vivem. Expressa-se o desejo de que ele possa servir de subsídio para outros que se interessem em compreender como se dá o processo de gestão no meio rural a partir da visão dos agricultores.

Esse estudo foi essencial – ao menos para esse pesquisador – porque permitiu colocar luz sobre um sujeito de pesquisa pouco explorado – o orizicultor – sob uma nova perspectiva. Entretanto, essa pesquisa não respondeu a todas as perguntas que surgiram antes e no decorrer da investigação. Por isso, é importante marcar a necessidade de novos estudos que explorem as interligações entre a gestão rural e a forma como essa é vista pelos orizicultores. É só a partir de pesquisas como essas que será possível criar políticas públicas que possam atingir a heterogeneidade do mundo rural, considerando a capacidade de luta, de reflexividade e de ação dos produtores.

# REFERÊNCIAS


ALVES, A. F. **Do desenho a implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável:** interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. Tese. UFSC. Florianópolis. 2008.

ANA – Agência Nacional das Águas. **Atlas Irrigação**: uso da água na agricultura irrigada. Brasília, 2017.

_____. **Conservação de água e preservação ambiental nas lavouras de arroz do Rio Grande do Sul**: produção mais limpa. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2009.

ANDERSSON, Fabiana da Silva. **Processos de empoderamento e agroecologia:** valorizando o trabalho das mulheres rurais? Tese apresentada ao prohrama de pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, RS, 2015. 199 p.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Resolução nº 4.666**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50605/Res_4666_v1_O.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

BARATA, Tiago Sarmento. **Caracterização do consumo de arroz no Brasil**: um estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS/Cepan. 2005.

BATALHA, M. O.; SCARPELLI, M. Gestão da cadeia agroindustrial. Brasília. **Anais do Workshop:** O agronegócio na sociedade da informação. Brasília DF: Programa Sociedade da Informação – MCT, 2002.

BESKOW, Paulo R. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 12, p. 55-84, 1984.

BESSEN, F. G. **Políticas públicas para a agricultura familiar no município de Entre Rios do Oeste:** uma análise a partir da teoria ator orientado. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de ciências Agrárias da Unioeste – Universidade do Oeste do Paraná), 124 p. Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2016.

BORILLI, S. P. et al. O Uso da Contabilidade Rural como uma Ferramenta Gerencial: Um estudo de Caso dos produtores rurais no Município de Toledo. **Rev. Ciências Empresariais da UNIPAR,** Toledo, v6, n.1 p. 77-95, jan/jun, 2005. Disponível em: http://dgx64hep82pj8.cloudfront.net/PAT/Upload/1352868/301-1124-1-PB.pdff>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BOUCHER, F. **La leche**: un instrumento de desarrollo territorial de los pequeños productores para acceder a nuevos mercados, 2011.

BRANDÃO, Carlos. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011.

_____. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. Disponível em: http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper37.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

BRASIL. **Recenseamento geral do Brasil 1920**. Relação dos proprietarios dos estabelecimentos ruraes recenseados no Estado do Rio Grande do Sul. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. Rio de Janeiro, 1927.

BULHÕES, F. M.; SOGLIO, F. K. A Agroecologia e a Perspectiva Orientada ao Ator na análise do processo de construção do conhecimento e da inovação. **Revista Brasileira de Agroecologia.** vol. 04, n. 02, nov. 2009.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha et al. **Custos no processo de tomada de decisão em empresas rurais.** 2007. Disponível em: http://www.sebrae.gov.br/bibliotecaonline. Acesso em: 19 abr. 2017.

CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Custos:** Um desafio para gestão do agronegócio. 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/69a5e2bb919eaf2e832574b0004bda60/7dc55898743cf66483256f6b00617007/$FILE/NT000A2306.pdf >. Acesso em 02 out. 2017.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf. Acesso em 27 jan. 2018.

CAPORAL, F.R. et al. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org). **Agricultura familiar:** caminhos e transições. Passo Fundo: IFIBE, 2006, v. 01, p.174-208.

CHRISTINO, R. R. Piaget e Kant: uma comparação do conceito de autonomia. **Nuances**, v. 03, n. 03, p. 73-77, 1997.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Custo da Produção de Arroz**. 2018. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/> Acesso em: 12 Jul. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade Rural.** São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002 (p. 51-66)

DAL SOGLIO, Fabio; KUBO, Rumi Regina. Agricultura e Sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DEPONTI, C. M. As agruras da gestão da propriedade rural pela Agricultura Familiar. **Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

_____. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. In: **Anais** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER, 2007, Londrina. Conhecimentos para Agricultura do Futuro. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. 1 CD.

_____. **Intervenção para o desenvolvimento rural:** o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2010.

_____.; ALMEIDA, J. P. Dinâmicas de interface social e intervenção pública: o caso da extensão rural do Rio Grande do Sul. Redes – **Revista de desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul, RS, vol. 17, n. 02, p. 195-214, maio/ago. 2012.

DETHIER, J.-J., EFFENBERGER, A. Agriculture and development: A brief review of the literature. **Economic Systems**, 36(2), 175-205, 2012.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of development studies**, London: v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo). São Paulo, 2006.

_____ et al. Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas do Brasil. **Revista em gestão, Inovação e Sustentabilidade.** Brasília, v. 01, n. 01, p. 14-46, dez. 2015.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Sócio Econômico COREDE Vale do Rio Pardo***. Porto Alegre, 2015*. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FORNAZIER, Armando; VIERIA FILHO, José Eustáquio. **Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro: Evidências a partir do senso**

**agropecuário de 2006**. Anais do I circuito de debates acadêmicos**.** Ipea, Code, 2011.

FONTOURA, F. B. B.; WITTMANN, M. L. Organizações e Desenvolvimento: Reflexões epistemológicas. **Estudos do CEPE**, v. 43, p. 30, 2016.

FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitahsta do arroz e a crise de 1926: a ação do estado e a criação do sindicato arrozeiro. In: **RS: Economia e Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

FROEHLICH, José Marcos et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural,** vol. 41, núm. 9, septiembre, 2011, pp. 1674-1680 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/331/33119939031.pdf. Acesso em: 27 dez. 2018.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002 (p. 67-80).

GONZÁLEZ, S. R. et al. A perspectiva orientada para o ator em estudos de Desenvolvimento rural. **Perspectivas rurales**, Nueva época, año 13, n. 25, 2014.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Desenvolvimento Rural: territórios e redes.** Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Rio de Janeiro, 2013.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de ciência e tecnologia**, EMBRAPA, Brasilia, vol.14, n.3, set/dez 1997, p. 411-448.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados. Brasília, 2018. Acesso em: 21 out. 2018.

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz. **Censo da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul – Safra 2004/2005**. Porto Alegre, 2006. Disponível em:http://www3.irga.rs.gov.br/uploads/anexos/1292592973censodg3.pdf. Acesso em: 18 set. 2017.

_____. **Custo de produção médio ponderado do arroz irrigado do Rio Grande do Sul safra 2017/2018**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://stirga2018-

admin.hml.rs.gov.br/upload/arquivos/201805/18160831-custo-1-20180115091236custo-2017-18.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **Manual de boas práticas agrícolas**: Guia para a sustentabilidade da lavoura de arroz irrigado do Rio Grande do Sul. Cachoeirinha, 2011.

_____. **Produção municipal**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/6911/safras>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. **Relatório do censo orizícola - safra 2014/2015.** Porto Alegre, 2015. Disponível em: < https://irga.rs.gov.br/safras-2>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. **Série de preços do arroz em casca do Cepea**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://irga-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201811/22152919-cepea.pdf. Acesso em: 14 dez. 2018.

KRUEL, A.J. Contribuições da abordagem orientada ao ator às pesquisas em representações sociais: reflexões a partir do estudo dos compromissos dos gestores públicos municipais. **Anais** XXXIV ENANPAD. Rio de Janeiro. 2010.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas.** Cidade do México: Tapa blanca, 2003.

LOBO, Maria Eulália L. **História do Rio de Janeiro**; do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978. v.2.

LONG, N. **Development sociology:** actor perspectives. London and New York: Routlege, 2001.

_____. **Sociología del desarrollo:** una perspectiva centrada en el ator. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. 504 p. (Colección Investigaciones).

_____. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural.** RJ: Zahar, 1982.

_____; PLOEG, J.D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHEIDER, S; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural –** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

_____;_____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure . In BOOTH, D. (org) **Rethinking social development**: theory, research and practice. Essex: Longman Scientific and Technical. 1994

LONG, N.; LIU, J. The Centrality of Actors and Interfaces in the Understanding of New Ruralities: A Chinese Case Study. **Journal of Current Chinese Affairs**, 38 (4): 63-84, 2009.

LUDTKE, R. C. **Iniciativas de diversificação ao cultivo do tabaco no**

**Município de Santa Cruz do Sul – RS:** um estudo de caso. Dissertação (Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal da Fronteira Sul), 2016, 178 p. Laranjeiras do Sul, 2016.

LUDTKE, R. C.; RAMBO, A. G. Sociedade de risco e a perspectiva orientada para o ator: abordagens para estudar iniciativas de diversificação em áreas produtoras de tabaco. **Cadernos de agroecologia**, vol. 10, n. 03, 2015.

LUZ, M. da. **Carijos e barbaquás no Rio Grande do Sul**: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas), Porto Alegre, 2011.

MACEDO, Vera R.M.M. e MENEZES, Valmir G. **Influência dos sistemas de produção e manejo no uso da água pela planta de arroz.** Em: Universidade de Passo Fundo (Ed), Uso da Água na Agricultura. Passo Fundo: UPF, 2004. Disponível em: http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/upf/vera.pdf. Acesso em: 08, dez, 2018.

MANDELL, Paul 1. A expansão da moderma rizicultura, crescimento da oferta numa economia dinâmica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 26(3): 169-236, jul./set. 1972.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Instrução normativa 6/2009**. Brasília, 2009. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1687046295. Acesso em 23, dez, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. 1. ed. São Paulo: Veras, 1999.

MEDEIROS, Monique; ALMEIDA, Jalcione. Heterogeneidade de saberes em situações de interface: mediação e intervenção sociotécnicas em projetos de desenvolvimento rural. **Anais do VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural,** Porto de Galinhas, 2010.

MEDEIROS, M.; CAZELLA, A. A. Mudanças tecnológicas em campo: do surgimento de um novo código sociotécnico à concepção de processos desviantes de desenvolvimento rural. **Desenvolvimento e meio ambiente,** Curitiba, Universidade Federal do Paraná, vol. 38, ago. 2016.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistências. In: SCHEIDER, S; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural –** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 49-66.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, vol. 5, núm. 61, julio-diciembre, 2008, pp. 41-69 Pontificia Universidad Javeriana Bogóta, Colombia.

OLIVEIRA, Daniela. **Produção de conhecimento e inovações na transição agroecológica:** o caso da agricultura ecológica do Ipê e Antonio Prado/RS. Tese (Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2014.

PACÍFICO, D. A.; SOGLIO; F. K. D. Transição para agricultura de base ecológica: um processo social. **Revista Brasileira de agroecologia,** vol. 05, n. 02, 2010.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. A. **Agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: Limites e potencialidades da sua reprodução social.** Frederico Westphalen: Uri, 2008.

PERONDI, Miguel Angelo; SCHNEIDER, Sérgio. Bases teóricas da abordagem dos meios de vida. **REDES - Rev. Des. Regional,** Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste:** pratiques de désenvoûtement. Paris: La Découverte, 2007.

PINCH, T.; BIJKER, W. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. In: THOMAS, H.; BUCH, A.(Eds.). **Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008. p. 19-62.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2008.

_____ et al. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

RECHE, Maria Helena L.R.; MACHADO, Vilmar; SAUL, Danilo A. ; MACEDO, Vera R.M. ; MARCOLIN, Elio ; KNAAK, Neiva; FIUZA, Lidia M. . Microbial, physical and chemical properties of irrigation water in rice fields of Southern Brazil. Anais da Academia Brasileira de Ciências (Online), v. 88, p. 361-375, 2016.

REIS, José. Território e políticas do território – a interpretação e a ação. **Finisterra**, v. 50, n. 100, p. 107-122, 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/pdf/fin/n100/n100a10.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

SCHMITT, C. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, 13 (27): 82-112, mai./ago. 2011.

SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL. Há cem anos. In:. **Agricultura do arroz no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1935.

SOUZA, Antonio Donizetti Gonçalves; TUNDISI, José Galizia. 2003. **Water quality in watershed of the Jaboatão river** (Pernambuco, Brazil): a case study. Braz Arch Biol Technol 46(4): 711-721

SOUZA, Álvaro Ornellas de. Não esqueçamos os mercados internos. **Lavoura Arrozeira**, Porto Alegre, 2(13):3,jan. 1948.

SOSBAI – Sociedade Sul Brasileira de Arroz Irrigado. **Arroz irrigado**: recomendações técnicas para o sul do Brasil. Cachoeirinha, 2018.

TATSCH, Ricardo; DEPONTI, Cidonea Machado**. O perfil dos produtores de arroz do vale do rio pardo**. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Anais*. Santa Cruz do Sul, 13, 14 e 15 set. 2017.

USDA – FAS. **World Agricultural Production**. USA, 2018. Disponível em: https://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/production.pdf. Acesso em: 05 dez. 2018.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**. Capinas: Autores associados, 2002.

VILLA VERDE, V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: Ipardes, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorios.pdf>. Acesso em: 03 set 2016.

# ANEXOS

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO AOS ORIZICULTORES DO VALE DO RIO PARDO

Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento Regional
mestrado e doutorado

## QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADO AOS ORIZICULTORES DO VALE DO RIO PARDO

Fonte: Criado pelo autor.

Nome do orizicultor:_____ Nº Questionário: _____
Contato:_____Município:_____
Endereço:_____ Entrevistador:_____

### 1 PERFIL DO PRODUTOR:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.1 Idade | | 1.2 Sexo/ gênero | M ( ), F ( ), Outro ( ) |
| 1.3 Raça/ cor ou etnia | | 1.4 Escolaridade | |
| 1.5 Área total produção | | 1.4 Quantos anos está na atividade? | |
| 1.7 Área de arroz (ha) | | 1.8 Percentual de área própria | |
| 1.7 Custeio da Lavoura | | 1.8 Outras atividades | |
| 1.9 Área de cada atividade | | 1.10 Produtividade de cada atividade | |
| 1.11 Mão de obra familiar | | 1.12 Mão de obra terceirizada | |
| 1.13 Faturamento bruto | | 1.14 Saúde financeira da propriedade | |
| 1.15 Utiliza-se de TICs? | | 1.16 Com que fim? | |
| 1.17 Avaliação da satisfação no meio rural – (0-insatisfeito, 10-plenamente satisfeito) | | | |

### 2 GESTÃO DA PROPRIEDADE

### 2.1 O produtor tem conhecimentos sobre:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2.1.1 Taxa de juros? | | 2.1.2 Planejamento da comercialização da produção? | |
| 2.1.3 Rentabilidade de cada produção? | | 2.1.4 Formas de registro de custos? | |
| 2.1.5 Formas de registro de gastos? | | 2.1.6 Formas de análise de desempenho? | |
| 2.1.6 Avaliação da melhor época para a venda? | | | |

## 2.2 Quanto ao uso da contabilidade:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2.2.1 Faz anotações dos gastos? | | 2.2.2 As anotações são organizadas em planilhas? | |
| 2.2.3 Possui consultoria contratada? | | 2.2.4 Faz uso de serviços de contabilidade? | |
| 2.2.5 Possui algum sistema de gestão financeira? | | 2.2.6 Faz previsão ou planejamento dos gastos? | |
| 2.2.7 Faz registro separado para uso pessoal e produtivo? | | 2.2.8 Faz controle separado para cada atividade produtiva? | |
| 2.2.9 Considera a depreciação de máquinas no tempo? | | 2.2.10 Compara preços de insumos? | |
| 2.2.11 Qual a finalidade da contabilidade? I.R., fornecer informações para gestão, apenas p/ controle de gastos, não possui | | 2.2.12 Pagaria por um serviço de contabilidade? | |

## 2.3 Quanto à gestão da propriedade:

2.3.1 Utilizam técnicas de gestão? Se não utilizam, quais os principais impedimentos?

_____
_____

2.3.2 O que é levado em consideração para a tomada de decisão?

_____
_____

2.3.3 Como o agricultor obtém conhecimento sobre o lucro estimado e o realizado? (não possui, por estimativa, por controle de entradas e saídas, etc.)

_____
_____

2.3.4 Percebe a necessidade de melhoria na gestão da propriedade?

_____
_____

2.3.5 Já houve algum tipo de intervenção que buscasse a melhoria da gestão do negócio?

_____
_____
.

2.3.6 Se sim, colocou em prática algumas das técnicas passadas pelo interventor?
Se não, de onde veio o conhecimento para a gestão do negócio?

_____
_____

2.3.7 Como é feita a gestão da propriedade? Passo a passo.

_____
_____

2.3.8 A orizicultura vem sofrendo uma redução muito grande na rentabilidade. Como você gerencia essa questão de falta de recursos com a necessidade de investimento na cultura para ter produtividade?

_____
_____

2.3.9 Em sua história como produtor de arroz como você avalia a trajetória? Passou por altos e baixos ou nunca teve grandes problemas financeiros? O que fez para superar as crises? Reduziu custos, investiu em tecnologia,....?

2.3.9 Outras considerações sobre a gestão da propriedade.

2.3.10 Coloque em ordem de importância para a sustentabilidade da lavoura:

( ) Produtividade
( ) Acertar na venda
( ) Gestão
( ) Tecnologia
( ) Informação